

AGÁLIA

REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 7

OUTONO 1986

DIRECÇOM:

Presidênciam da AGAL

DIRECTOR:

Joám J. Costa Casas

CONSELHO DE REDACÇOM:

Ricardo Carvalho Calero
Miguel Anjo Fernám-Velho
Marcial Gondar Portasany
José António L. Taboada
José María Monterroso Devesa
Joám Carlos Rábade Castinheira
José Luís Rodríguez
Francisco Salinas Portugal
Elvira Souto

S U M Á R I O

PÁG.

ESTUDOS

<i>Situaçom presente e orientaçom futura dos problemas gerais da nossa língua</i> , por R. Carvalho Calero	251
<i>Prisciliano e o seu entorno na visom literária de três galegos: Cotarelo, Cortezón e Queizán</i> , por José E. López Pereira	261
<i>Didáctica da filosofia (1)</i> , por Ramom Varela Punhal	275

NOTAS

<i>Partidos políticos e estandardizaçom do idioma na Galiza</i> , por António Gil Hernández	311
<i>Nas marges do texto (Umha leitura de Miguel A. Fernám Velho)</i> , por Francisco Salinas Portugal	326
<i>Galiza na Seara Nova</i> , por Elvira Souto	334

ANTOLOGIA

<i>Poemas</i> , por António Simões	341
<i>Poemas</i> , por Avilés de Taramancos	345

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

<i>XVIII Congresso Internacional de Lingüística e Filologia românicas</i>	349
<i>Sentença do Tribunal Constitucional</i>	351
<i>II Congrés Internacional de la Llengua Catalana</i>	352
<i>Sentença da Audiência da Corunha</i>	353
<i>II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza</i>	357

RECENSÕES

<i>Recensões de livros por Aurora Marco, Francisco Salinas, José António Souto e Paulino Vázquez</i>	359
--	-----

ESTUDOS

Situaçom presente e orientaçom futura dos problemas gerais da nossa língua*

Por R. CARVALHO CALERO

As entidades que organizaram este «Encontro» que hoje atinge o seu fim, tiverom a cortesia de convidar o até agora único catedrático numerário de Universidade na especialidade de Lingüística e Literatura Galega ingressado directamente por oposiçom à docênciā dessa disciplina, para que fechasse com umha conferênciā as actividades que estes dias se vinherom desenvolvendo, e que culminarom cos acordos que acabam de ser lidos.

Nom é missom minha glossar essas conclusons, que coroam uns debates nos quais nom participei. Os problemas concretos que forom objecto de deliberaçom, forom-no, como é razoável, por pessoas activamente interessadas nos mesmos. Eu, pola minha condiçom de jubilado, fora de contexto, e, se queredes, pola minha idade fora de combate; afastado mesmo, pola minha independênciā tanto como polas minhas limitaçons individuais, das canles por onde flui a corrente organizada de actividade institucional, só som apto para oferecer aos que desejam ouvir-me o testemunho da minha experiênciā, que pode infundir algumha pertinênciā ao meu comentário sobre a situaçom actual no que di respeito à nossa língua, sequer polo feito de que, como antes apontava, cumpriu-me um tempo, por inexistênciā de émulos, ocupar um posto e desempenhar umha funçom inaugural num sector mui caracterizado do estudo e a promoçom do idioma.

Mesmo houvo um momento em que interpretei um papel na história da ordenaçom da nossa fala, e essa circunstância, unida ao antes indicado, pode explicar o feito de que hoje me tope ante vós para comunicar-vos algumhas reflexons pessoais sobre a situaçom presente e a orientaçom futura dos problemas gerais da nossa língua.

A convocatória e celebraçom deste «Encontro» supom o reconhecimento de que, contrariamente ao que parecem crer algumhas pessoas que ocu-

(*) Conferênciā de clausura do Encontro «Estado actual da Normalizaçom Lingüística (Análise da política oficial e alternativas) pronunciada em Santiago de Compostela a 20 de Abril de 1986.

pam determinados postos em certas instituições, as questões relativas à normalização lingüística nem estão resolvidas. Isto é uma realidade que se impõe aceitar. Nem faltam funcionários públicos e executivos privados que parecem assumir o contrário. Estas pessoas, com referência às disposições do legislativo e o executivo autónomos, adoptam a atitude de quem considera formulada a doutrina verdadeira, como uma bula pontifícia poderia declará-la, e estima fora da lei toda opinião dissidente. Roma falou, a causa rematou. Os que discrepam da doutrina oficial ham ser considerados heréticos, rebeldes que se movem na ilegalidade, sobre os que deve cair a pesada maça da excomunhão. Postos de acordo a Academia Galega e o Instituto da Língua Galega em matéria de normativa ortográfica e morfológica, e oficializados os acordos logrados mediante Decreto assinado pelo Conselheiro de Cultura, toda resistência a essa regulação é tida por essas pessoas como subversiva e ilegal, ou pelo menos antipatriótica e impolítica, merecedora de diversas formas de repressão, incluída —é uma postura benévolas— a emascarada sob a forma de tratamento psiquiátrico, já que nem falta quem considera que essa dissidência é, pura e simplesmente, cousa de tolos.

Sobre essa base, claro que nem cabe concórdia, diálogo nem convénio algum. Os filólogos nem som médicos, e constitui um caso de intromissão e intrusismo a conduta de tais calificadores, que, se nem podem esmagar, desejam recluir o adversário ideológico. Nesta matéria, —di-o a razão e confirma-o a experiência— nem cabe o Partido único. Toda uniformidade coactiva, apoiada num Decreto de Unificação, está condenada ao fracasso, por muitas almas rendidas que poda haver no nosso país, como cria o pensador castelhano. Como nem se recorra à prática da traqueotomia, será impossível acalmar as vozes que protestem.

Se há vontade de concórdia por parte do poder público, este deve começar por rectificar a sua política. Tem que substituir a sua doutrina de «um monarca, um império e uma espada» por uma política de pluralismo ideológico que respeite a oposição e que confie numa unidade flexível, possível no futuro pola decantação em soluções harmónicas das teses em presença, nem sequer das quais pode ser objecto de perseguição legal ou de abafamento económico. A subsistência das opiniões disparentes apesar das excomunhões e paulinhas, a mesma celebração deste encontro, provam que fracassaram os objectivos do pacto que pretendia resolvê-lo todo mediante uma diarquia ditatorial, e que procede a *restitutio in integrum* para promover um progresso fundado no respeito à liberdade.

Entenda-se, pois, que o feito de que a política lingüística em matéria normativa tenha sido equivocada e se revelasse inoperante, nem significa, ao nosso parecer, que deva ser substituída simplesmente por outra de signo contrário. Nem é que o Decreto Filgueira, inspirado pelos isolacionistas, deva ser substituído por um Anti-Decreto Filgueira, ou um Decreto Anti-Filgueira, inspirado pelos reintegracionistas. Nem se trata de que uma di-

tadura deva ser substituída por outra. Trata-se de que a Administraçom, ou o consórcio cultural que ideologicamente a amamanta, renunciem ao seu dirigismo autoritário e admitam umha natural evoluçom das opinions sobre a matéria, fundada no livre câmbio de experiências. Como nom hai religiom de Estado, nom deve haver normativa oficial religiosamente obrigatoria. Do mesmo jeito que um governo conservador reconhece a ligitimidade de umha oposiçom socialista, e se livram cantidades pressupostas para os devengos dos legisladores dessa oposiçom, um governo, de qualquer classe que seja, nom pode negar as subvençons previstas para as actividades culturais a grupos ou pessoas que nom professem ou nom finjam professar as ideias lingüísticas que umha Administraçom equivocadamente confessional decidiu erigir em dogma. Isto é confundir o estatal co social, isto é confundir um regulamento administrativo interior com umha lei de carácter general. Umha matéria que se relaciona coa mesma image que se tem sobre o que é e deve ser o galego, sacramento que nos caracteriza, nom pode resloverse coactivamente. Nom é umha questom de Estado, mas umha questom social. O Estado —ou seja, a Administraçom autónoma— deve registar a realidade social, nom totalitariamente modelá-la. Hai anos, a autoridade administrativa regulava as formas e medidas dos trajes de banho. Esse tipo de Administraçom, que fazia redadas nas praias e conduzia em camions à Comissaria as banhistas que circulavam ou permaneciam nas prais sem albornoz, tem umha continuaçom na interpretaçom dos que crem possível resolver com arrebro aos princípios do despotismo ilustrado problemas vivos no organismo social.

Um simples regulamento interior pode instruir à burocracia dependente das correspondentes Conselharias sobre a normativa lingüística que lhe cumpre observar nos documentos oficiais. Mas nom procede que os galegos em geral, mesmo os que temos demonstrado algumha competência em matéria lingüística e algumha preocupação polos problemas do nosso país, sejamos intimados para submeter-nos a umha autoridade político-professoral sob pena de sermos fustigados de férula de dómine, como insensatos e indisciplinados doutrinos.

Pode ser que alguns dos que me escutam e talvez se sintam próximos à minha postura crítica no que di respeito à política da actual Administraçom, estímem que está já todo dito, ou pouco menos; que este programa de liberdade e livre competência das distintas opçons é suficientemente operativo para conduzir-nos a umha ordenaçom espontânea da realidade lingüística, e que mesmo temos tratado com excessiva prolixidade o problema formal da normativa, cando —*that is the question*— o verdadeiro problema é o da normalizaçom.

Este enfoque considera essencial a implantaçom social do idioma, e acidental o problema da sua regulaçom técnica. Chama normalizaçom aquilo, e normativizaçom isto. Crê que hoje é aquel o problema posto, e que, resolta a normalizaçom, a normativizaçom fará-se de seu no momento oportuno.

tuno. Mal podemos atingir umha norma ajeitada para estandardizar a nos-
sa fala, se nom conseguimos antes que realmente essa fala seja a nossa.
Expomo-nos a sonhar na utopia de regular a vida de um morto, porque men-
tres discutimos o regime a que deve sujeitar a sua conduta, a sua existéncia
vai-se-nos das mans. O importante é, pois, nom se temos de escrever geral
com *g* ou *x*, e se temos de conjugar o verbo *vivo* de acordo coa segunda ou
a terceira conjugação; o importante é que a sociedade galega fale e escreva
galego a todos os níveis. Logo já se resolverá o problema da normativizaçom.

Nesta doutrina coincidem alguns nacionalistas galegos com muitos na-
cionalistas castelhanos. Adiar o problema da normativizaçom, suspender
as discussons sobre este ponto, é conferir vantage à normativa oficial. Se
suspendemos a nossa loita pola autenticidade do idioma, favorecemos a con-
solidação da situaçom oficial. Imos concentrar-nos em conseguir que a gente
fale e escreva em galego. Mas, em que galego? Se nom existisse umha nor-
ma privilegiada polo poder oficial, teria sentido essa preferéncia. Mas tal
como está situaçom, nom hai igualdade de oportunidades. Mentre se adia
a propaganda de umha normativa, o ensino e a literatura oficial afiança-
riam de tal jeito a regulaçom decretada, que, cando hipoteticamente logra-
da a normalizaçom, procedesse pôr o problema da normativizaçom, seria
sumamente difícil depor aquela da sua privilegiada posiçom, que lhe teria
permitido, durante a trégua outorgada, afiançar-se, ainda coa sua anti-his-
tórica fasquia, polo uso coercitivo prolongado, de jeito que haveria que des-
montar todo o aparelho que a substentava para nivelá-la em oportunidades
coas opçons competentes. Assi que umha postura nacionalista castelhana
nom pode hoje, se é realista, propugnar táctica melhor.

Por outra parte, nom pode haver implantaçom geral do idioma no país
—o que se acostuma chamar normalizaçom— sem algumha forma de nor-
mativizaçom, por mui flexível que seja. Se temos de falar e escrever em ga-
lego, temos que fazê-lo de algum jeito, de forma que as diversas images que
do galego tenhamos, entrem em livre certame. E, segundo o nosso critério,
o poder político tem que ser imparcial, e nom pode apresentar-se como be-
ligerante nem como juiz, mas como notário que regista o resultado do de-
bate, e mentres este se celebra, como garante da igualdade de oportunida-
des dos intervenientes. Segundo fica dito, eu nom creio que deva existir nun-
ca um código sagrado que reja a prática lingüística. Todas as instituiçons,
mesmo as oficiais, todas as pessoas som donas de articular formas de con-
ducta lingüística de uso interior, mas sem que os funcionários que pagamos
os membros da comunidade podam rejeitar um documento que se lhes apre-
sente ou negar umha subvençom a umha empresa que se lhes propom, por-
que esse documento ou essa empresa testemunhem ou propugnem umha nor-
mativa lingüística que difera da promovida para o uso desses mesmos
funcionários.

Fique claro que nom se impugna o domínio legal de umha oligarquia
para favorecer o domínio legal de outra oligarquia mais ampla, nem sequer

o de umha democracia totalitária. Se o pacto Ribbentrop-Molótov que permitiu a desmembraçom de Polónia, fosse ampliado e se transformasse num pacto Ribbentrop-Molótov-Roosevelt-Churchill, ou mesmo subscrito pola maioria relativa, ou pola maioria absoluta, ou praticamente pola totalidade dos pessoeiros —ainda legítimos— das diversas potências; mesmo se tivesse sido acordado unanimemente pola Assembleia Geral de Todos os Povos do Mundo —coa excepçom de Polónia, entende-se—, a destruiçom daquel país nom ficaria legitimada, e continuaria a ser um atropelo, pois os direitos humanos, os dos indivíduos e os das colectividades que instituem, som anteriores a toda legislaçom, e esta somente se justifica, coas limitações que supom para a liberdade, encanto garanta aqueles direitos.

Aprovo, pois, todas as reunions, conferências, seminários e convénios, concórdias ou pactos que queiram celebrar-se. Toda discussom é frutífera, sempre que se chegue a ela com ânimo de ilustraçom e nom revista o aspecto de umha exibiçom pública de capacidade retórica e dialéctica apoiada por coros de apaixonados encirradores dispostos a esganiçar-se em berros de exaltaçom e denigraçom entusiástica. Mas os úteis acordos que polos sectores especializados ou interessados podam adoptar-se, haverám ter carácter de recomendaçons, pois —como fica mais que suficientemente estabelecido— nom cabe umha decisom oligárquica nem demagógica que imponha umha soluçom capaz de abafar a espontânea evoluçom do problema. Se a razom nom no-lo desse a entender, a história seria davondo para amostrar-nos a eficácia dos decretos de unificaçom.

Temos de deter aqui as nossas consideraçons a propósito dos problemas da normalizaçom língüística neste país? Bem poderíamos fazê-lo, pois temos marcado o método que cremos ajeitado para defrontar os temas propostos, e como nom podemos admitir um código obrigatório imposto por ninguém, seria bastante com ter sugerido que caminho haveria que seguir para melhorar a situaçom presente. Mas, ainda que de um ponto de vista geral, quiçá proceda indicar que horizonte é o que contempla a posiçom em que me acho ubicado, sem descer a marcar etapas tácticas de aproximaçom à meta imaginada. Esse traçado de avanços graduais —ou entom de radicais inovaçons— corresponde mais bem às pessoas que desempenham um papel activo na cultura galega.

Creio que qualquer que seja o programa de normalizaçom e normatização que em definitiva se enxergue, haveria que esclarecer de antemám que relaçom se admite ou se projecta entre o galego e o castelhano. Seja a que for a filosofia que professemos sobre o valor social do monolingüismo e do bilingüismo, e os limites entre bilíngüismo como comutabilidade entre duas línguas e diglossia como reparto de zonas de uso entre elas, parece razoável partir do feito de que o nosso problema para o presente e para o futuro previsível está condicionado pola presenza do castelhano. Admitido esse feito, a questom da normalizaçom social do galego é umha questom de diglossia. Hai que ganhar ou recuperar para o uso normal do galego aque-

les sectores sociais que hoje tenhem como língua normal o castelhano. A língua própria de Galiza é o galego, segundo declara o mesmo Estatuto de autonomia, e esta formulaçom legal deve ter as suas consequências sociais, ainda dentro dos atrancos que produz umha legislaçom estatal residuariamente centralista. Mas sobre o campo de uso que deve cobrir a língua galega cabem duas posturas.

Umha postura considera o galego como umha língua «regional». O seu uso nom se prevê como assobardando os limites das províncias que constituem a comunidade autónoma. O galego entom nace e morre nesse âmbito provincial. É umha língua doméstica, cuja vigênciā nom pode exceder o marco da divisom provincial de 1833. Para actuar fora desse marco, os galegos disponhem da língua estatal.

Esta concepçom do galego, que o afasta da comparecência nos foros internacionais, nom é económica. Supom conferir ao galego a condiçom de língua *B*, reservando o estatuto de língua *A* para o castelhano. No mundo actual, de intensa actividade internacional, umha língua confinada em estreitos limites funcionais e geográficos carece de porvir. A língua *A* assumiria as funçons da língua *B*, elaborando se é preciso um registo ou dialecceto em que a antiga língua regional subsista em certos traços substratísticos. O proceso de castelhanizaçom do galego prosseguiria inexoravelmente, ainda que umha artificiosa montage administrativa sustenha por mais ou menos tempo e em mais ou menos caracterizados níveis a fala minoritária. O galego terá um destino semelhante ao do gaélico, ou ainda mais desdioso, porque as diferenças entre umha língua céltica e umha língua germânica dificultam a contaminaçom do irlandês polo inglês numha medida que nom admite parangom coa resistênciā que pode opor ao castelhano outra fala românica e hispânica com ela emparentada estreitamente.

Mas se o galego é a língua da naçom galega, o galego nom pode admitir como definitiva a subordinaçom ao castelhano en nengum aspecto social. Esta é a posiçom normal dos galegos, coa excepçom de um grupo pequeno, mas bem situado, de afectados polo síndrome de Estocolmo. Em consequênciā, a recorrênciā, para o amelhoramento da fala —tal como no-la conservou ou perturbou um secular abandono— às instâncias temporais e espaciais que nos mostram o idioma em estado de autárquico desenvolvimento, nom só é lícita, mas necessária, pois a desmembraçom dos sistemas lingüísticos da periferia peninsular, face ao mantimento unitário do bloco central coa sua projecçom ultramarina, supom a aplicacôom de umha política discriminatória sem fundamento moral. A história do desenvolvimento e expansom do galego é, de acordo coa doutrina de Menéndez Pidal, essencialmente paralela à do castelhano. Nom podemos dizer que o castelhano de hoje se reduza à fala de Villarcayo; mas se na bacia rioplatense se fala o mesmo idioma que em Villarcayo, haverá que admitir que na bacia amazónica se fala o mesmo idioma que em Rianjo, sob pena de considerar que é falso para Santiago de Compostela o que é verdadeiro para Madrid.

Podemos ater-nos a umha norma galega dento do sistema ibero-românico ocidental, como os valencianos, se assi o desejam, podem ater-se a umha norma valenciana dentro do sistema ibero-românico oriental. Mas nom se pode considerar que castelhano e andaluz som realizaçons de um mesmo sistema lingüístico, e que na franja atlântica sejam outras leis as que regem a realidade idiomática. Os problemas de soberania política nom podem afectar as definiçons culturais.

Esta realidade está-se impondo, bem que parcialmente, mesmo nos meios controlados polo aparelho oficial, onde se estám naturalizando empréstimos léxicos da língua padrom do nosso vizinho meridional, porque de outro jeito haveria que manter e reforçar a dependência do castelhano. A necessidade de reconversom da nossa assilvestrada fala popular e o imperativo de sinecismo que exige o princípio de economia internacional, operam inexoravelmente nesse sentido. De jeito que na prática nom som tam encontradas as posiçons extremas das escolas em litígio, pois cada vez se apresentam mais como concentradas na questom ortográfica, e esta é um puro problema de pedagogia.

O essencial, pois, conforme se vai vendo, é reconhecer que nom tem possibilidades de pacífica vigênciá umha política que fecha os olhos à realidade da existênciá de umha vigorosa oposiçom aos critérios decretais. Essa evoluçom desde arriba, essa parentória pragmática resolutiva nom conseguiu liquidar o problema. Nom todos os galegos a aceitarom como umha declaraçom pontifícia ou umha decisom conciliar.

Nom todos os galegos. Certamente, si alguns. Pessoas que nos seus tempos de generosa mocidade denunciavam airadamente as descalificaçons que com um sentido inadmissível da deontologia formulavam outras pessoas em ocasions inoportunas, pronunciaram eventualmente, ao chegarem a *l'âge de raison*, a profissom oficial de fé, forçadas pola necessidade ou aconselhadas polo cepticismo, para integrar-se no garimoso mundo do estabelecimento. Isso é problema delas. Mas excede o problema individual a conduta de algumhas editoriais que acomodam os nossos clássicos à normativa decretada, como se até os mortos tivessem que erguer-se das suas tumbas para prestar juramento de póstuma e retroactiva fidelidade à dita ordenaçom. Ao circularem estas ediçons entre os alunos de língua e literatura galega, cria-se na mente dos mesmos umha image falsa do que os nossos escritores forom, do que os nossos escritores escreverom, ao serem convocados mediante nigromântico esconjuro para que acudam desde o além a prestar acatamento a umha lei que nom conhecieron; espécie de lúgubre ressurreiçom que pom em marcha umha santa companha sacrílega. Macabro *flash-back* que invejaria a mais arrepiante superproduçom cinematográfica de terror.

Nom vou prolongar artificiosamente estas consideraçons. Muitas das cousas que me ouvistes, sem dúvida se dixerom e se debaterom nas sessons deste encontro. A minha participaçom no mesmo neste momento final nom pode ser entendida de outro jeito que como corroboração do interesse de-

monstrado e dos esforços realizados para melhorar a situaçom do galego. Esta é realmente crítica encanto está em perigo de desnaturalizaçom e arrincoamento como consequênciade umha deformada image da sua essênci. Esta image é o resultado de umha acomodaçom, às novas circunstâncias legais, a velha tendênci centralista segundo a cal o Estado espanhol devia exprimir-se numha só língua oficial, a língua espanhola, que era, naturalmente, a castelhana, porque foi Castela a estruturadora do Estado unitário. Reconhecida a legalidade do regime autonómico, este centralismo tivo que rectificar a sua doutrina. Entom revestiu a forma de *neo-regionalismo*. A língua do Estado continua sendo a língua castelhana, mas nas nacionalidades históricas o castelhano avém-se a compartillar a sua oficialidade coas línguas nacionalitárias, próprias desses territórios —constituídos inescusavelmente por províncias—, línguas que nom podem exceder na sua cooficialidade os limites das províncias agrupadas para integrar a comunidade autónoma.

Explorando ao máximo as possibilidades legais, promovendo a modificaçom da legalidade no que seja justo, hai que submeter o idioma galego à preparaçom necessária para a sua plenitude usual. Nom podemos limitar o seu funcionamento a ocasions subalternas ou subsidiárias. Se noutros territórios do Estado hai umha continuidade histórica na fala, umha persistênci na escrita, umha avaliaçom social da língua própria superiores às que se dam em Galiza —é o caso de Catalunha—, objectivamente o nosso é o romanço periférico com mais apoio volumétrico para subsistir. O catalám e o basco podem ser arrincoados nas respectivas províncias, incluindo se se quer no primeiro o rossilhonês e no segundo o labortano. Mas no caso do galego, pola sua expansom, é semelhante ao do castelhano. Umha política repressiva franco-espanhola pode sonhar com reduzir a zero o uso do eusquera e o catalám. Mas se essa classe de política —pura hipótese— reduzisse a zero o uso da nossa língua na nossa terra, o nosso sistema lingüístico subsistiria nas formas adoptadas nos territórios que o galego culturalmente colonizou. Pois, como dizia Castelao, «o galego é um idioma extenso e útil, porque com pequenas variantes se fala em Brasil, em Portugal e nas colónias portuguesas». Assi, as circuntâncias favoráveis objectivamente à subsistênci do galego, só admitem parangom coas do castelhano, e nom coas do eusquera e o catalám polo que se refere à expansom e número de utentes dos sistemas respectivos; e unicamente a deixação dos galegos poderia ser causa de que o galego fosse suplantado polo castelhano numha parte do território em que se formou. Umha parte só, porque o galego se formou a ambas as beiras do Minho.

O nosso é, pois, um dos grandes idiomas de cultura, o segundo em volume de falantes dentro das línguas românicas, e assi como as distintas formas, peninsulares e extrapeninsulares, do castelhano, que som muitas e mui variadas, mantinem a sua unidade sistemática e intercambiam influências e experiências, assi o galego, por razons de economia histórica e social, há

aproveitar os logros das demais normas do complexo hispânico de que é torgo, e manter a identidade essencial dentro do mesmo e coas demais realizações do mesmo, evitando inúteis ou custosas arbitrariedades nas soluções dos seus problemas cando outras formas do sistema lhe dam feitas e consolidadas as que por coeréncia, harmonia e economia lhe conferem craiveira do idioma internacional.

Enfim: o problema do galego é um problema de modernizaçom, é um problema de reconversom. Por motivos históricos, chegou até nós como fala popular num estado que o fazia inajeitado para o seu uso a todos os níveis numha sociedade moderna e num foro internacional. As tendências cooperativas e federativas que na ordem política e sobretodo na económica —se é possível distinguir estas esferas— regem hoje as relações entre os povos, vam reduzindo as línguas de uso internacional a umhas poucas, e a importância que o factor internacional tem na vida actual dos povos tende à relegaçom das falas que nom som competitivas. Esta ameaça, a que tenhem que fazer frente línguas de âmbito reduzido, como o catalám e o eusquera, nom asseja ao galego, representado fora de Espanha, em Europa, Ásia, África e América por formas modernas das quais nom tem nada que temer. Impom-se como natural a cooperaçom com todas as variantes do sistema, sem prejuízo de conservar com dignidade e orgulho as características originais que algumhas destas variantes perderam, mas nom empenhando-se em defender como próprio o que os acidentes históricos incorporaram como formas de adstrato ou superstrato perturbadoras da autêntica estrutura.

Mas toda esta política, a de manter o galego como língua competitiva e rendível, supom a negaçom de um galego burocrático, de um código lingüístico corânico orientado polo receio às osmoses que o nosso idioma pode suster com relação a ramos do mesmo tronco que hoje se sustentam sobre terras nom submetidas à mesma soberania estatal. Nom podemos os galeguistas compartillar esses receios. As palavras, como os paxaros, voam por riba das fronteiras, e as línguas nom se constrangem aos limites administrativos, de resto sujeitos a possíveis variaçons. Fala-se o catalám em territórios politicamente espanhóis, franceses, andorranos e italianos. Renunciamos a formular o censo de unidades políticas em que o castelhano, nas suas diversas formas, é língua oficial ou comum.

Só é preciso que a cooperaçom que muitos galegos estám dispostos a desenvolver para defrontrar os problemas presentes e futuros do galego, se faga em condiçons de igualdade e liberdade. Se o que se pede é pura obediência, esses galegos responderám que nom lembram ter feito voto algum de especial submissom a nengumha autoridade pontifícia, e que crem representar fielmente a tradiçom de Murguia, Viqueira e Castelao, que à sua vez se funda na de Feijó, Sarmiento e Pintos. Afogar, pois, a sua voz, é afogar a dos clássicos do galeguismo. Os tempos podem aconselhar rectificaçons, mas mentres nom se declare francamente que se condena a ideolo-

gia desses clássicos, nom cabe negar o direito dos seus seguidores a exercitar e propagar a sua doutrina.

Oxalá que este encontro tenha contribuído a restabelecer um clima de comprensom entre todos os galegos interessados no problema, que lhes permita colaborar na defesa e promoçom da nossa língua. Cando menos os que estiverom presentes e contrastaram as suas opinions, terám enriquecido as suas ideias, afortalando-as ou modificando-as por um maior conhecimento do pensamento do próximo. É umha boa base para conseguir umha superaçom das diferenças que afastam as posiçons distintas, e procurar umha inteligênci dentro da pluralidade. A isto é ao que hoje podemos aspirar. Avonde-nos com fazer frente aos problemas de hoje. Mas para que haja colaboraçom leal, esta tem que produzir-se dentro dos postulados jurídicos que som a base da vida colectiva moderna nos países que de um jeito ou outro se consideram filhos da revoluçom que inicia a contemporaneidade: o postulado da liberdadé e o postulado da igualdade; aos quais, superando agrávios e pessoais rancores, devemos acrecentar o outro elemento da tradicional trilogia, que já nom pertence ao campo do direito, mas o campo da moral: o postulado da fraternidade, naturalmente.

Prisciliano e o seu entorno na visom literária de três galegos: Cotarelo, Cortezón e Queizán

Por José E. LÓPEZ PEREIRA

Universidade de Santiago

A figura sempre controvertida de Prisciliano e os seus seguidores nom deixou de ser nunca preocupaçom de teólogos que discutírom e discutem ainda hoje a ortodoxia ou heterodoxia das suas doutrinas (1), dos juristas que questionárom ao longo de toda a história, e seguem questionando, a legalidade ou nom do juízo (2). Historiadores e sociólogos tratam ainda de determinar se aquilo foi um movimento religioso ou social (3), e a Igreja protestante chegou a topar em Prisciliano o primeiro reformador (4). Isto último, sobretodo, fixo reviver de novo a polémica priscilianista nos ambientes eclesiásticos (5). L. Duchesne veu alporizar ainda mais os ánimos ao lançar em 1900 a hipótese da possível identificaçom dos restos de Prisciliano cos do Apóstolo (6). Este Prisciliano redivivo reencarnou na geraçom

-
- (1) Os trabalhos últimos nesta linha som a tese de doutoramento de A.B.J.M. GOOSEN *Achtergronden van Priscillianus' christelijke Ascese*, Nijmegen, 1976, 2 vol. (Cf. do mesmo autor «Algunas observaciones sobre la Neumatología de Prisciliano» en *I Reunión Gallega de Estudios Clásicos*, Santiago de Compostela, 1981, 237-242) e os artigos de A. ORBE «Doctrina Trinitaria del anónimo priscilianista 'De Trinitate Fidei catholicae'» *Gregorianum* 49 (1968) 510-562, «Heterodosia del (Priscilianii) Tractatus Genesis» *Hispania Sacra* 23 (1981) 285-311.
- (2) Citarei só entre os mais recentes neste campo ós de K. GIRARDET «Trier 385. Der Prozess gegen die Priscillianier» *Chiron* 4 (1974) 577-608 e «Appelation. Ein Kapitel kirchlicher Restgeschichte in den Kanones der vierten Jahrhunderts» *Historia* 23 (1974) 98-127. Tamén o de A. ROUSSELE «Quelques aspects politiques de l'affaire priscillianiste» *Revue des Etudes Anciennes* 83 (1981) 85-96.
- (3) Sirva como prova o artigo de A. BARBERO DE AGUILERA «El priscilianismo ¿herejía o movimien-to social?» *Cuadernos de Historia de España* 37-38 (1963) 4-41.
- (4) Neste sentido a lebre levantou-na o Professor do Seminário Evangélico de Tübingen, F. PARET can-do em 1891 dava ao prelo um livro de título bem significativo *Priscillianus. Ein Reformator des vierten Jahrhunderts*, Würzburg, 1981.
- (5) A resposta dos ambientes católicos nom se fixo esperar e chegou da mao de E. Ch. BABUT, *Priscillien et le priscillianisme*, Paris, 1909 e de A. D'ALLES, *Priscillien et l'Espagne chrétienne à la fin du IVe siècle*, Paris, 1936.
- (6) L. DUCHESNE, «Saint Jacques en Galice», *Annales du Midi* 12 (1900) 145-180.

NÓS e passou a ser com A. Cotarelo objecto de recriaçom literária. Pero nom adiantemos acontecimentos e voltemos por um momento umha olhada aos feitos históricos para melhor interpretar despois a visom literária que daqueles acontecimentos nos deixárom os três escritores galegos que agora vamos considerar: Cotarelo, Cortezón e Queizán (7).

1. PRISCILIANO

Transcorriam os últimos meses do ano 385 ou 386 (8) cando Prisciliano agardava na cadeia, na cidade alemá de Tréveris, o cumprimento da sentença que ditara o imperador Máximo, quem o condenara já à morte. Atrás quedavam moitos anos de discussons dialécticas e teológicas, moitos centos de kms. percorridos de Galiza a Bordéus, de Bordéus a Milám para suplicar-lhe ao bispo Ambrósio, de aqui a Roma onde o Papa Dámaso, de Roma outra vez a Galiza, de aqui a Mérida, etc. Pero quedava, nomeadamente, o seme da sua doutrina que espalhara durante anos, que já dera alguns frutos, e que ia dar ainda moitos mais.

Nom é a minha intençom agora referir-me aos resultados do priscilianismo no âmbito religioso, senom aos esplêndidos frutos literários, ao nível cultural que alcançou Galiza, a Galiza de finais do século IV e do século V, que a colocou no primeiro posto entre as Províncias da Hispânia de entom, e ainda diria mais, entre as primeiras de todo o Império romano.

2. GALIZA HISTÓRICA

2.1. Ámbito político.

A localizaçom do relato de María Xosé Quizán situa-se na Galiza romana dos séculos IV e V, com algum anacronismo histórico, como já lhe sinalou R. Carvalho Calero num dos números anteriores desta mesma revista, a propósito dos vikingos (9). Claro está que a autora nom pudo substrair-se aos encantos das formosas ruínas de Conímbriga (até na lapela da portada se nos apresenta ela mesma numha foto que tem esta cidade por fundo) cujo ambiente de época soubo captar nalguns momentos da sua novela (p. 56-57). Pero Conímbriga nunca foi da Gallaecia. Sobre o limite oriental desta *Província* segue a haber ainda hoje opinions opostas entre os historiadores, no entanto todos estám de acordo em que polo Sul o Douro marcava a linha divisória entre a Gallaecia e a Lusitania (10). A extensom terri-

(7) A. COTARELO VALLEDOR, *Hóstia*, La Coruña, 1926. Nova ediçom devida a A. HERRERO FIGUEROA, Armando Cotarelo Valledor. Teatro Histórico e Mariñeiro (*Hóstia*, Beiramar e Mourenza) La Coruña, 1981. DANIEL CORTEZÓN, *Prisciliano*, Vigo, 1970. MARÍA XOSÉ QUEIZÁN, *Amantía*, Vigo, 1984. As citas neste trabalho fam-se de acordo com estas ediçons.

(8) A data da morte de Prisciliano é ainda hoje tema de discussom e varia entre o ano 385 e 386. O estado actual desta questom pode ver-se em H. CHADWICK, o.c. (n. 15) 178-186.

(9) Agália 4 (1985) 379.

(10) Cf. a este propósito C. TORRES, «Límites geográficos de Galicia en los siglos IV y V», *Cuadernos de Estudios Gallegos* 14 (1949) 367-383 e A. TRANOY, *Hydace. Chronique*, Paris, 1974, vol. II, 130

torial da Gallaecia romana era, pois, moito mais grande que a actual, e isto nom convém perdê-lo de vista à hora de julgar o ambiente cultural, já que Braga, o Berzo e Astorga, por citar só alguns dos centros culturais mais importantes do momento, hai que incluí-los no âmbito territorial de Galiza.

Politicamente Galiza estreava entom estatuto de *Província*, despois da reforma de Diocleciano, e estendia o seu território engolindo Cantábria e parte de Castela. Durante o Alto Império as regions do Noroeste peninsular estavam incluídas sob o nome de Asturia-Gallaecia, nome em que Asturia (Astorga) ocupava nom só o primeiro posto nominativo, senom tamém administrativo (11). Como conseqüência desta situaçom, politicamente nova, na Gallaecia vai-se produzir umha redistribuiçom do papel a jogar polas cidades, e desta forma o fenómeno mais significativo para nós foi que Astorga cedeu em posiçom e importânciante Braga.

2.2. *Ámbito cultural.*

Com esta nova situaçom político-administrativa corresponde-se um florecimento cultural totalmente novo e inesperado, que eu já considerei noutras ocasions como «o primeiro despertar cultural de Galiza». Dous nomes, o de Orósio e o de Hidácio, ocupam o primeiro posto entre os historiadores e cronistas latinos. Orósio, sob o influxo de Agostinho e com umha visom providencialista da história, escreve a sua *Historia adversus paganos* para defender o cristianismo dos ataques dos historiadores pagans, que o consideravam como causa da ruína do Império romano, e Hidácio, o bispo de Chaves, conchedor, na viage ao Oriente, da *Chronica de Jerónimo* e dos seus predecessores no género, introduziu a cronística na Hispânia e criou a Era hispana, que durante séculos foi a forma de datar acontecimentos na nossa Península (12).

Houvo, assi mesmo, umha mulher, Egéria, tamém deste rincom do Ocidente, segundo Valério do Berzo (13), que, em reivindicaçom feminista, podemos considerar como primeira mulher escritora em latim cujas obras podemos ler, quem nos deixou um relato natural e cheio de graça da sua viage a Oriente na procura dos Santos Lugares, co fim de percorrê-los piadosamente (14). Será precisamente esta mulher umha das personages principais

(11) A. TRANOV, *La Galice Romaine*, Paris, 1981.

(12) Cf. a ediçom com importante introduçom a respeito da cronologia em A. TRANOV o.c. (n. 10). Sobre problema e origem desta «era» cf. A. D'ORS, *La era hispánica*, Pamplona, 1962, já criticado por M.C. DIAZ Y DIAZ, «Pequeñas aportaciones para el estudio dela 'Hispánica'» *Revista Española de Derecho Canónico*, 17 (1962) 374 n. 7.

(13) E abundantíssima a bibliografia sobre Egéria (Cf. Chr. MOHRMANN, «Egérie et le Monachisme» *Corona gratiarum* Bruges, 1975, vol. I, 163-180). O texto de Valério que dá pé para atribuir-lhe origem galega di assi: «Quae (Egeria) extremo occidui maris oceani litore exorta, Orienti facta est cognita» ep. 5 (p. 346-347 da ediçom citada n. 14).

(14) A última ediçom, e nom melhor que as anteriores, é a de P. MARAVALL, *Egérie. Journal de voyage*, Paris, 1982.

da novela da Maria Xosé Queizán, junto com Amántia, que dá título ao livro e a que farei pronto referência. Inútil e fora de lugar seria ponderar agora os valores e os méritos lingüísticos da sua obra encanto aproximado à língua romance.

À mao-tente deixei sem mencionar o home mais importante daquel momento, porque el é justamente a razom principal deste trabalho: Prisciliano. El é, na minha opiniom, a razom básica deste despertar cultural dos séculos IV e V. Explico-me. Prisciliano vai mobilizar grande parte da Igreja hispana. Itácio de Osonoba (Estoi, cerca de Faro), Igínio de Córdoba e Hidácio de Mérida serám os três bispos principais instigadores do movimento antipriscilianista. Por pedido seu convocará-se um concílio em Zaragoza para condenar os priscilianistas. Em Galiza os bispos repartirám-se entre priscilianistas e antipriscilianistas. Pero da Igreja hispana chegará o problema a Roma onde um hispano, Dámaso, ocupava entom a cadeira de Pedro, e a Milám, onde o grande Ambrósio exercía vigilância sobre os acontecimentos do momento, tanto políticos como religiosos. A preocupação chegou tamém a Cartago, sede episcopal de Agostinho, e a Jerusalém, onde brilhava a personalidade literária de Jerónimo. Enfim, o problema é tamgrave que o imperador Máximo se vê na obriga de intervir e condená-lo à morte (15).

Porém, nom é o meu propósito deter-me agora a analisar o movimento priscilianista como factor de correntes religiosas, políticas e sociais que já foi objecto de inumeráveis estudos (16), senom que me interessa pôr de relevo o que supupo como motor do movimento cultural que se produziu na sua época e que deixou pegada ao longo da história em moitos escritos, uns, os menos, que o exaltam, e outros, a maioria, que o censuram. De todos eles, considerarei só aqueles que tivêrom especial repercussom em Galiza.

2.3. *Prisciliano motor do primeiro despertar cultural de Galiza.*

Já nos séculos IV e V a sua doutrina e os seus escritos fôrom geradores dumha interessante e abundante literatura polémica e teológica em Galiza. Para poder rebater a sua doutrina trasladárom-se fora das nossas fronteiras os teólogos do momento co fim de poder preparar-se melhor ao lado de Agostinho em Cartago ou de Jerónimo em Jerusalém. Assi Avito e Baquiário viajam a Roma, de onde o primeiro, fugindo do priscilianismo, caiu no origenismo, e o segundo escreveu entom um tratadinho para defender-

(15) Um livro formoso e bem documentado para conhecer e entender Prisciliano e o movimento prisciliano é o de H. CHADWICK, *Prisciliano obispo de Ávila*, trad. espanhola de J. L. LOPEZ MUÑOZ, Madrid, 1978.

(16) É este um tema de que me ocupei no artigo «Prisciliano de Ávila y el priscilianismo desde el siglo IV a nuestros días: rutas bibliográficas», *Cuadernos Abulenses* 3 (1985) 13-77, em que passei revista aos diversos aspectos estudados, e recolhím cerca de 340 trabalhos aparecidos.

-se da acusaçom de priscilianista (17). Orósio foi-se para Cartago, onde estava o melhor teólogo do momento, Agostinho, a quem lhe escrevera já um relato sobre o problema do priscilianismo em Galiza (18). E quem sabe se nom foi tamém esta a razom da viage de Egéria: fugir das garras priscilianistas.

Contodo, ainda sem sair de Galiza, a прédica de Prisciliano originou fortes polémicas com excelentes resultados para a literatura. Tal foi o caso de Sinfósio e de Dictínio, pai e filho, bispos de Astorga, que escrevem primeiro convencidos da doutrina priscilianista e logo arrependidos (19), e outros bispos, como Pastor e Siágrio e Agréstio que enleando-se numha loita, em favor ou em contra, contribuírom a enriquecer o pensamento teológico e a cultura da Galiza dos séculos IV e V.

2.4. *Prisciliano líder do nacionalismo galego.*

Pero dêmos um grande salto cronológico e deixando de lado as inumeráveis referências a Prisciliano e ao «affaire» priscilianista, que no correr dos séculos nos fôrom transmitindo as fontes latinas, todas elas agora re-colhidas no meu artigo antes mentado (nota 16), e os moitos trabalhos dedicados aos aspectos sociais, religiosos, jurídicos, etc., traslademo-nos ao século XX para analisar a visom que de Prisciliano nos oferecem as obras de pensamento e de literatura galegas. De todas as formas, para melhor comprender a evoluçom das ideias ante a figura do bispo de Ávila, quereria traer à memoria a postura adoptada por dous galegos, um do século XVIII, Diego A. Cernadas e Castro, mais conhecido por Cura de Fruíme, e outro do século XIX, o ilustre historiador A. López Ferreiro.

O primeiro arremete contra o P.^o Mariana que considerava Prisciliano de origem galega. Algumha das suas afirmaçons provocam o riso, ainda sabendo do carácter visceral do seu autor (20). Mais surprendidos deixamo-nos a postura dum intelectual como A. López Ferreiro, que califica a doutrina priscilianista de «miasma metafísico», «Inmunda exhalación» e ao seu

-
- (17) Refiro-me ao tratado *De fide* editado por J. MADOZ «Una nueva redacción del ‘Libellus de fide’ de Baquiano», *Revista Española de Teología* 1 (1940) 463-474.
- (18) É o *Commonitorium de errore Priscilianistarum et Origenistarum* editado por G. SCHEPSS *Priscilliani quae supersunt*, Vindobonae, 1889, 151-157.
- (19) Sobre a postura primeira e o posterior arrependimento destes bispos cf. H. CHADWICK o.c. (n. 15), onde ademais aparece a ediçom da profissom de fé que figêrom no concilio de Toledo, p. 305-310.
- (20) Por exemplo cando despois de tachado de «monstruo e infame herejiarca» conclui: «Mientras no me presenten su Fe de Bautismo, testimoniada en debida forma, por lo que conste de su Pila, siempre tendré muchísima razón para negar que aquel monstruo es parte de mi tierra», *Obras en prosa y en verso del Cura de Fruíme, D. Diego Cernadas y Castro, natural de Santiago de Galicia*, Madrid, 1778, vol. I, 145.

autor de «depravado y falsario» (21). Neste caso deixa-se ver como mesmo o investigador mais avezado se sente preso polo seu corsé ideológico (22).

Com esta visom marcada pola ideología eclesiástica contrasta a dos nacionalistas galegos. O movemento de reacxom iniciará-o M. Murguia, como atestam estas palabras suas: «De verdad que no se comprende el empeño que algunos han mostrado en probar que no era hijo de nuestro país, robándole la gloria que le alcanza por haber producido un hombre de las grandes dotes intelectuales de Prisciliano» (23). O facho aceso por Murguia foi recolhido polos forjadores do nacionalismo galego e levado por Portela Valladares e Pedret Casado (24) até Risco, Castelao e Otero Pedraio (25). Os nacionalistas topárom em Prisciliano o contraponto ao espírito doutrinal e dogmático que marcara a Igrexa e chegárom a considerar Prisciliano como o arquétipo representativo da alma galega e adaptador do mundo celta ao mundo católico.

Pero o que chegou mais longe, sem dúvida, foi Castelao, pola sua militância política, a sua condición de exilado e o seu distanciamento do fanatismo religioso. Bom testemunho do seu pensamento son estas palabras: «A Galiza do século IV... deu a figura extraordinaria de Prisciliano, perseguida por enxertar na doutrina católica o sentido panteísta do seu país natal e a liberalidade moral dos seus coterráns... O seus discípulos déronlle sepultura na nosa terra, e a sua doutrina enxendrou unha Eirexa separada, onde se cobexaron todos os galegos. O priscilianismo botou raíces tan fondas na alma mística de Galiza que a pesares das pauliñas dos cregos, o noso pobo aldeán sigue sendo heterodoxo» (26).

3. PRISCILIANO COMO RECRIAÇOM LITERÁRIA

Após esta apressurada visom das diversas posturas adoptadas em Galiza perante a figura de Prisciliano vaimos à lembrança que os nossos escritores, com menos carga ideológica pero con maior espírito literário, lhe dedicárom, e que realmente constitui a razom última deste meu traballo.

-
- (21) Ainda chega a dizer: «...Ocultaba un corazón depravado y suelto a toda clase de libertinaje. Una pasión descollaba, sin embargo, en aquella alma presa de los más abominables vicios, el orgullo, que le llevaba a considerarse superior a los demás hombres. A esta pasión satánica, que tenía por mira el hacerse aparecer igual a Dios, servía de guía su astucia», *Estudios histórico-criticos sobre Prisciliano*, Santiago de Compostela, 1878.
- (22) Algo parecido ocorre tamén, ainda que nom de forma tam marcada, na que foi tese de doutoramento de R. LOPEZ CANEDA, *Prisciliano. Su pensamiento y su problema histórico*, Santiago de Compostela, 1966.
- (23) *Historia de Galicia*, t. IV da reproduçom facsimile da segunda ediçom aparecida na Corunha no ano 1905, Bilbau, 1979, 560, n. 1.
- (24) M. PORTELA VALLADARES, *Unificación y diversificación de las personalidades. El priscilianismo (Apéndice)*, Barcelona, 1932. P. PEDRET CASADO, «Xesús ante o priscilianismo» , *Logos* 28-29 (1933) 58-68.
- (25) R. OTERO PEDRAYO, *Ensaio histórico sobre a cultura galega*, Vigo, 1982².
- (26) A. DANIEL CASTELAO, *Sempre en Galiza*, Madrid 1977², 36.

Era alô polo ano 1926, ouvindo-se ainda em Espanha o eco da balbúrdia que produzira o descobrimento do manuscrito dos *Tratados de Prisciliano* na Biblioteca Universitária da cidade alemá de Würzburg (27), cuja notícia fora trasladada até aqui por R. Menéndez Pelayo (28), cando A. Cotarelo Valledor recriava literariamente, com saudade galaica e sentimentos nostálgicos, o egrégio Prisciliano. Dava entom à imprensa, na Corunha, o seu drama *Hóstia*, cujo título, no seu significado de «vítima sacra», «vítima pura», é de por si antecipador já da visom do feito histórico do ajustiçamento em Tréveris. «E ti, hostia inocente, vítima branca...», di o autor (p. 107).

Haviam de passar moitos anos antes de que outro escritor galego retomasse o tema de Prisciliano como argumento para outra obra teatral. Foi em 1970, cando D. Cortezón tirava do prelo, esta vez em Vigo, outra obra dramática com título que nom deixa lugar a dúvidas sobre o seu contido: *Prisciliano*.

Novamente seria Vigo a cidade onde em 1984 aparecia a novela de María Xosé Queizán, cujo título, *Amántia*, oculta un nome mais misterioso e de complexos problemas codicológicos. Nom é, com certeza, tam claro o nome como nos deixa ver a autora na «Noticia histórica» inculída ao fim da sua obra, p. 215 (Corrija-se que o códice é o *Mp. th. q. 3*, e evidentemente nom é «dño most.» senom «dno. nost.»). Realmente estes exemplos som «peccata minuta» ao lado dos graves erros e erratas que assinalaremos logo). Pero voltemos sobre a misteriosa Amántia. Tivem ocasiom de estudar este códice do século V/VI, único existente dos *Tratados de Prisciliano*, no inverno de 1983 en Würzburg e comprovar esse nome apagado no fólio 74 v., onde se lê em capitais o seguinte: LEGE FELIX ////////////// CUM TUIS IN XPO IHU DNO NOST. Aqui foi apagada umha palavra que difficilmente e só guiando-me pola obra de G. Schepss, pudem adivinhar que acabava talvez em TIA. Em 1885 a Schepss pareceu-lhe ver NTIA, ainda que G. Schmitz lhe propuso ler o nome de Amantius, e ainda melhor Amius (29). Foi o feito deste nome apagado o que suscitou todo tipo de hipóteses a respeito da persoa que ocultava e sobre quem pudo ser o autor, já que é umha suscriçom inserida despois do *finit* do III Tratado e imediatamente despois do *incipit* do IV. Foi Prisciliano? Foi um engadido do amanuense do século V/VI autor do manuscrito? Quede a resposta para melhor ocasión. Agora voltemos ao tema objecto do nosso trabalho.

(27) Andaba G. SCHEPSS alô polo ano 1885 a procura de manuscritos na Biblioteca Universitária de Würzburg por encargo da Academia de Viena, cando se topou com um maço de cadernos soltos e anónimos que identificou como os 11 Tratados de Prisciliano e editou-nos entom por primeira vez (cf. n. 18). A atribuiçom de todos eles a Prisciliano é ainda discutida, cf. B. WOLLMANN, «Priscillianus» na *Real Encyclopedie* de Pauly-Wissowa, Suppl. 14, 1974, 486-559.

(28) «Opúsculos de Prisciliano y modernas publicaciones acerca de su doctrina», *Revista de Archivos y modernas publicaciones acerca de su doctrina*, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 1-10 (1989), recollido logo en *Obras completas*, Madrid, 1917, vol. II, 321-362.

(29) G. SCHEPSS, o.c. XI

3.1. Historicidade e fantasia literária.

Ainda que A. Cotarelo se sente fascinado polos valores poéticos e líricos que oferece o momento da morte Prisciliano em Tréveris —hei de recordar que o drama tem como unidade de acçom a noite que o bispo de Ávila passa no cárcere em Tréveris agardando a sua execuçom— nom renuncia à fidelidade histórica, nem sequer à língua latina que usa com profusom e bom domínio. Nom em vam tinha escrito umha obra histórica e perfeitamente documentada sobre Afonso III que segue sendo ainda hoje básica para calquer estudioso do mencionado monarca ou dos começos da monarquia asturiana (30).

O drama de Cortezón está moi próximo em ambientaçom ao de Cotarelo. Principia em Íria Flávia, passa por Bordéus e remata na prisom de Tréveris.

A novela de Queizán abarca um maior contexto histórico que pretende recolher o ambiente sócio-político-cultural dos séculos IV e V, ainda que com algum anacronismo notável, como já queda dito. Assi mesmo a presença na novela de personages históricas é moito maior em número à dos dramas de Cotarelo e Cortezón, como é natural tratando-se de géneros literários tam diversos. Pero o que ganha em personages perde-o na historicidade dos mesmos. Mais nom adiantemos acontecimentos.

3.1.a A historicidade das personages.

As personages que participam na obra de Cotarelo ajustam-se bem ao que delas sabemos. Assi ocorre com Itácio, o bispo de Osonoba (no Algarve), cuja descriçom: «carraxento vello! Home ousado, home turdio, matinador, escravo do ouro e mais da gula... Astra se atreveu a ferir de herexa a Martiño, ese varón santo parello dos Apóstolos» (p. 74-75) corresponde-se perfeitamente coa que nos deixou del o historiador galo do século IV, Sulpício Severo (31).

Em Cortezón a caracterizaçom desta personage fai-se por boca do bispo Instâncio (p. 48), pero, sobretodo, Itácio é o resultado das sus próprias palavras, do seu comportamento. Baste como exemplo, a acusaçom hipócrita dianto do imperador Máximo: «...Iste home (Prisciliano) cre na mazia dos esconxuros, pretende o sacerdocio pra a muller; alporiza ás moitedumes con doutrinas de igualdade, pregoa a xustiza na Terra, non no ceo, Aldraxa a fe, fornica, desfai o orde» (p. 96).

(30) *Historia crítica y documentada de la vida y acciones de Alfonso III el Magno, último rey de Asturias*, Madrid, 1933.

(31) «Na verdade afirmo que Itácio nom tinha nada de valioso nem de santo: foi com efecto, audaz, loquaz, desavergonhado, esbanjador, moi dado à glotonaria.. Até se atreveu o desgraçado a lançar publicamente umha acusaçom de heresia contra o bispo Martinho, varom comparável em todo aos apóstolos» Chorn. II, 50.

Em *Amântia* este personage, clave na condena de Prisciliano, nom tem especial realce. O protagonismo na obra corresponde-lhe às mulheres, por tratar-se, como logo diremos, dumha novela marcadamente feminista.

A mesma rigorosidade histórica comprova-se na figura do grande poeta Latroniano, que já foi elogiado como tal polo seu contemporáneo Sam Jerónimo (32), e que também foi ajustiçado com Prisciliano. El é a personage sentimental, o contraponto poético na obra de Cotarelo, em que se apoia para introduzir a poesia dentro da obra dramática, pondo na sua boca um tema tradicional, de raízes gregas e latinas: o sofrido rouxinol (p. 79-80).

Cortezón utiliza, como Cotarelo, o recurso do poema inserido no drama, pero neste caso hai menos lirismo que em Cotarelo, porque quijo o autor recordar os pouquinhas restos que nos quedárom escritos do que deveu ser a himnódia priscilianista (33).

A composiçom poética tamén é recurso manejado por María Xosé Queizán, pero na novela esta missom poética está-lhe encomendada a Amântia. De latroniano só se fai referêncià à sua condiçom de poeta oficial do priscilianismo. «Latroniano, o poeta aprimorado e grácil, daria forma poética às ideas priscilianistas» (p. 106).

Pero som sobretodo os protagonistas, Prisciliano e Prócula, os que mais se ajustam aos dados que conhecemos polas fontes (34). No caso da novela de Queizán nom é assi e pronto saberemos por quê.

O contraponto de Prisciliano será, no drama de Cotarelo, Prócula, a filha do professor de retórica de Bordéus, Delfídio, e de Eucrócia, tamén ajustiçada com Prisciliano em Tréveris. Prócula, a «amantia turturela» (p. 102) é o grande e limpo amor de Prisciliano, enfrentando-se o autor coas críticas e difamaçons que corriam sobre os dous em Aquitânia. Sulpício Severo foi o que se fijo eco daqueles rumores que diziam que Prócula quedara embaraçada de Prisciliano e que abortara (35). Cotarelo recusa abertamente estas calúnias («linguas turdias lixaron a tua honra» p. 99) e prefere ver Prócula como Zoé, ou seja, Vida.

(32) «Latronianus, provinciae Hispaniae, valde eruditus, et in metrico opere veteribus comparandus, caesus est et ipse Treveris cum Priscilliano, Felicissimo, Iuliano et Euchrotia, isdem factionibus auctoribus. Exstant eius ingeni opera diversis metribus edita» HIER. vir. ill. 122.

(33) Só conhecemos por umha carta de Agostinho uns poucos e fraccionários versos daquela himnódia. Estes escassos restos aproveitou-nos Cortezón, ainda que dando-lhe umha interpretaçom persoal e nova. As palavras postas repetidamente na boca de Prócula «Quero ser enxendrada e quero ser enxendrada» (p. 79), na de Prisciliano «Quero desatar e quero ser desatado» (p. 78) ou as do Coro «Quero ornar e quero ser ornado. Son lámpara para ti que me ollas. Son porta para ti que me petas...» (p. 43) nom som outra cousa que a traduçom dos fragmentários versos que se acham na ep. 237 de Agostinho.

(34) Podemos citar entre os autores latinos a Sulpicio Severo, Próspero de Aquitânia, Agostinho de Hipona, as Actas do Concilio de Zaragoza do ano 380, e os próprios Tratados de Prisciliano, conhecidos através de Menéndez Pelayo (cf. n. 28). Entre os autores modernos sem dúvida estám E. Ch. Babut e A. D'Alles (cf. n. 5).

(35) «...Prócula, sobre quem corria o rumor de que, estando embaraçada por estupro de Prisciliano, dera à luz em campo aberto» SULP. SEV. Chron. II, 48. Textos recolhidos no meu art. cit. n. 16, p. 72-76.

Tamém para Cortezón, Prócula é o contraponto feminino do drama. Este autor, nom obstante, quijo fazer caso dos rumores da Aquitânia e, no meu ver, forçou para isso a escena. As súplicas de Prócula para ser engravidada por Prisciliano (p. 79-84) e o câmbio de atitude deste transcorre demasiado rápida. Nom se tinha feito ambiente para tal, e o desfecho parece um tanto forçado. «iso é un terrível pecado, Prócula! Eu sei que huna pechada noite cairá sobre dos nosos espíritos...» (p. 83).

Na novela de Queizán todo será distinto. Prócula terá um papel insignificante, porque o protagonismo estará a cargo de Egéria e de Amántia. No «Apéndice», onde explica a autora a génesis da sua novela, manifesta assi mesmo a sua admiraçom pola monja do século V. Ao lado delas, outras mulhres, como a priscilianista Enenócia, Maximila, irmá de Egéria, Gala, Lucila, Ágape, a emigrante de Ourense na Gália, Urbica, etc. É precisamente a ideología feminista da autora a que a leva a fazer umha novela antimachista, volvendo-a de histórica em anti-histórica. Aquela espécie de gineceu galaico veu a ser alporornado pola presenza de Prisciliano, que se converte na novela em perseguidor apaixonado e constante de Amántia «Cando?» pergunta-lhe Prisciliano. «Ad Kalendas graecas» responde-lhe a moça (p. 81).

Pero o que nom conseguia com Amántia fazia-o com Egéria. O relato do coito com Prisciliano (p. 81) parece, cando menos, burlesco. É tónica em toda a novela o desprezo do amor heterossexual em que palavras e símiles som síntomas do pensamento. Um bom testemunho é a descriçom do ritual do coito entre Dictínio, o histórico bispo de Astorga, e Egéria (p. 136). Pero isto ressalta mais ao analisar as simpatias e a delicada descriçom que se observa cando do amor sáfico se trata. (Entre as leituras freqüentes de Egéria estavam Safo e Catulo p. 100). Aqui as protagonistas som Egéria e Amántia (p. 60). Atreveria-me a dizer que jogar assi coas personages históricas, enraizadas já com umha determinada configuraçom humana na tradiçom, é, cando menos, sumamente perigoso. Pode-se deixar voar a imaginaçom literária polo século IV ou V, pero nom se pode criar caprichosamente um Prisciliano ou umha Egéria, fazendo deles um anti-Prisciliano ou umha anti-Egéria, numha novela em que todo, ou quase todo, resulta histórico. A menos que se queira fazer umha paródia, que diríamos dum Cid maricas, dum Gelmírez homossexual ou dum Quixote borracho? Para marcar umha ideología nom deveriam ter-se elegido estas personages.

3.1.b *A língua latina como recurso de ambientaçom histórica:*

Pero além desta caracterizaçom histórica das personages polo seu pensamento e polo seu comportamento, hai outra ambientaçom que nos vem dada pola diçom própria das personages ou da narraçom.

Cotarelo sabia que Prisciliano fora elogiado polos seus extraordinários dotes literários através da pluma do historiador Sulpício Severo, que conta

entre as suas fontes de informaçom (36), e por isso fai del um home eloquente, com umha diçom que o aparta do ámbito vulgar. Um Prisciliano erudito, que manifesta o uso e o manejo da mitologia e da história: «Ti es o *paraclete* do meu pesar, o *demiurgo*, o *psique* venturado que baixou perfeito do *Gran Ben...* Ti es pra min a *Marcelina de Carpócrates, a Flora de Tolomeo, a Prisca de Marcelino, A Filomena de Apeles, a Helena de Simón...* (p. 65). Com estas palavras trata de expressar-nos a sua concepçom de Prócula, a que compara tamém coas deusas da mitologia clássica: «No atrio estabas ti,... arrodeada de pombas como Vénus, belida como Flora, graciosa como Aglae, como Hera sonrinte...» (p. 97).

No seu afám de enaltecer a figura de Prisciliano eleva ao máximo a sua expressom recorrendo para isto aos cultismos latinos e gregos. Por exemplo cando fala da indignidade humana para receber a Sagrada Forma mentres a alma esteja encerrada no corpo, di: «Cando o *eón* axirxilado.. poida tornar ó *pleroma* que o formou...» (p. 87). Neste contexto estám tamém as suas palavras de perdom a Tértulo: «;Qué outra cousa poderia na presenza do noso *nous*, do *espermático logos* encarnado...» (p. 92).

A língua converte-se de latinismos e helenismos em latim perfeito, cando ao acercar-se o momento final da sua vida, caminhando já para o patíbulo, exclama: «É preciso. O quirógrafo do esprito está no neuma; o sangue é o quirógrafo corporal» (p. 101), concluindo a escena coas palavras em latim de Isaías 53, e coa fórmula de consagraçom conservada por Martigny (37).

Similares fôrom as intençons de Cortezón que soubo, como Cotarelo, apresentar-nos um Prisciliano predicator, apóstolo, «mestre galego», através da sua culta diçom e das suas manifestaçons filosófico-teológicas, que ponhem ao descoberto os seus conhecimentos do tema. Como Cotarelo, tamém Cortezón lhe fai dizer a Prisciliano «...os corpos celestes teñen posto o seu selo sobre de cada home... O chirógrapho de Deus... ou o chirógrapho do Demo...» Com respeito à referênciam aos *eons* veja-se p. 86. Neste sentido hei de fazer umha observaçom sobre a definiçom de alma dada por Prisciliano (p. 87) que é umha das passages mais discutidas polos filólogos e mais controvertidas para os teólogos dentre os textos priscilianistas transmitidos. O texto de Cortezón é a traduçom de Menéndez Pelayo dum fragmento de Prisciliano que Orósio conservou no seu *Commonitorium*.

Esta busca do cultismo, da frase latina para criar ambiente, foi tamém constante pretensom da autora de *Amantia*. Pero na minha opiniom este é um dos falhos mais notáveis da novela, que ademais pom ao descoberto

(36) De Sulpicio Severo é esta semblaça de Prisciliano: «Prisciliano, de familia nobre, rico, de rejo carácter, inquieto, eloquente, erutido e de moita leitura, moi decidido para a dissertaçom e o debate...» *Chron.* II, 46.

(37) Abbate Martigny *Diccionario de Antigüedades cristianas*, Madrid, 1894, 261.

(38) Cf. ediçom de G. SCHEPSS o.c. (n. 18) 153.

a falta de preparaçom da sua autora neste campo (39). A sua pretensom quedou-se num amontoamento de frases mal alinhavadas, desprovidas de sentido en moito casos, e com infinidade de erratas (40) e de erros. A fonte de tam ingente número de frases latinas —mais de 100 sintagmas contei eu, sem incluir palavras soltas que sinalam objectos, ofícios, cargos, vestidos, etc...— foi sem dúvida o livro de Víctor J. Herrero Llorente (41). Por outra parte já Carvalho Calero (art. cit. n. 9) lhe sinalou algumhas irregulares concordâncias que se dam nas citas latinas. A mim fam-se-me intoleráveis frases como as seguintes: «Os *miles* rodearon á *riseira*» (p. 16), «Un *cattiae* incrustado de *margaritarii*» (p. 19), «todo chega nos *onerata navis*» (p. 40), «A diurna *imitatione* vilium rerum» (p. 44). Quam distante do domínio lingüístico do latim de Cotarelo!

E voltando a Cotarelo, nom é só Prisciliano o exponente do ambiente intelectual daquel brilhante momento cultural do século IV. Ao seu lado é de destacar a llinguae culta do já mentado poeta Latroniano. Manejando correctamente a língua latina, o autor de *Hóstia* fai-lhe enumerar assi os instrumentos de tortura empregados contra Prisciliano: «Non se pode dare creto os laídos dun corpo estordegado na numela, no equuleus, esgazado no columbar, sanguimento do lorum e do flaxel» (p. 77).

A mesma Prócula, filha do professor de retórica de Bordéus, Delfídio, usa com profusom termos latinos cando nos oferece a visom de Pricilianno como vítima sacrifical (42), ou cando para subornar o carcereiro vai-lhe oferecendo as jóias que ela tem: «Eiqui tes *armilla*, *sphinter*, *dextrale*... *cro-tallium*, *clenches*... Este *monile* vale un *talentum*...» (p. 106).

Resumindo, podemos dizer que o recurso à língua latina, tanto para a ambientaçom da época e da cultura daquelas gentes da Gallaecia do século IV como para a caracterizaçom das personages, é recurso comum dos três autores analisados, ainda que os resultados e o correcto manejo daquele língua nom seja parelho nos três.

(39) Limito-me a transcrever o que a autora di no «Prefacio» da novela, em que finge, à maneira de U. ECO *O nome da rosa*, traduzir um manuscrito latino do séc. IV topado no Paço da Pastora, cando andava polos seus quinze anos: «Os meus coñecementos de latin, naquel momento nom me permitiron le-lo manuscrito. En épocas mais recentes, gracias ás mestres leccións do profesor do Colexio Universitario de Vigo, puiden ir desentranhando o misterio do meu sustraído tesouro». Moito me temo que «as mestres leccións» ainda nom fôrom de avondo.

(40) Vou assinalar só alguns exemplos: «...familias consntire opostet» (consentire oportet) p. 23; «ab incubabilis» (ab cunabulis) p. 10; «peristilium» (p. 12) por «peristílum», em troca «tablinum» e «triclinum» por «tablinum» «triclinium»; «toncsorius» por «tonsortius». Mais estranha e incomprehensivel parece-me a aclaracom «oppidum» = «monte» (p. 23); do mesmo modo que me parece um burro com duas albardas «oecus triclinum» da p. 56.

(41) *Diccionario de expresiones y frases latinas*, Madrid, 1980.

(42) «Trembar e xemer como ambarbal que escota as pisadas do cultrario» p. 91), «Non é á custodia e ó robur onde van... Pasar mirei o carnifex, a securis brillaba no seu fros...» (p. 105).

3.1.c Reivindicação galeguista de Prisciliano.

Sabido é ser, ainda hoje, questom discutida a da origem da pátria de Prisciliano (43). Mais para Cotarelo, que nos foi dando ao longo da sua obra umha visom de Prisciliano como mártir, que cal outro Sócrates, segundo a imagem que del nos deixou Platom no Fedom, recusou a ocasiom de fugir que lhe oferecia Prócula (44), a origem do bispo de Ávila vai ser umha premoniçom da futura Galiza, da Galiza do seu tempo e da de hoje. Assi, frentre ao rejeitamento do Cura de Fruíme ou de Lôpez Ferreiro, Cotarelo anuncia pola palavras de Prócula: «Por séculos de séculos alumará (a tua ciéncia) na terra *en que eres nado*, na terra saudosa dos misterios, Galicia, que se regroria en ti» (p. 108).

Tamém para Cortezón Prisciliano é galego, e assi lhe fai afirmar ao histórico professor de retórica, Delfídio, cando lho apresenta à sua filha Prócula: «Iste é Priscián, o mestre galego...».

Este autor vai mais alô, e tratando de remontar já ao século IV o desprezo por aquilo que provinhesse de Galiza, pom entre as acusaçons dos bispos contra Prisciliano a de ser galego. E desta forma, diante do imperador Máximo, di o bispo de Mérida Idácio: «...gnóstico, *galego...* panteísta» (p. 117), o que reafirma o bispo Magno: «...*galego*. Renarte. Saudoso» e corrobora-o Itácio de Ossonoba: «Esprito na percura de sí mesmo... *Home do Fisterre... ¡Galego!*» (p. 117).

A novela de María Xosé Queizán, mais preocupada pola ambientaçom feminista daquel século, interessa-se menos polo problema histórico e reivindicativo da figura de Priscilián. Neste sentido é umha obra menos marcada polas reivindicaçons nacionalistas, surgidas como já fica dito á sombra de Murguia, e moito mais polas feministas. O protagonismo corresponde-lhe menos a Prisciliano do que ao seu entorno.

CONCLUSONS

Tentámos neste trabalho fazer ver como a desprezada e rejeitada figura de Prisciliano em Galiza pola pluma do Cura de Fruíme e de Lôpez Ferreiro foi recuperada por Murguia, e ressuscitada polos nacionalistas galegos, bem a nível histórico e ideológico, como é o caso de Portela Valladares, Pedret Casado, Castelao e Otero Pedraio, bem a nível literário, como no caso de A. Cotarelo. O facho literário ainda nom se apagou. Daniel Cortezón recolheu-no do teatro de Cotarelo e nesse mesmo género no-lo transmitiu. Neste momento o testemuño tem-no María Xosé Queizán desde o ano 1984. Quem o recolherá?

(43) Hai quem pensa que era da Bética ou da Lusitánia. Outros, sem embargo, suponhem-no de origem galaica.

(44) A semelhança coa escena do Fedom parece-me evidente. Senom escoitemos as palavras de Prócula: «Escoita. Cando a noite delure sober a terra, na hora do gallicatum silandeira, premerás esa porta, é a porta cederá. Tras ela, Caio, o garda desta cárcere dormecido... terá un manto cabio de si. Encuberto baixo dese manto...» (p. 100).

Didáctica da filosofia (I)

Por Ramom VARELA PUNHAL

Prefácio

No presente trabalho vou apresentar os resultados dum inquérito realizado a professores de filosofia e a alunos de 3.º de BUP e COU de Galiza, com objecto de conhecer a sua opiniom sobre a nossa cadeira. Os primeiros questionários distribuirom-se com ocasiom da *II Semana Galega de Filosofía* que convocada pola Aula Castelao de Filosofia, tivo lugar em Ponte-Vedra do 8 ao 12 de Abril de 1985.

Os professores D. Moisés Lozano Paz e D. Luís Humberto Busto Abeilla acarretárom ideias mui valiosas à redacçom do inquérito e colaborárom eficaz e decisivamente na recolhida de dados mas, por motivos pessoais, nom pudérom afrontar a elaboraçom dos mesmos, assumindo em solitário este labor e correspondendo-me, por conseguinte, em exclusiva a responsabilidade de todas as suas deficiências.

O meu agradecimento aos supracitados professores significa nada menos que o reconhecimento de que, em caso contrário, este estudo nom poderia levar-se ao cabo. O Inspector de Bacharaleto de filosofia, Sr. Pérez Barreiro, forneceu-nos dados inestimáveis tanto de endereços de Institutos como de estatísticas de professores e alunos da nossa comunidade. Estamos-lhe mui reconhecidos polo seu desinteressado contributo. Contraim umha dívida importante com todos os docentes de filosofia e alunos que pacientemente se aprestárom a preencher o longo inquérito. Nom podo deixar de render-lhes graças pola sua colaboraçom. Agradeço tamém a cooperaçom, no árduo e monótono trabalho de tabulaçom e ordenaçom dos dados, à minha esposa M.^a Luísa Rodríguez Rey, e à minha filha Noemi Luísa. Quero, finalmente, expressar o meu sincero agradecimento a todos os que fixérom possível a sua publicaçom.

1.—INTRODUÇOM

1.1.—Objectivos e finalidade.

Na Galiza, contrariamente ao que acontecia noutras comunidades autónomas espanholas, carecíamos dum estudo sobre o sentir dos ensinantes e

educandos a respeito da nossa matéria e, portanto, consideramos que era conveniente encher este vazio e oferecer um serviço tanto aos professores e alunos como às autoridades educativas. Polo que respeita aos colegas, para que tivessem umha pauta de referência e um motivo de reflexom que lhes permita melhorar o seu labor docente; e com respeito às segundas, para que podam dispor de indícios fiáveis que norteem o seu difícil cometido de brindar à sociedade galega uns contidos actualizados e frutíferos face ao futuro.

Damo-nos por satisfeitos se logramos os objectivos e as finalidades supraditas, quer dizer, obter umha radiografia fiel das opinions de docentes e discentes sobre a nossa cadeira que sirva de instrumento para aperfeiçoar os nossos métodos de ensino e de referência às autoridades educativas de cara ao processo de reforma das ensinâncias médias.

1.2.—*Questionários.*

1.2.1.—Inquérito aos professores.

(Figuram em separata aparte)

1.2.2.—Inquérito aos alunos.

(Figuram em separata aparte)

1.3.—*Descriçom da amostra e da populaçom.*

Respondêrom-nos ao inquérito dos professores 50 ensinantes, dos quais 19 eram catedráticos, 26 agregados e 6 professores nom numerários. Segundo dados facilitados pola Inspecçom de Bacharaleto, no curso 1984-85 impartiam aulas de filosofia 219 professores. Destes, 53 eram catedráticos, 147 agregados e 19 PNNS. A taxa total de respostas da amostra representam um 22,83 por cento do total da populaçom de 219 docentes de filosofia. No entanto, a representaçom por estratos foi desigual já que mentres a percentagem dos que contestárom se eleva a 35,85% em catedráticos e a 31,58% em PNNS, só atinge o 17,69% em agregados. Isto obrigou-nos a fazer umha análise separada dos catedráticos e agregados. Tendo em conta, por outra parte, o número exígido de PNNS da amostra, insuficiente para um tratamento diferenciado, juntamo-los cos agregados.

A departiçom da amostra segundo as variáveis de idade, sexo, anos de docência e especializaçom, pode-se ver no quadro 1.01.

	IDADE		SEXO			ANOS DOCÊNCIA		ESPECIALIDADE			
	Média	N.C.	V	F	N.C.	Média	N.C.	Filos.	Várias	Outras	N.C.
Catedráticos	40,33	4	16	0	3	11,78	1	14	3	0	2
Agregados ..	36,91	3	16	7	2	9,60	0	20	1	3	1
PNNS.....	30,00	3	1	2	3	1,33	3	1	0	3	2

Quadro 1.01. Amostra dos professores

O total de inquéritos cumpridos polos alunos foi de 491, que, para umha populaçom de 24.175 estudantes de 3.º de BUP e COU, representa umha percentagem dum 2,03%. Da cifra indicada, 230 corresponden a alunos de COU e 261 a 3.º, que suponhem um tanto por cento de 1,92 e 2,14 sobre as respectivas populaçons de 11.898 e 12.186 alunos de COU e 3.º de BUP no curso 1984-85.

Os alunos de COU que preenchêrom os inquéritos pertenciam aos Institutos de Bacharaleto de Ferrol, Santiago e Melide pola Corunha; Lugo e Foz por Lugo; Ourense e A Rua por Ourense; e Ponte-Vedra, Vigo e Vilagarcia por Ponte-Vedra. Os de 3.º, representam a centros de Corunha, Nôia e Melide pola Corunha; Lugo e Guitiriz por Lugo; Ourense por esta provincia; e Ponte-Vedra, Vigo e Lalim por Ponte-Vedra.

No quadro 1.02 podemos observar a amostra dos alunos detalhada por idade, sexo, tipo de bacharelato elegido, êxito nos exames de Junho, desejo de estudar carreira, tipo de carreira que pensam eleger e a correspondente especialidade.

		Idade	Sexo	TIPO DE BACHARELATO				APRB. JUNHO		CARREIRA		TIPO CARREIRA		ESPECIALIDADE		
				Letras	I-mixto	Ciênci.	C-mixto	Si	Nom	Si	Nom	Média	Superior	Letras	Ciênci.	Técnic.
	V	17,80	111	23	11	49	18	64	47	103	5	15	70	39	34	18
	F	17,90	119	33	21	20	19	55	37	86	6	27	54	39	27	6
	N.C.			36				27		30		64		67		
	V	17,43	63	8	12	33	9	9	52	39	20	13	15	11	12	7
	F	17,26	198	51	37	66	39	65	124	153	34	56	69	59	50	8
	N.C.			6				11		15		108		114		

Quadro 1.02. Amostra dos alunos

2.1.—DADOS DO PROFESSORADO

2.1.—Obrigatoriedade-opcionalidade do ensino da filosofia.

No quadro 2.01 reflecte-se o sentir do professorado galego sobre a questão de se a nossa cadeira deve, de cara à reforma das ensinâncias médias, ser obrigatória em mais ou menos cursos que na actualidade ou continuar como até agora.

VARIÁVEIS	CATEDRÁTICOS			AGREGADOS E PNNS		
	Respost.	Percent. 1 (1)	Percent. 2 (2)	Respost.	Percent. 1	Percent. 2
a) Obrigatória em mais cur.....	1	5,26	5,88	4	12,90	17,39
b) Continuar igual que ag.....	10	52,63	58,82	13	41,49	56,52
c) Obrigatória só em 3.º.....	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
d) Obrigatória só em COU.....	1	5,26	5,88	0	0,00	0,00
e) Opcional em 3.º.....	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
f) Opcional em COU.....	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
f') e + f.....	1	5,26	5,88	1	3,23	4,35
g) Obrigat. 3.º/Opcional COU..	3	15,79	17,65	3	9,68	13,04
h) Obrigat. COU/Opcional 3.º..	0	0,00	0,00	1	3,23	4,35
i) Nom deveria existir 3.º.....	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
j) Nom deveria existir COU.....	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
k) Nom deve exist. nengum c....	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
l) Outras.....	1 (3)	5,26	5,88	1 (4)	3,23	4,35

Quadro 2.01. Obrigatoriedade da filosofia face à reforma

Do quadro anterior podem-se extrair as seguintes conclusões:

a) Só umha percentagem limitada de professores (5,88 e 17,39 por cento) desejam que a filosofia seja obrigatória em mais cursos.

b) Se somamos a percentagem de a) e a de b) obtemos umhas quotas de 64,70 e 73,91 que nos permitem afirmar que umha grande proporçom dos professores optam por que, polo menos, tenha no futuro a mesma quantidade de horas que na actualidade.

c) Só o 29,41 por cento dos catedráticos e o 21,74 por cento dos agregados e PNNS se inclinam por um maior grau de optionalidade em comparaçom coa situação presente.

(1) Percentagem 1: Sobre a totalidade dos que respondêrom o inquérito.

(2) Percentagem 2: Sobre os válidos emitidos a esta pergunta.

(3) A sua obrigatoriedade está em funçom da obrigatoriedade doutras matérias.

(4) A sua obrigatoriedade está em funçom da idade dos alunos.

2.2.—Avaliaçom da própria cadeira.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variação típica	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Variação típica	Desviaç. típica	nº de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
3.^a Q.											
I) Características da filosofia											
a) Dificuldade	100,00	3,58	0,57	0,75	100,00	3,21	0,80	0,89	1,54	48	Nom
b) Importância	100,00	4,25	0,62	0,78	94,74	4,21	0,17	0,42	0,65	47	Nom
c) Utilidade	100,00	3,97	1,19	1,09	94,74	3,50	0,69	0,83	1,54	47	Nom
d) Formaçom para o aluno.....	100,00	4,35	0,55	0,74	94,74	4,06	0,61	0,78	1,31	47	Nom
e) Ajuda a compreender a realidade.....	100,00	4,32	0,54	0,74	94,74	3,89	0,54	0,74	1,95	47	Nom
f) Actualidade dos contidos.....	96,77	3,20	1,16	1,08	94,74	3,17	0,69	0,83	0,11	46	Nom
g) Aperfeiçoamento pessoal.....	96,77	3,83	0,94	0,97	94,74	3,56	0,80	0,90	0,97	46	Nom
h) Compreensom da cultura galega.....	93,55	2,38	1,27	1,13	94,74	2,33	1,00	1,00	0,14	45	Nom
i) Compreensom da cultura em geral.....	96,77	4,03	0,83	0,91	89,48	3,82	0,85	0,92	0,74	45	Nom
j) Extensom	90,32	4,46	0,39	0,63	84,21	4,31	0,46	0,68	0,73	42	Nom
k) Facilidade de aprovar.....	93,55	3,45	0,45	0,67	94,74	3,83	0,36	0,60	-1,94	45	Nom
II) A filosofia fomenta a											
a) Tolerância	96,77	4,33	0,76	0,87	100,00	4,37	0,44	0,67	-0,15	47	Nom
b) Convivência	96,77	4,13	0,78	0,88	100,00	3,95	0,79	0,89	0,70	47	Nom
c) Atitude crítica.....	96,77	4,30	0,61	0,78	100,00	4,42	0,35	0,59	-0,57	47	Nom
d) Reflexom	96,77	4,23	0,71	0,84	100,00	4,32	0,32	0,57	-0,37	47	Nom
e) Amor à liberdade	93,55	3,90	0,78	0,88	100,00	3,89	0,73	0,85	0,07	46	Nom
f) Evitaçom de serem manipulados	93,55	3,90	0,92	0,96	100,00	3,84	0,66	0,81	0,20	46	Nom
g) Submissom à ordem estabelecida.....	87,10	2,19	0,82	0,90	100,00	2,05	0,37	0,60	0,55	44	Nom

Quadro 2.02. Características e influênciam da filosofia

À vista dos dados reflectidos no quadro 2.02 pode-se constatar que, em termos gerais, os professores de filosofia avaliam dum jeito mui positivo a matéria que impartem. Todos os items que podem contribuir a prestigiá-la: importânciá, utilidade, formaçom para o aluno, ajuda a compreender a realidade, aperfeiçoamento pessoal e comprehensom da cultura em geral, som qualificados com pontuaçons elevadas.

A única excepçom refere-se à comprehensom da cultura galega que é qualificada com um claro suspenso, e que, se se compara coas respostas emitidas à questom 25, d) na que se manifesta um apoio decidido a que a filosofia inclua aspectos da própria cultura, pode-se concluir que os professores opinam que se dá, ao respeito, umha clara lacuna que deveria ser remedida. A filosofia que se imparte na nossa comunidade deveria ter presente dalgum modo o feito diferencial galego.

Quanto à dificuldade, deu-se-lhe umha pontuaçom moderada, praticamente coincidente coa calificaçom académica «bem», considerou-se que é bastante fácil de aprovar, mui extensa e pouco actualizada nos seus contidos. A nom ser polo que se refere à facilidade de aprovar, os agregados dérom qualificaçons mais altas pero a diferença nom atingiu o nível de significatividade preestablecido.

Pensa-se que contribui notavelmente à formaçom de cidadaos críticos, reflexivos, amantes da tolerância, convivência e liberdade, pouco propensos a serem manipulados e pouco submissos à ordem sociopolítica imperante.

Os resultados anteriores só adquirem, porém, umha verdadeira significacōm quando os comparemos cos fornecidos polos alumnos.

2.3.—Comparacōm da filosofia com outras cadeiras.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Varia-çōm	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Varia-çōm	Desviaç. típica	etn de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
4. ^a Q. Comparacōm da cadeira de filosofia com outras similares.											
I) Características											
a) Dificuldade	100,00	3,42	0,76	0,87	100,00	3,42	0,77	0,88	-0,07	48	Nom
b) Importância	100,00	3,90	0,54	0,73	94,74	3,83	0,25	0,50	0,35	47	Nom
c) Utilidade	96,77	3,60	0,84	0,92	94,74	3,39	0,57	0,76	0,81	46	Nom
d) Formaçōm para o aluno	100,00	3,94	0,45	0,67	94,74	4,06	0,61	0,78	-0,56	47	Nom
e) Ajuda a compreender a realidade	100,00	4,19	0,41	0,64	94,74	4,06	0,61	0,78	0,65	47	Nom
f) Actualidade dos contidos	96,77	3,20	0,63	0,79	94,74	3,22	0,28	0,53	-0,10	46	Nom
g) Aperfeiçoamento pessoal	93,55	3,90	0,71	0,84	89,47	3,88	0,22	0,47	0,07	44	Nom
h) Compreensom da própria cult. galega	93,55	2,72	0,82	0,91	94,74	2,67	0,44	0,67	0,23	45	Nom
i) Compreensom da cultura em geral	93,55	3,69	0,63	0,79	94,74	3,94	0,50	0,70	-1,09	45	Nom
j) Extensom	93,55	3,55	0,80	0,89	84,21	3,44	0,37	0,61	0,45	43	Nom
k) Facilidade de aprovar	93,55	2,97	0,65	0,81	94,74	3,44	0,36	0,60	-2,12	45	Si
II) Fomento de:											
a) Tolerância	100,00	4,23	0,30	0,55	84,21	4,19	0,28	0,53	0,22	45	Nom
b) Convivência	100,00	4,13	0,43	0,66	94,74	4,11	0,21	0,46	0,10	47	Nom
c) Attitude crítica	100,00	4,39	0,43	0,66	94,74	4,39	0,46	0,68	0,09	47	Nom
d) Reflexom	100,00	4,39	0,56	0,75	94,74	4,33	0,44	0,67	0,25	47	Nom
e) Amor à liberdade	93,55	4,14	0,60	0,78	94,74	4,06	0,39	0,62	0,37	45	Nom
f) Submissom a ordem estabelecida	87,10	2,00	1,48	1,22	94,74	2,06	0,61	0,78	-0,17	43	Nom
g) Evitaçōm de serem manipulado	90,33	3,75	1,69	1,30	94,74	3,44	1,58	1,26	0,77	44	Nom

Quadro 2.03. Comparacōm da filosofia com outras cadeiras

Como se pode observar no quadro 2.03, onde se exponhem os resultados do confronto da filosofia com outras cadeiras similares (língua, literatura, etc.), os professores de filosofia qualificam a sua matéria com umha nota bastante mais elevada que as outras quanto às variáveis: importância, formaçōm para o aluno, ajuda a compreender a realidade, e comprehensom da cultura em geral, e com umha pontuaçōm só ligeiramente superior em dificuldade, utilidade, actualidade dos contidos e extensom. Dam-lhe pontuaçōm inferior em comprehensom da cultura galega e observa-se umha divergência significativa entre agregados e catedráticos quanto à facilidade de aprovar, que os segundos julgam mais fácil numha proporçōm significativamente mais elevada.

Existe conformidade entre o professorado de filosofia a respecto dum maior contributo da sua especialidade no fomento da tolerância, convivēcia, attitude crítica, reflexom, amor à liberdade e evitaçōm de ser manipulado e menor quanto à submissom à ordem estabelecida.

2.4.—Coordenaçom entre o professorado.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Varia- çom	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Varia- çom	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
5.º Q. À hora de dirigir-te, habitualmente, às aulas de filosofia											
a) Dispôs de obj. bem definidos.....	96,77	3,87	0,85	0,92	100,00	3,95	0,68	0,83	-0,30	47Nom	
b) Elabora-los cos comp. seminár.....	83,87	2,92	1,38	1,17	89,47	3,00	1,29	1,14	-0,21	41	Nom
c) Coordenas cos comp. seminár.....	83,87	3,04	1,11	1,06	89,47	2,94	0,88	0,94	0,30	41	Nom
d) Coordenas cos comp. outros sem.....	93,55	1,82	1,11	1,05	100,00	1,84	0,76	0,87	-0,05	46	Nom
e) Actuas individualmente.....	90,32	3,75	1,40	1,18	89,47	3,65	1,29	1,13	0,28	43	Nom

Quadro 2.04. Coordenaçom entre o professorado

Segundo se vê no quadro 2.04, os ensinantes de filosofia declaram dispor de objectivos bem definidos, na sua actividade docente, dum jeito bastante elevado, qualificam só de regular a elaboraçom dos objectivos e a coordenaçom cos companheiros do próprio seminário e, consequentemente, afirmam actuar individualmente com bastante freqüência. Hui que sublinhar, no entanto, que nalguns seminários nom hais mais que um único membro e, por conseguinte, é impossível a coordenaçom e colaboraçom dentro do seminário, o que explica a elevada desviaçom típica que se observa a respeito dos items 5.º b), c) e e).

Finalmente, mal se dá a coordenaçom com companheiros doutros seminários.

2.5.—Desenvolvimento das aulas.

Pola sua própria natureza, as aulas de filosofia tenhem, em maior proporçom que as matemáticas, física, etc., um maior componente teórico e, portanto, a exposiçom do professor ocupará sempre umha quota-parte de tempo notável. Como complemento, o docente pode optar entre fazer as aulas mais ou menos práticas mediante comentários de textos, trabalhos diversos individuais ou colectivos, soluçons de questons propostas polo professor, etc.

Podemos observar no quadro 2.05 que, na prática habitual, se prima muito mais o trabalho individual que o colectivo, e foca-se principalmente no comentário de textos, resoluçom de questons, debate de temas filosóficos e realizaçom de trabalhos. Ocupam somente um posto discreto o debate de temas extrafilosóficos de actualidade e a leitura de livros de consulta, sendo a leitura do livro de texto a actividade menos exercitada.

Na questom 9, especifica-se nom o que se vem fazendo senom o que seria ideal fazer. Neste caso, a opçom está polo trabalho colectivo sobre o individual. Entre as actividades concretas mais preferidas figura o comentário de textos, debates de temas filosóficos, realizaçom de trabalhos, leitu-

VARIÁVEIS	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variação	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Variação	Desviaç. típica	t _{Student}	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
8.ª Q. Assinala como, à parte da explicac̄om do professor, se desenvolve a aula de filosofia:											
a) Trabalho individual.....	100,00	4,00	1,23	1,11	94,74	3,94	0,50	0,70	0,19	47	Nom
b) Trabalho em grupo.....	96,77	2,73	1,53	1,24	100,00	2,84	0,98	0,99	-0,32	47	Nom
c) Resoluçom de questons.....	96,77	3,57	0,85	0,92	94,74	3,39	0,68	0,83	0,66	46	Nom
d) Comentário de textos.....	100,00	3,65	1,26	1,12	100,00	3,63	0,76	0,87	0,04	48	Nom
e) Debate de temas filosóficos.....	93,55	3,31	1,46	1,21	94,74	3,39	1,13	1,06	0,22	45	Nom
f) Debate de temas de actualidade.....	93,55	3,07	1,37	1,17	94,74	2,83	1,14	1,07	0,68	45	Nom
g) Leitura do livro de texto.....	93,55	2,34	0,92	0,96	94,74	2,67	1,44	1,20	-0,99	45	Nom
h) Leitura de livros de consulta.....	100,00	2,94	1,22	1,11	94,74	2,67	0,56	0,75	0,90	47	Nom
i) Realizaçom de trabalhos.....	93,55	3,24	1,15	1,07	94,74	3,44	0,58	0,76	-0,69	45	Nom
9.ª Q. Especifica como, segundo a tua opiniom se deveria desenvolver:											
a) Trabalho individual.....	96,77	3,43	0,71	0,84	89,47	3,35	0,35	0,59	0,34	45	Nom
b) Trabalho em grupo.....	96,77	3,87	1,05	1,02	89,47	3,65	0,35	0,59	0,79	45	Nom
c) Resoluçom de questons.....	93,55	3,34	0,93	0,99	89,47	3,24	1,24	1,11	0,34	44	Nom
d) Comentário de textos.....	100,00	4,10	0,47	0,69	89,47	3,94	0,41	0,64	0,75	46	Nom
e) Debate de temas filosóficos.....	96,77	4,17	0,54	0,73	89,47	3,71	0,56	0,75	2,01	45	Si
f) Debate de temas de actualidade.....	96,77	3,87	1,12	1,06	89,47	3,12	1,04	1,02	2,31	45	Si
g) Leitura do livro de texto.....	93,55	2,24	1,01	1,00	89,47	2,65	0,58	0,76	-1,41	44	Nom
h) Leitura de livros de consulta.....	96,77	3,87	0,78	0,88	84,21	3,44	0,50	0,70	1,64	44	Nom
i) Realizaçom de trabalhos.....	90,32	3,78	0,88	0,94	84,21	3,62	0,61	0,78	0,57	42	Nom

Quadro 2.05. Desenvolvimento das aulas de filosofia

ra de livros de consulta, debates de temas de actualidade e resoluçom de questons.

Dá-se umha diferença significativa entre catedráticos e agregados polo que respeita aos debates tanto de temas propriamente filosóficos como de temas extrafilosóficos de actualidade, que som menos preferidos polos primeiros que polos segundos. Em último lugar, coincidente coa práctica real, figura, como actividade menos seleccionada, a leitura do livro de texto.

2.6.—Controle do rendimento.

Os ensinantes podem limitarem-se a controlar o rendimento do aluno por meio de exames orais ou escritos ou complementar dito método com outros tipos de provas que permitam conhecer melhor o grau de madurez atingido polo discente. No quadro 2.06 podemos olhar que a prática totalidade do professorado exige as supraditas provas, pois só um 10% dos agregados manifesta que optam pola primeira alternativa. O que exigem com mais freqüência é, por ordem decrecente, a realizaçom de trabalhos individuais, elaboraçom própria dos temas, comentário de textos, questons várias e, finalmente, realizar trabalhos em grupo. Os catedráticos recorrem significativamente menos a esta prática que os agregados.

VARIÁVEIS	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Varia- çom	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Varia- çom	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
10. ^a Q. Para fora da aula exiges:											
a) Só preparar os exames.....	10,00				0,00						
a) Realizar trabalhos individuais.....	87,10	3,63	1,34	1,16	84,21	3,81	0,65	0,81	-0,54	41	Nom
b) Realizar trabalhos em grupo.....	83,87	3,31	1,21	1,10	84,21	2,44	0,87	0,93	2,57	40	Si
c) Questões formuladas professor.....	80,65	3,00	1,60	1,26	89,47	3,06	0,64	0,80	-0,16	40	Nom
d) Comentar textos.....	87,10	3,52	1,29	1,13	84,21	3,37	1,11	1,05	0,40	41	Nom
e) Elaboração própria dos temas.....	90,32	3,75	1,19	1,09	84,21	3,50	0,75	0,87	0,77	42	Nom
11. ^a Q. Método de aprendizagem aconselhado:											
a) Um livro de texto.....	83,87	2,76	1,74	1,32	78,95	3,00	1,07	1,03	-0,66	39	Nom
b) Vários livros de texto.....	87,10	2,52	1,79	1,32	78,95	2,37	1,35	1,17	0,35	41	Nom
c) Elaboração própria dos temas.....	93,55	3,31	2,07	1,74	89,47	3,00	1,18	1,08	0,75	44	Nom
d) Apontamentos dados p. professor.....	87,10	3,59	1,13	1,06	100,00	3,32	1,48	1,22	0,80	44	Nom
12. ^a Q. Auto-avaliação da docência:											
a) Clareza expositiva.....	87,10	3,96	0,41	0,64	94,74	3,89	0,43	0,66	0,37	43	Nom
b) Motivadora.....	90,32	3,32	0,72	0,85	94,74	3,56	0,36	0,60	-0,99	44	Nom
c) Eficaz.....	87,10	3,26	0,49	0,70	89,47	3,41	0,60	0,77	-0,66	42	Nom
d) Variada.....	83,87	2,96	0,73	0,85	89,47	3,35	0,70	0,84	-1,44	41	Nom

Quadro 2.06. Controle do rendimento, método de aprendizagem e auto-avaliação do ensino

2.7.—Método de aprendizagem aconselhado.

Os docentes aconselham (ver quadro 2.06) mais a miúdo servir-se dos apontamentos que eles dam, para a aprendizagem dos conteúdos, seguido da elaboração própria dos temas, utilizando dum livro de texto e vários livros de texto. Com tudo, afora desta última alternativa, a diferença entre as diversas opções aconselhadas é reduzida.

2.8.—Auto-avaliação da docência.

Os ensinantes temhem a impressão de que as suas lições som bastante claras, menos motivadoras e eficazes e só suficientemente variadas. Observa-se o mesmo tipo de graduação em catedráticos e agregados (veja-se o quadro 2.06).

2.9.—Auto-avaliação da própria atitude.

Segundo se olha no quadro 2.07, os professores de filosofia temhem umha auto-estima mui elevada da sua própria atitude para co aluno. Consideram que a sua atitude fomenta mui notavelmente o respeito mútuo, a responsabilidade, tolerância, atitude crítica, participação, confiança e iniciativa; fomenta um pouco menos a laboriosidade e só regularmente o trabalho em grupo.

Manifestam monstrar umha destacada atitude de compreensão, ajuda e serviço; regular de exigência e baixa de autoritarismo. De cara às ava-

VARIÁVEIS	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variação	Desviação típica	% de respost.	Média	Variação	Desviação típica	t st de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
13. ^a Q.											
Auto-avaliaçom da própria atitude											
I) Fomenta:											
a) O respeito mútuo.....	93,55	4,48	0,46	0,68	100,00	4,32	0,32	0,57	0,87	46	Nom
b) A responsabilidade.....	90,32	4,21	0,53	0,72	94,74	4,28	0,31	0,56	-0,31	44	Nom
c) A laboriosidade.....	83,87	3,69	0,52	0,72	94,74	3,67	0,44	0,67	0,12	42	Nom
d) O trabalho em grupo.....	83,87	3,19	1,31	1,14	94,74	3,00	0,56	0,75	0,61	42	Nom
e) A tolerância.....	100,00	4,45	0,25	0,50	100,00	4,32	0,43	0,65	0,81	48	Nom
f) A atitude crítica.....	100,00	4,52	0,31	0,56	100,00	4,21	0,27	0,52	1,88	48	Nom
g) A participação.....	87,10	4,26	0,49	0,70	100,00	4,05	0,37	0,60	1,02	44	Nom
h) A confiança.....	87,10	4,15	0,51	0,72	94,74	4,00	0,22	0,47	0,55	43	Nom
i) A iniciativa.....	83,87	4,00	0,85	0,92	94,74	3,83	0,47	0,69	0,64	42	Nom
II) Mostrou umha atitude de:											
a) Compreensom.....	93,55	4,28	0,54	0,74	89,74	3,88	0,57	0,76	1,69	44	Nom
b) Ajuda.....	90,32	4,07	0,71	0,84	94,74	3,94	0,50	0,70	0,52	44	Nom
c) Exigênciam.....	93,55	3,41	0,73	0,85	100,00	3,21	0,80	0,89	0,78	46	Nom
d) Autoritarismo.....	83,87	2,04	0,73	0,85	94,74	2,33	0,67	0,82	-1,12	42	Nom
e) Serviço.....	87,10	3,85	0,94	0,97	94,74	3,83	0,47	0,69	0,07	43	Nom
III) Nas avaliaçoms devo mostrar:											
a) Justiça	80,65	4,40	0,48	0,69	73,68	4,21	0,60	0,77	0,75	37	Nom
b) Permitir o autocontrole do aluno	80,65	3,68	1,26	1,12	73,68	3,64	0,80	0,89	0,10	37	Nom

Quadro 2.07. Auto-avaliaçom da própria atitude

liações, salienta-se dum jeito notório, a disposiçom para a justiça, em maior medida que a permissom do autocontrole por parte do aluno, que, no entanto, obtém umha boa calificaçom.

2.10.—Importânciam dos temas de filosofia de 3.^º de BUP.

Os resultados ao respeito fornecem-se no quadro 2.08, no que se pode comprovar que os ensinantes distinguem, por ordem decrescente, com umha pontuaçom superior a 4 aos temas: 2, 7, 15, 14, 5, 8, 12, 17, 21. Pontuárom entre 3,7 e 4, os temas: 6, 3, 16, 1, 20, 4, 13, 18, 9; e, por último, obtiverom umha nota entre 3,2 e 3,7 os temas: 19, 10 e 11.

O anterior permite-nos ficar cientes de que os temas de lógica som considerados como os menos importantes junto co problema da realidade, tipicamente filosófico. Contudo, a respeito desta espécie de temas hai que distinguir entre a importânciam intrínseca dos mesmos e a importânciam de cara a figurar num texto para principiantes em filosofia.

Entre os temas mais salientados figuram alguns propriamente filosóficos, —o home e o seu mundo, a liberdade, inteligênciam, dimensom moral do home e o sentido da existênciam humana—, junto com outros mais sócio-antropológicos, —dimensom social do home, comunicação e linguagem, justiça e direito—, e epistemológicos —a metodologia do saber científico.

Entre os de pontuaçom mais moderada agrupam-se os temas psicológicos, excepçom feita da inteligênciam, e outros vários díspares: sistemas morais, o saber filosófico, o problema religioso, verdade e certeza, a pessoa humana,...

VARIÁVEIS	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respot.	Média	Variação	Desviac. típica	% de respot.	Média	Variação	Desviac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
14. ^a Q. a) Importância dos temas de 3. ^º											
1) O saber filosófico.....	96,77	3,63	1,43	1,20	100,00	4,00	0,95	0,97	-1,09	47	Nom
2) O home e o seu mundo. A. E. Ps.....	96,77	4,40	0,44	0,66	94,74	4,39	0,46	0,68	0,05	46	Nom
3) Percepçom.....	100,00	3,68	1,06	1,03	94,74	4,00	0,77	0,88	-1,09	47	Nom
4) Imaginaçom. Memória.....	96,77	3,67	0,69	0,83	94,74	3,83	0,58	0,76	-0,68	46	Nom
5) A inteligência.....	96,77	4,20	0,43	0,65	94,74	4,22	0,51	0,71	-0,11	46	Nom
6) A motivaçom. A vontade.....	96,77	3,70	1,34	1,16	94,74	4,11	0,88	0,94	-1,24	46	Nom
7) O problema da liberdade.....	100,00	4,35	0,49	0,70	94,74	4,39	0,46	0,68	-0,16	47	Nom
8) Comunicaçom e linguagem.....	100,00	4,32	0,48	0,69	89,47	4,06	0,76	0,87	1,13	46	Nom
9) A linguagem formal. A lógica.....	96,77	3,77	1,11	1,05	89,47	3,65	1,05	1,03	0,37	45	Nom
10) Cálculo lóg. Lógica proposic.....	96,77	3,50	1,12	1,06	89,47	3,53	1,07	1,04	-0,09	45	Nom
11) Cálculo lógico. Lógica de cl.....	93,55	3,45	1,21	1,10	89,47	3,29	1,15	1,07	0,45	44	Nom
12) A metodologia do saber cien.....	96,77	4,23	0,65	0,80	89,47	4,12	0,81	0,90	0,44	45	Nom
13) Verdade e certeza. Diversos.....	93,55	3,90	0,99	0,99	89,47	3,59	0,95	0,97	1,00	44	Nom
14) A dimensom social do home.....	100,00	4,39	0,62	0,79	94,74	4,33	0,56	0,75	0,23	47	Nom
15) A dimensom moral do home.....	90,32	4,46	0,53	0,73	89,47	4,29	0,44	0,67	0,77	43	Nom
16) Sist. morais. Étic. mat. e form.....	90,32	3,79	1,03	1,01	89,47	3,88	1,04	1,02	-0,30	43	Nom
17) Justiça e direito. Os dir. hum.....	96,77	4,20	0,83	0,91	89,47	4,12	0,69	0,83	0,30	45	Nom
18) A pessoa humana.....	100,00	3,77	1,59	1,26	94,74	3,67	1,44	1,20	0,29	47	Nom
19) O problema da realidade.....	96,77	3,40	1,57	1,25	84,21	3,75	1,19	1,09	-0,92	44	Nom
20) O problema religioso.....	96,77	3,70	1,48	1,22	84,21	3,88	1,23	1,11	-0,47	44	Nom
21) O sentido da exist. humana.....	96,77	3,80	1,56	1,25	84,21	4,19	0,78	0,88	-1,07	44	Nom

Quadro 2.08. Importância dos temas de filosofia de 3.^º de BUP

2.11.—Dificuldade dos temas de 3.^º de BUP.

A respeito dos resultados vertidos no quadro 2.09, devemos dizer que a diferença entre as diversas médias é bastante reduzida pero apresenta, nom obstante, um intervalo notório se compararmos as qualificaçons mais eleva-

VARIÁVEIS	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respot.	Média	Variação	Desviac. típica	% de respot.	Média	Variação	Desviac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
14. ^a Q. b) Dificuldade dos temas de 3. ^º											
1) O saber filosófico.....	93,55	3,31	1,32	1,15	94,74	3,44	0,80	0,90	-0,41	45	Nom
2) O home e o seu mundo. A. E. Ps.....	93,55	3,21	0,65	0,80	94,74	3,11	1,21	1,10	0,34	45	Nom
3) Percepçom.....	93,55	3,22	0,69	0,83	94,74	2,89	0,65	0,81	1,30	43	Nom
4) Imaginaçom. Memória.....	87,10	3,07	0,81	0,90	94,74	2,89	0,88	0,94	0,65	43	Nom
5) A inteligência.....	87,10	3,41	0,91	0,95	94,74	3,22	1,06	1,03	0,60	43	Nom
6) A motivaçom. A vontade.....	87,10	3,07	1,25	1,12	94,74	3,17	0,92	0,96	-0,28	43	Nom
7) O problema da liberdade.....	90,32	3,18	1,08	1,04	94,74	3,33	1,22	1,11	-0,47	44	Nom
8) Comunicaçom e linguagem.....	90,32	3,43	0,96	0,98	89,47	3,41	0,93	0,97	0,05	43	Nom
9) A linguagem formal. A lógica.....	87,10	3,70	0,88	0,94	89,47	3,29	1,03	1,02	1,34	42	Nom
10) Cálculo lóg. Lógica proposic.....	87,10	3,70	0,88	0,94	89,47	3,24	1,00	1,00	1,54	42	Nom
11) Cálculo lógico. Lógica de cl.....	83,87	3,42	1,01	1,00	89,47	3,18	1,09	1,04	0,76	41	Nom
12) A metodologia do saber cien.....	87,10	3,70	0,73	0,85	89,47	3,76	0,30	0,55	-0,26	42	Nom
13) Verdade e certeza. Diversos.....	87,10	3,44	0,91	0,96	89,47	3,71	0,80	0,89	-0,89	42	Nom
14) A dimensom social do home.....	90,32	3,14	0,98	0,99	94,74	3,22	0,95	0,97	-0,26	44	Nom
15) A dimensom moral do home.....	83,87	2,92	0,92	0,96	89,47	3,41	0,95	0,97	-1,59	41	Nom
16) Sist. morais. Étic. mat. e form.....	90,32	3,23	0,72	0,85	89,47	3,71	0,91	0,96	-1,66	41	Nom
17) Justiça e direito. Os dir. hum.....	90,32	2,68	0,58	0,76	89,47	3,00	0,82	0,91	-1,25	43	Nom
18) A pessoa humana.....	90,32	3,46	1,02	1,01	94,74	3,22	0,95	0,97	0,77	42	Nom
19) O problema da realidade.....	96,77	3,78	1,51	1,23	84,21	3,94	1,06	1,03	-0,43	41	Nom
20) O problema religioso.....	87,10	3,04	1,44	1,20	84,21	3,44	1,00	1,00	-1,10	41	Nom
21) O sentido da exist. humana.....	90,32	3,36	1,30	1,14	84,21	4,06	0,68	0,83	-2,12	42	Si

Quadro 2.09. Dificuldade dos temas de filosofia de 3.^º de BUP

das (3,82) coas mais baixas (2,76), obtidas dum jeito ponderado, quer dizer, atribuindo-lhes o peso que lhes corresponde tendo em conta a desigual representacōm percentual de agregados (75,80%) e catedráticos (24,20%).

Assi podemos estabelecer a seguinte gradaçōm em ordem de mais a menos dificuldade: 19, 12, 9, 10, 21, 13, 8, 18, 5, 11, 16, 1, 7, 2, 14, 20, 3, 6, 15, 4, 17.

Unicamente se observa umha diferença significativa entre catedráticos e agregados, referida ao tema 21, que os primeiros avaliam como mais difícil que os segundos.

2.12.—Utilidade dos temas de filosofia de 3.º de BUP.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variação	Desviac. típica	% de respost.	Média	Variação	Desviac. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
14.ª Q. c) Utilidade dos temas de 3.º											
1) O saber filosófico.....	93,55	3,31	1,25	1,12	100,00	3,53	1,20	1,09	-0,64	46	Nom
2) O home e o seu mundo. A. E. Ps.	96,77	4,17	0,54	0,73	94,74	4,17	0,36	0,60	0,00	46	Nom
3) Percepçōm.....	96,77	4,03	0,31	0,56	94,74	3,61	0,57	0,76	2,16	45	Si
4) Imaginaçōm. Memória.....	90,32	3,79	0,60	0,77	94,74	3,67	0,67	0,82	0,49	44	Nom
5) A inteligência.....	87,10	4,00	0,81	0,90	94,74	3,94	0,61	0,78	0,21	43	Nom
6) A motivacōm. A vontade.....	87,10	3,67	1,48	1,22	94,74	3,78	0,84	0,92	-0,32	43	Nom
7) O problema da liberdade.....	90,32	4,18	0,72	0,85	94,74	4,11	0,43	0,66	0,28	44	Nom
8) Comunicaçōm e linguagem.....	90,32	4,00	0,57	0,76	89,47	3,71	0,97	0,96	1,12	43	Nom
9) A linguagem formal. A lógica.....	87,10	3,67	0,81	0,90	89,47	3,18	0,97	0,98	1,65	42	Nom
10) Cálculo lóg. Lógica proposic.....	90,32	3,46	1,18	1,09	89,47	3,29	1,03	1,02	0,51	43	Nom
11) Cálculo lógico. Lógica de cl.....	83,87	3,35	1,07	1,04	89,47	3,12	1,04	1,02	0,69	41	Nom
12) A metodologia do saber cien.....	87,10	4,22	0,69	0,83	89,47	3,76	0,89	0,94	1,65	42	Nom
13) Verdade e certeza. Diversos.....	87,10	3,78	1,06	1,03	89,47	3,29	0,56	0,75	1,63	42	Nom
14) A dimensom social do home.....	90,32	4,25	0,76	0,87	94,74	4,06	0,72	0,85	0,73	44	Nom
15) A dimensom moral do home.....	83,87	4,19	0,69	0,83	89,47	3,94	0,76	0,87	0,93	41	Nom
16) Sist. morais. Étic. mat. e form.....	83,87	3,69	1,14	1,07	89,47	3,65	1,05	1,03	0,13	41	Nom
17) Justiça e direito. Os dir. hum.....	90,32	4,11	0,74	0,86	89,47	3,94	0,88	0,94	0,59	43	Nom
18) A pessoa humana.....	90,32	3,57	1,32	1,15	94,74	3,44	1,36	1,17	0,36	44	Nom
19) O problema da realidade.....	87,10	3,19	1,19	1,09	84,21	3,06	0,93	0,96	0,36	44	Nom
20) O problema religioso.....	83,87	3,42	1,55	1,25	84,21	3,44	1,25	1,12	-0,04	40	Nom
21) O sentido da exist. humana.....	90,32	3,50	1,68	1,30	84,21	3,94	0,68	0,83	-1,19	42	Nom

Quadro 2.10. Utilidade dos temas de filosofia de 3.º de BUP

Ao observar o quadro 2.10 podemos notar que o nível de pontuaçōm se eleva de novo ao nível detectado no 2.08.

Podemos classificar os temas, consoante as qualificaçōes atribuídas aos mesmos, em três grupos:

- a) Os que superam ou igualam a 4: 14, 2, 7, 15, 12, 17.
- b) Os situados entre 3,7 e 4: 5, 8, 3, 4, 6.
- c) Os que obtivérom notas inferiores a 3,7: 16, 13, 21, 9, 18, 20, 10, 1, 11, 19.

Os temas que no quadro 2.08 figuram como mais importantes correlacionam intensamente cos que aqui aparecem como mais úteis. As excep-

cons seriam: o tema 21 que aparece como importante e nom obstante pouco útil, o 1 que também era considerado como moderadamente importante e agora pouco útil, e os temas 16, 13, 9, 18 e 20, que baixam um pouco a pontuaçom.

2.13.—Actualidade dos temas de filosofia de 3.º de BUP.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS			DIFERENÇA DE GRUPOS			
	% de respost.	Média	Variação	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Variação	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
14.ª Q. d) Actualidade dos temas de 3.º											
1) O saber filosófico.....	93,55	3,28	1,03	1,01	100,00	3,63	0,97	0,98	-1,18	46	Nom
2) O home e o seu mundo. A. E. Ps.	96,77	4,33	0,42	0,65	94,74	4,05	0,61	0,78	1,30	46	Nom
3) Percepçom.....	90,32	3,89	0,81	0,90	94,74	3,78	0,62	0,79	0,43	44	Nom
4) Imaginaçom. Memória.....	83,87	3,77	0,79	0,89	94,74	3,78	0,73	0,85	-0,03	42	Nom
5) A inteligênci.....	83,87	4,19	0,54	0,73	94,74	4,17	0,43	0,66	0,37	42	Nom
6) A motivaçom. A vontade.....	83,87	3,58	1,47	1,21	94,74	4,00	0,78	0,88	-1,23	42	Nom
7) O problema da liberdade.....	87,10	4,22	0,69	0,83	94,74	4,33	0,44	0,67	-0,46	43	Nom
8) Comunicaçom e linguagem.....	87,10	4,22	0,47	0,68	89,47	4,24	0,65	0,81	-0,06	42	Nom
9) A linguagem formal. A lógica.....	83,87	3,69	0,83	0,91	89,47	3,47	1,43	1,19	0,67	41	Nom
10) Cálculo lóg. Lógica proposicional.....	83,87	3,69	0,98	0,99	89,47	3,53	1,43	1,19	0,47	41	Nom
11) Cálculo lógico. Lógica de cl.....	77,42	3,50	1,25	1,12	89,47	3,12	1,28	1,13	1,05	39	Nom
12) A metodología do saber cien.....	83,87	4,38	0,47	0,68	89,47	4,06	0,64	0,80	1,39	41	Nom
13) Verdade e certeza. Diversos.....	83,87	3,65	1,38	1,17	89,47	3,47	0,96	0,98	0,52	41	Nom
14) A dimensom social do home.....	87,10	4,41	0,61	0,78	94,74	4,33	0,56	0,75	0,37	43	Nom
15) A dimensom moral do home.....	80,65	3,92	1,19	1,09	89,47	4,18	0,62	0,78	-0,81	40	Nom
16) Sist. morais. Étic. mat. e form.....	80,65	3,52	1,13	1,06	89,47	3,65	0,82	0,90	-0,39	40	Nom
17) Justiça e direito. Os dir. hum.....	87,10	4,33	0,81	0,90	89,47	4,12	0,69	0,83	0,78	42	Nom
18) A pessoa humana.....	87,10	3,48	1,58	1,26	94,74	3,28	1,31	1,15	0,54	43	Nom
19) O problema da realidade.....	83,87	3,12	1,64	1,28	84,21	3,25	1,06	1,03	-0,35	40	Nom
20) O problema religioso.....	83,87	3,42	1,55	1,25	84,21	3,81	1,03	1,01	-1,03	40	Nom
21) O sentido da exist. humana.....	87,10	3,56	1,58	1,26	84,21	4,00	0,63	0,79	-1,24	41	Nom

Quadro 2.11. Actualidade dos temas de filosofia de 3.º de BUP

Segundo os dados fornecidos no quadro 2.11, obtenhem umha pontuaçom superior a 4 os temas: 14, 12, 17, 2, 7, 8 e 5. Entre 3,7 e 4, os temas 15, 3 e 4; e inferior a 3,7, por ordem decrecente, os seguintes: 6, 21, 10, 9, 13, 16, 20, 18, 11, 1, 19.

Do anterior deduz-se que tanto o tema 21 como o 1, que obtiveram qualificaçons elevadas em importânci, som classificados, ao igual que viamo a respeito da utilidade, entre os menos actuais. Pode-se observar tamém que o tema 10, a lógica proposicional, com umha nota média de 3,65 supera em actualidade o nível que se lhe atribuíra em importânci e utilidade, quiçá devido à sua conexom coa informática. Se se compara o quadro 2.11 com 2.10 constatamos, entre os dous, um notável paralelismo.

2.14.—Interesse dos temas de filosofia de 3.º de BUP.

Olhando o quadro 2.12, observamos que as qualificaçons baixam a respeito dos quadros anteriores. Atingem ou superam a média de 4, os temas: 7, 2 e 14.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Varia- çom	Desvia- ção típica	% de respost.	Média	Varia- çom	Desvia- ção típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
14.º Q. e) Interesse dos temas de 3.º											
1) O saber filosófico	90,32	2,82	1,22	1,10	100,00	3,73	1,25	1,12	-2,72	45	Si
2) O home e o seu mundo. A. E. Ps.	90,32	4,14	0,48	0,69	94,74	4,11	1,10	1,05	0,12	44	Nom
3) Percepçom.....	90,32	3,86	0,48	0,69	94,74	4,00	0,67	0,82	-0,62	44	Nom
4) Imaginaçom. Memória.....	83,87	3,81	0,62	0,79	94,74	3,89	0,65	0,81	-0,33	42	Nom
5) A inteligência.....	83,87	3,96	0,58	0,76	94,74	4,06	0,39	0,62	-0,42	42	Nom
6) A motivaçom. A vontade.....	83,87	3,77	1,10	1,05	94,74	4,00	0,67	0,82	-0,77	42	Nom
7) O problema da liberdade.....	87,10	4,26	0,49	0,70	94,74	4,44	0,36	0,60	-0,90	43	Nom
8) Comunicaçom linguagem.....	87,10	3,74	0,49	0,70	89,47	3,76	1,12	1,06	-0,09	42	Nom
9) A linguagem formal. A lógica.....	83,87	3,72	1,04	1,02	89,47	3,18	1,09	1,04	0,28	41	Nom
10) Cálculo lóg. Lógica proposic.....	83,87	3,04	0,81	0,90	89,47	3,24	1,24	1,11	-0,62	41	Nom
11) Cálculo lógico. Lógica de cl.....	80,65	3,04	1,16	1,08	89,47	3,18	1,09	1,04	-0,40	40	Nom
12) A metodologia do saber cien.....	83,87	3,65	0,92	0,96	89,47	3,59	0,95	0,97	0,21	41	Nom
13) Verdade e certeza. Diversos.....	83,87	3,35	1,46	1,21	89,47	3,24	0,65	0,81	0,33	41	Nom
14) A dimensom social do home.....	87,10	4,04	0,92	0,96	94,74	4,17	0,36	0,60	-0,50	43	Nom
15) A dimensom moral do home.....	80,65	3,88	0,75	0,86	89,47	4,00	0,47	0,69	-0,47	40	Nom
16) Sist. morais. Étic. mat. e form.....	80,65	3,24	1,46	1,21	89,47	3,65	0,82	0,90	-1,15	40	Nom
17) Justiça e direito. Os dir. hum.....	83,87	3,88	1,03	1,01	89,47	4,00	0,59	0,77	-0,39	41	Nom
18) A pessoa humana.....	83,87	3,19	1,54	1,24	94,74	3,33	0,89	0,94	-0,40	42	Nom
19) O problema da realidade.....	80,65	2,84	1,57	1,25	89,47	3,18	1,56	1,25	-0,83	40	Nom
20) O problema religioso.....	80,65	3,48	1,37	1,17	84,21	3,81	1,03	1,01	-0,91	39	Nom
21) O sentido da exist. humana.....	80,65	3,44	1,21	1,10	84,21	3,81	0,65	0,81	-1,14	39	Nom

Quadro 2.12. Interesse dos temas de filosofia de 3.º de BUP

Situam-se entre 3,7 e 4 o seguintes: 5, 17, 15, 3, 4, 6, 8; e ficam por debaixo de 3,7 os temas: 12, 20, 21, 16, 13, 9, 18, 10, 11, 1 e 19. Procede destacar o descenso em pontuação dos temas 8 e 12, a respeito de quadros anteriores, que baixam a 3,74 e 3,64 respectivamente.

2.15.—Importância dos temas de filosofia de COU.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Varia- çom	Desvia- ção típica	% de respost.	Média	Varia- çom	Desvia- ção típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
15.º Q. a) Importância temas de COU											
1) A natureza do pensamento grego.....	93,55	3,83	1,45	1,21	94,74	4,11	0,77	0,87	-0,85	45	Nom
2) Home e sociedade no pens. grego.....	93,55	4,28	0,75	0,87	94,74	4,28	0,31	0,56	0,08	45	Nom
3) Crist. e fil. Santo Agostinho.....	90,32	3,46	0,96	0,98	94,74	3,61	0,57	0,76	-0,53	44	Nom
4) Santo Tomás de A. e o apego esp.....	90,32	3,07	0,99	1,00	94,74	3,56	0,69	0,83	-1,67	44	Nom
5) Occam e a crise da escolást.....	90,32	4,04	0,46	0,68	94,74	3,39	0,79	0,89	2,72	44	Si
6) O renascimento e a orig. da mod.....	90,32	3,93	0,71	0,84	94,74	3,50	0,58	0,76	1,71	44	Nom
7) Kepler e Galileu. A loita.....	93,54	4,31	0,49	0,70	94,74	4,17	0,47	0,69	0,67	45	Nom
8) O racionalismo.....	90,32	4,14	0,48	0,69	94,74	4,06	0,27	0,52	0,45	44	Nom
9) O empirismo.....	90,32	4,11	0,60	0,77	94,74	4,00	0,33	0,58	0,49	44	Nom
10) O iluminismo.....	93,55	4,14	0,88	0,94	94,74	3,89	0,32	0,57	1,00	45	Nom
11) O idealismo transc. de Kant.....	93,55	4,14	0,88	0,94	94,74	4,22	0,51	0,71	-0,32	45	Nom
12) Hegel e a dialéctica.....	93,55	4,14	0,81	0,90	94,74	3,61	0,79	0,89	1,92	45	Nom
13) O positivismo: Comte.....	90,32	3,68	0,93	0,97	89,47	3,65	0,46	0,68	0,12	43	Nom
14) O marxismo.....	93,55	4,45	0,45	0,67	89,47	4,47	0,37	0,61	-0,11	44	Nom
15) Historicismo e vitalismo.....	93,55	3,90	0,85	0,92	84,21	3,37	0,86	0,93	1,77	43	Nom
16) Fenom. e fil. da existênci.....	93,55	3,97	0,79	0,89	89,47	3,59	0,83	0,91	1,35	44	Nom
17) O personalismo cristão.....	90,32	2,93	1,28	1,13	89,47	2,82	1,09	1,04	0,30	43	Nom
18) O neoposit. e a fil. analítica.....	93,55	3,93	0,82	0,91	89,47	3,53	0,96	0,97	1,38	44	Nom
19) Panorama do pens. actual.....	87,10	4,15	1,24	1,11	84,21	4,31	0,34	0,58	-0,54	41	Nom

Quadro 2.13. Importância dos temas de filosofia de COU

Os temas de filosofia de COU (quadro 2.13) atingem quotas de pontuaçom superiores aos de 3.º. Ponderando os resultados, igual que fixemos a respeito dos cinco quadros anteriores, obtemos a seguinte gradaçom, sempre de maior a menor: notas superiores a 4: 14, 7, 3, 19, 11, 8, 9, 10 e 12. Entre 3,7 e 4 estám incluídos os temas: 1, 5, 16, 6, 18, 15; e inferiores a 3,7 os seguintes: 13, 3, 4 e 17.

O personalismo cristao figura coa pontuaçom mais baixa (2,90), seguido dos temas 3 e 4 da filosofia medieval (3,50 e 3,19) e do positivismo (3,67). É altamente valorado o tema 2 (Home e sociedade no pensamento grego) com 4,28 de média, bastante por acima do 1 (O problema da natureza no pensamento grego), 3,90.

Hai que sublinhar a elevada importânci atribuída ao marxismo (4,45) e, esta vez nom sem certa surpresa, ao tema 7, (Kepler e Galileu. A loita polo método experimental), 4,28. A idade moderna está integralmente incluída entre o grupo de temas mais valorizados, complementada co tema 19 (4,19). Os agregados pontuárom os temas 5 (Occam), 6 (O Renascimento), 12 (Hegel), 15 (Historicismo e vitalismo), 16 (Fenomenologia e filosofia da existênci) e 18 (O neopositivismo e a filosofia analítica) com valores mais altos que os catedráticos se bem somente a respeito do tema 5 se obtivo umha diferença estatisticamente significativa ao nível de 0,05.

2.16.—Dificuldade dos temas de filosofia de COU.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respont.	Média	Variâc. com	Desviaç. típica	% de respont.	Média	Variâc. com	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. > 0,05
15.ª Q. b) Dificuldade temas de COU											
1) A natureza do pensamento grego	80,65	3,48	1,29	1,14	94,74	3,50	0,36	0,60	0,07	41	Nom
2) Home e sociedade no pens. grego	80,65	3,20	1,04	1,02	94,74	2,94	0,50	0,70	0,90	41	Nom
3) Crist. e fil. Santo Agostinho	80,65	3,04	1,00	1,00	94,74	3,00	0,56	0,75	0,14	41	Nom
4) Santo Tomás de A. e o apogeu esp.	77,42	3,25	0,94	0,97	94,74	3,50	0,58	0,76	-0,88	40	Nom
5) Occam e a crise da escolástic.	77,42	3,71	0,62	0,79	94,74	3,44	0,25	0,50	1,22	40	Nom
6) O renascimento e a orig. da mod.	77,42	3,08	0,58	0,76	94,74	3,00	0,56	0,75	0,35	40	Nom
7) Kepler e Galileu. A loita	80,65	3,36	0,63	0,79	94,74	3,56	0,58	0,76	-0,79	41	Nom
8) O racionalismo	77,42	3,42	0,66	0,81	94,74	3,33	0,22	0,47	0,38	40	Nom
9) O empirismo.....	77,42	3,29	0,62	0,79	94,74	3,22	0,28	0,53	0,31	40	Nom
10) O iluminismo.....	80,65	3,16	0,77	0,88	94,74	2,89	0,43	0,66	1,08	41	Nom
11) O idealismo transc. de Kant.....	77,42	4,29	0,71	0,84	94,74	3,89	0,54	0,74	1,58	40	Nom
12) Hegel e a dialéctica	77,42	4,58	0,49	0,70	94,74	4,44	0,80	0,90	0,55	40	Nom
13) O positivismo: Comte	77,42	3,13	1,03	1,01	89,47	2,82	0,26	0,51	1,10	39	Nom
14) O marxismo.....	80,65	3,60	0,72	0,85	89,47	3,59	0,60	0,77	-0,04	40	Nom
15) Historicismo e vitalismo.....	80,65	3,48	0,81	0,90	89,47	3,29	0,21	0,46	0,77	40	Nom
16) Fenom. e fil. da existênci.....	80,65	3,96	1,00	1,00	89,47	3,53	0,48	0,70	1,50	40	Nom
17) O personalismo cristao.....	77,42	3,13	0,69	0,83	89,47	2,71	0,33	0,57	1,00	39	Nom
18) O neoposit. e a fil. analítica.....	80,65	3,96	0,76	0,87	89,47	3,71	0,56	0,75	0,96	40	Nom
19) Panorama do pens. actual.....	77,42	4,00	1,08	1,04	84,21	3,69	0,46	0,68	1,03	38	Nom

Quadro 2.14. Dificuldade dos temas de filosofia de COU

A distribuiçom das pontuaçons é, neste caso, superior à que topamos em 3.º de BUP, a respeito deste mesmo item (ver quadro 2.14). Disto deduz-se que os temas de COU som considerados como mais difíceis do que os de 3.º

Dous temas superam a nota de 4 em dificuldade: 12 (Hegel e a dialéctica) 4,55, e 11 (O idealismo transcendental de Kant) 4,19. Três estám incluídos no intervalo de 3,7 a 4: 19, 18, 16; e os restantes situárom-se por debaixo de 3,7, constituindo por ordem descendente a seguinte gradaçom: 5 (3,64), 14, 1, 7, 15, 8, 4, 9, 2, 10, 6, 13, 3 e 17 (3,03).

2.17.—Utilidade dos temas de filosofia de COU.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variação	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Variação	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
15.º Q. c) Utilidade temas de COU											
1) A natureza do pensamento grego.	80,65	3,12	1,46	1,21	94,74	4,11	0,77	0,87	-1,15	41	Nom
2) Home e sociedade no pens. grego	80,65	3,72	0,92	0,96	94,74	3,67	0,56	0,75	-0,19	41	Nom
3) Crist. e fil. Santo Agostinho.....	77,42	3,08	1,41	1,19	94,74	3,17	0,58	0,76	-0,25	40	Nom
4) Santo Tomás de A. e o apogeu esp.	77,42	2,87	1,69	1,30	94,74	3,06	0,50	0,70	-0,52	40	Nom
5) Occam e a crise da escolástic.	77,42	3,75	0,52	0,72	94,74	3,11	0,77	0,87	2,53	40	Si
6) O renascimento e a orig. da mod.	77,42	3,71	0,62	0,79	94,74	3,39	0,68	0,83	1,24	40	Nom
7) Kepler e Galileu. A loita.	80,65	3,92	0,63	0,80	94,74	4,00	0,56	0,75	-0,33	41	Nom
8) O racionalismo.....	77,42	3,83	0,72	0,85	94,74	3,50	0,47	0,69	1,33	40	Nom
9) O empirismo.....	77,42	3,83	0,64	0,80	94,74	3,50	0,69	0,83	1,28	40	Nom
10) O iluminismo.....	77,42	3,79	0,83	0,91	94,74	3,78	0,40	0,63	0,05	40	Nom
11) O idealismo transc. de Kant.	74,19	3,61	1,37	1,17	94,74	3,56	0,58	0,76	0,16	39	Nom
12) Hegel e a dialéctica.....	74,19	3,87	0,90	0,95	94,74	3,16	0,55	0,74	2,60	40	Si
13) O positivismo: Comte.....	74,19	3,65	0,84	0,91	89,47	3,29	0,21	0,46	1,45	38	Nom
14) O marxismo.....	77,42	4,33	0,47	0,69	89,47	4,24	0,42	0,64	0,45	39	Nom
15) Historicismo e vitalismo.....	77,42	3,67	1,06	1,03	89,47	3,24	0,89	0,94	1,34	39	Nom
16) Fenom. e fil. da existência.....	77,42	3,67	0,81	0,90	89,47	3,53	0,37	0,61	0,53	39	Nom
17) O personalismo cristão.....	74,19	2,70	1,26	1,12	89,47	2,88	0,69	0,83	-0,56	38	Nom
18) O neopositiv. e a fil. analítica.....	77,42	3,75	1,27	1,13	89,47	3,06	0,76	0,87	2,07	39	Si
19) Panorama do pens. actual.....	74,19	4,00	1,22	1,10	84,21	3,87	0,48	0,70	0,39	37	Nom

Quadro 2.15. Utilidade dos temas de filosofia de COU

Só o tema do marxismo, quadro 2.15, com 4,31 pontos, supera a quota de 4, classificando-se a seguir, num intervalo de 3,7 a 4, por ordem de maior a menor: 19 (3,97), 7, 10, 9, 8, 2 e 12; e com umha média inferior a 3,7, pola ordem supracitada: 16 (3,64), 6, 5, 11, 18, 15, 13, 1, 3, 4 e 17 (2,74).

Os valores atribuídos polos catedráticos aos temas: 5 (Occam), 12 (Hegel) e ao 18 (O neopositivismo e a filosofia analítica) som significativamente mais baixos ao nível de significatividade do 0,05 que os que lhe dérom os agregados. Observamos tamém o mesmo fenómeno a respeito dos temas: 6 (O Renascimento), 8 (O Racionalismo), 9 (O Empirismo), 13 (O Positivismo: Comte) e 15 (Historicismo e vitalismo), mas nestes casos as diferenças nom som estatisticamente significativas ao supracitado nível. Os catedráticos, por outra parte, qualificárom mais o tema 1 (O problema da natureza no pensamento grego).

2.18.—Actualidade dos temas de filosofia de COU.

Olhando para o quadro 2.16 e ponderando as médias, vemos que os temas 14, 19 e 18, pontuam por acima de 4; o 12, 7, 16 e 15 entre 3,7 e

VARIÁVEIS	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respot.	Média	Variaç. com	Desviaç. típica	% de respot.	Média	Variaç. com	Desviaç. típica	«t» de Student	Gráus liberd.	Signif. ao 0,05
15. ^a Q. d) Actualidade temas de COU											
1) A natureza do pensamento grego.	87,10	3,07	1,85	1,36	94,74	2,94	0,50	0,70	0,36	43	Nom
2) Home e sociedade no pens. grego	87,10	3,48	1,51	1,23	94,74	3,33	0,56	0,75	0,45	43	Nom
3) Crist. e fil. Santo Agostinho	80,65	2,68	1,18	1,09	94,74	2,83	0,36	0,60	-0,53	41	Nom
4) Santo Tomás de A. e o apogeu esp.	80,65	2,60	1,36	1,17	94,74	2,67	0,56	0,75	-0,21	41	Nom
5) Occam e a crise da escolástica	80,65	3,52	0,81	0,90	94,74	3,06	0,50	0,70	1,78	41	Nom
6) O renascimento e a orig. da mod.	83,87	3,62	0,93	0,96	94,74	3,28	0,53	0,73	1,23	42	Nom
7) Kepler e Galileu. A loita	87,10	3,81	1,04	1,02	94,74	3,89	0,77	0,87	-0,25	43	Nom
8) O racionalismo	80,65	3,44	0,89	0,94	94,74	3,33	0,22	0,47	0,43	41	Nom
9) O empirismo	80,65	3,72	0,84	0,92	94,74	3,56	0,25	0,50	0,67	41	Nom
10) O iluminismo	80,65	3,56	0,97	0,98	94,74	3,72	0,31	0,56	-0,27	41	Nom
11) O idealismo transc. de Kant	80,65	3,52	1,21	1,10	94,74	3,56	0,58	0,76	-0,12	41	Nom
12) Hegel e a dialéctica	80,65	4,00	0,88	0,94	94,74	3,50	0,69	0,83	1,76	41	Nom
13) O positivismo: Comte	77,42	3,67	0,97	0,99	89,47	3,35	0,35	0,59	1,14	39	Nom
14) O marxismo	83,87	4,50	0,40	0,64	89,47	4,41	0,36	0,60	0,44	41	Nom
15) Historicismo vitalismo	80,65	3,84	1,01	1,01	89,47	3,29	0,80	0,89	1,76	40	Nom
16) Fenom. e fil. da existência	80,65	3,80	0,88	0,94	89,47	3,71	0,44	0,67	0,35	40	Nom
17) O personalismo cristao	77,42	3,00	1,42	1,19	89,47	3,12	0,57	0,76	-0,35	39	Nom
18) O neoposit. e a fil. analítica	83,87	4,19	0,85	0,92	84,21	3,69	0,71	0,85	1,74	40	Nom
19) Panorama do pens. actual	77,42	4,21	1,50	1,22	84,21	4,50	0,37	0,61	-0,86	38	

Quadro 2.16. Actualidade dos temas de filosofia de COU

4; e, por último, o 9, 10, 13, 6, 11, 2, 8, 5, 1, 17, 3 e 4 por baixo de 3,7. De novo ficamos cientes de que o pensamento cristão e a idade média ocupam os últimos postos da tábua classificatória. Por outra parte, Marx e a filosofia actual figuram no outro extremo da classificação.

Os temas 5, 6, 12, 15 e 18 som mais valorizados polos catedráticos que polos agregados pero as diferenças nom som estatisticamente significativas ao nível do 0,05.

2.19.—Interesse dos temas de filosofia de COU.

Os resultados do quadro 2.17 som coerentes, com ligeiros matizes, cos dos quadros anteriores, se bém as notas som em geral brevemente mais baihas em comparaçom cos quadros 2.12, 2.14 e 2.15. Só o tema 14 sobrepassa a média de 4 em interesse. Seguem, com qualificaçons entre 3,7 e 4 os temas: 19 (3,89), e 7 (3,76). Portanto, o marxismo e a filosofia actual, segundo a tónica geral anterior, som considerados tamén como mais interessantes.

Baixam progressivamente de 3,70 os seguintes: 16 (3,69), 15, 9, 2, 10, 12, 6, 3, 8, 18, 13, 11, 5, 1, 17 e 4. Os temas da idade média, a excepçom esta vez do tema 3 (Agostinho), junto co personalismo cristao e o tema 1, som catalogados como os menos interessantes.

Os temas 5, 6, 12, 15 e 18, ademais nesta ocasiom do 3, consoante coa linha de pontuaçom anterior, som mais pontuados polos agregados que polos catedráticos. Atingem a diferença estatisticamente significativa ao nível 0,05 os temas 3 a 12.

VARIÁVEIS	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variáç.com	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Variáç.com	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
15. ^a Q. e) Interesse temas de COU											
1) A natureza do pensamento grego.....	87,10	3,00	1,78	1,33	94,74	3,17	0,47	0,69	-0,48	43	Nom
2) Home e sociedade no pens. grego.....	87,10	3,59	1,20	1,10	94,74	3,56	0,25	0,50	0,13	43	Nom
3) Crist. e fil. Santo Agostinho.....	80,65	3,68	1,26	1,12	94,74	2,67	0,67	0,82	3,18	41	Si
4) Santo Tomás da A. e o apogeo esp.....	80,65	2,48	1,05	1,02	94,74	2,61	0,57	0,76	-0,45	41	Nom
5) Occam e a crise da escolást.....	80,65	3,28	0,92	0,96	94,74	2,72	0,87	0,93	1,86	41	Nom
6) O renascimento e a orig. da mod.....	83,87	3,54	0,86	0,93	94,74	3,28	0,31	0,56	1,04	42	Nom
7) Kepler e Galileu. A luta.....	87,10	3,81	0,97	0,98	94,74	3,61	0,35	0,59	0,77	43	Nom
8) O racionalismo.....	80,65	3,44	0,89	0,94	94,74	3,44	0,25	0,50	-0,02	41	Nom
9) O empirismo.....	80,65	3,64	0,87	0,93	94,74	3,39	0,35	0,59	0,98	41	Nom
10) O iluminismo.....	80,65	3,56	0,97	0,98	94,74	3,61	0,46	0,68	-0,19	41	Nom
11) O idealismo transc. de Kant.....	77,42	3,37	1,07	1,03	94,74	3,22	0,51	0,71	0,53	40	Nom
12) Hegel e a dialéctica.....	77,42	3,75	0,85	0,92	94,74	3,00	0,56	0,75	2,75	40	Si
13) O positivismo: Comte.....	77,42	3,42	0,91	0,95	89,47	3,24	0,42	0,64	0,66	39	Nom
14) O marxismo.....	83,87	4,38	0,47	0,68	89,47	4,24	0,30	0,55	0,70	41	Nom
15) Historicismo e vitalismo.....	80,65	3,72	1,08	1,04	89,47	3,47	0,72	0,85	0,80	40	Nom
16) Fenom. e fil. da existência.....	80,65	3,72	0,84	0,92	89,47	3,59	0,48	0,69	0,49	40	Nom
17) O personalismo cristão.....	77,42	2,75	1,27	1,13	84,21	3,00	0,62	0,79	-0,75	38	Nom
18) O neoposit. e a fil. analítica.....	80,42	3,52	1,45	1,20	84,21	3,06	0,68	0,83	1,30	39	Nom
19) Panorama do pens. actual.....	77,42	3,83	1,47	1,21	78,95	4,07	0,46	0,68	-0,66	37	Nom

Quadro 2.17. Interesse dos temas de filosofia de COU

2.20.—Explicação do temário.

A consulta do quadro 2.18 permite-nos notar que a maioria dos professores confessa ajustar-se ao programa oficial, sendo, porém, esta percentagem maior em COU do que em 3.^º. Neste curso predominam os que, sem deixar de se adaptar ao temário vigente, tomam em consideração também o que eles creem que mais interessa aos alunos. Em COU existe uma maior preocupação pola selectividade e, por conseguinte, não permite tanta liberdade de movimento senon que obriga a cingir-se mais estreitamente

VARIÁVEIS	AGREGADOS							CATEDRÁTICOS						
	Si	%	Nom	%	N.C.	%	Si	%	Nom	%	N.C.	%		
16. ^a Q.														
Quanto os contidos de BUP:														
a) Ajusto-me aos programas oficiais	17	54,84	12	38,71	2	6,45	9	47,37	7	36,84	3	15,79		
b) Compagino progr. e interesses alunos	19	61,29	9	29,03	3	9,68	12	63,16	3	15,79	4	21,05		
c) Prescindo do programa oficial	4	12,90	21	67,74	6	19,35	1	5,26	12	63,16	6	31,58		
d) Termino o programa	3	9,68	26	83,87	2	6,45	4	21,05	12	63,16	3	15,79		
17. ^a Q.														
Quanto aos contidos de COU:														
a) Ajusto-me aos programas oficiais	26	83,87	3	9,68	2	6,45	15	78,95	1	5,26	3	15,79		
b) Compagino progr. e interesses alunos	12	38,71	12	38,71	7	22,58	6	31,58	7	36,84	6	31,58		
c) Prescindo do programa oficial	1	3,23	23	74,19	7	22,58	0	0,00	13	68,42	6	31,58		
d) Termino o programa	12	38,71	17	54,84	2	6,45	6	31,58	11	57,89	2	6,45		
e) Foco os temas de cara à select.	18	58,06	8	25,81	5	16,13	13	68,42	2	6,45	4	21,05		

Quadro 2.18. Explicação do temário de 3.^º e COU

ao programa oficial, sem poderem, pois, atender no mesmo grau que em 3.º as aspirações do alunado.

Só perto do 10 por cento dos agregados e arredor do 20 por cento dos catedráticos manifesta que termina os programas de 3.º, elevando-se em COU as respectivas percentagens ao 38,71 e 31,58 por cento.

A maioria dos ensinantes expressa que foca os temas de cara à selectividade, no curso de COU, com relevantes repercusões na sua actuação prática.

2.21.—Dificuldade para o desenvolvimento da função docente e provas.

VARIÁVEIS	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Vari- açom típica	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Vari- açom típica	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
18.ª Q. Dificuldades para desenvolver as aulas de filosofia:											
a) Falta de recursos didácticos.....	90,32	3,79	1,24	1,12	89,47	3,00	0,47	0,69	2,56	43	Si
b) Demasiados alunos por aula.....	96,77	4,37	0,70	0,84	94,74	3,83	0,47	0,69	2,24	46	Si
c) Escassa formação prévia dos alunos.....	100,00	3,97	1,13	1,06	94,74	3,67	0,56	0,75	1,04	47	Nom
d) «Passotismo» e desinteresse.....	90,32	3,21	1,45	1,21	89,47	3,71	0,56	0,75	-1,48	43	Nom
e) Falta de disciplina nas aulas.....	87,10	2,00	0,81	0,90	84,21	2,06	0,43	0,66	-0,24	41	Nom
f) Escassa dedicação do professor.....	83,87	2,50	0,94	0,97	84,21	2,87	0,73	0,86	-1,24	40	Nom
g) Escassa preparação didáctica.....	83,87	3,35	1,00	1,00	84,21	3,06	0,43	0,66	0,99	40	Nom
h) Falta de estímulos no professor.....	90,32	3,14	1,48	1,22	89,47	3,12	0,69	0,83	0,07	43	Nom
i) Preocupação pola selectividade.....	90,32	4,11	0,88	0,94	89,47	3,76	0,77	0,88	1,19	42	Nom
19.ª Q. Controle da assimilação dos conteúdos:											
a) Exames escritos.....	100,00	4,29	0,40	0,63	94,74	4,33	0,33	0,58	-0,23	47	Nom
b) Exames orais.....	87,10	1,78	1,06	1,03	94,74	1,72	1,09	1,04	0,17	43	Nom
c) Testes objectivos.....	83,87	1,85	1,21	1,10	89,47	1,88	1,04	1,02	-0,11	41	Nom
d) Trabalhos individuais.....	100,00	3,32	1,19	1,09	89,47	3,35	1,05	1,03	-0,09	46	Nom
e) Trabalhos em grupo.....	93,55	2,59	1,21	1,10	89,47	1,88	0,22	0,47	2,45	44	Si
f) Participação na aula.....	96,77	3,40	1,11	1,05	100,00	3,26	0,61	0,78	0,48	47	Nom
g) Exposição de trabalhos na aula.....	100,00	2,77	1,79	1,34	89,47	2,82	0,85	0,92	-0,13	46	Nom
h) Comentário de textos.....	96,77	3,63	1,03	1,02	100,00	3,74	0,61	0,78	-0,37	47	Nom
i) Assistência às aulas.....	90,32	2,75	1,97	1,40	94,74	2,72	1,76	1,32	-0,06	44	Nom

Quadro 2.19. Dificuldades para o desenvolvimento do temário e provas

Do exame do quadro 2.19 concluímos que as dificuldades que topa o docente, no desenvolvimento do seu labor educativo, som produto, principalmente, do demasiado número de alunos por aula (4,24), da escassa formação prévia do alunado (3,90), e da preocupação pola selectividade (4,93). Os agregados insistem significativamente mais que os catedráticos na falta de recursos didácticos, e os últimos ponhem mais o acento, se bem a diferença não é estatisticamente significativa, no «passotismo» e desinteresse dos discentes.

Joga um papel pouco destacado a escasa dedicação do professorado e só regular a falta de estímulos e a deficiente preparação didáctica. Não observam problemas de disciplina relevantes.

O controle da assimilaçom dos conteúdos leva-se ao cabo predominantemente mediante exames escritos mas também, em menor medida, por meio da realizaçom de comentário de textos, participaçom na aula, execuçom de trabalhos e inclusive se tem em conta a assistênciàs às aulas.

2.22.—Temas a suprimir em 3.º de BUP.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS		CATEDRÁTICOS		T O T A L	
	Rejeitos	%	Rejeitos	%	Rejeitos	%
22.º Q.						
No caso de pensares que hai que reduzir matéria, que temas suprimirias em 3.º de BUP:						
1) O saber filosófico	0	0,00	0	0,00	0	0,00
2) O home e o seu mundo. A estr. Ps.....	1	1,09	1	3,12	2	1,61
3) Percepçom	2	2,17	3	9,37	5	4,03
4) Imaginaçom. Memória.....	4	4,35	2	6,25	6	4,84
5) A inteligência.....	4	4,25	0	0,00	3,23	
6) A motivaçom. A vontade.....	5	5,43	0	0,00	5	4,03
7) O problema da liberdade.....	1	1,09	0	0,00	1	0,81
8) Comunicaçom e linguagem.....	1	1,09	0	0,00	1	0,81
9) A linguagem formal. A lógica.....	6	6,25	4	12,50	10	8,06
10) Cálculo lógico. Lógica propos.....	6	6,52	4	12,50	10	8,06
11) Cálculo lógico. Lógica de clas.....	9	9,78	4	12,50	13	10,48
12) A metodologia do saber científico.....	0	0,00	0	0,00	0	0,00
13) Verdade e certeza. Divers. crit.....	3	3,26	1	3,12	4	3,23
14) A dimensom social do home.....	1	1,09	0	0,00	1	0,81
15) A dimensom moral do home.....	4	4,25	0	0,00	4	3,23
16) Sistemas morais. Ética, mat. e for.....	6	6,52	1	3,12	7	5,65
17) Justiça e Direito. Os direitos humanos.....	9	9,78	1	3,12	10	8,06
18) A pessoa humana.....	10	10,87	2	6,25	12	9,68
19) O problema da realidade.....	6	6,25	4	12,50	10	8,06
20) O problema religioso.....	9	9,78	3	9,37	12	9,68
21) O sentido da existêncià humana.....	9	5,43	2	6,25	7	5,65

Quadro 2.20. Temas a suprimir em 3.º de BUP

O quadro 2.20 reflecte o número de rejeitos que se dérom aos diversos temas de 3.º de BUP no suposto de que se pensasse que havia que reduzir matéria. As percentagens calculárom-se sobre o total de rejeitos.

O supradito número de rejeiçons guarda, com algumhas excepcions, relaçom inversa co grau de importâncià atribuído a cada um dos temas, segundo se pode observar olhando para o quadro 2.08.

Nom tem nengum rejeito o tema 12, tamém consideravelmente valorizado, ao igual que o 1, com qualificaçom moderada. Talvez isto último indique que se bem nom é catalogado como mui importante, contudo algo hai que dizer sobre o sentido da filosofia.

Surprende que um tema amplamente valorizado como o 17 obtenha, porém, 10 recusas. Ainda que importante, nom se considera como estritamente necessário num texto de filosofia. Convém sublinhar, ademais, que temas tradicionalmente considerados como propriamente filosóficos, 18, 19 e 20, sejam tam profusamente rejeitados, predominantemente por parte dos agregados. Os de lógica som pouco valorizados e consequentemente quantiosamente recusados.

2.23.—Ampliaçom de áreas e incorporaçom de novos temas.

V A R I Á V E I S	AGREGADOS				CATEDRÁTICOS				DIFERENÇA DE GRUPOS		
	% de respost.	Média	Variação	Desviaç. típica	% de respost.	Média	Variação	Desviaç. típica	«t» de Student	Graus liberd.	Signif. ao 0,05
23.^a Q.											
Ampliaçom em 3. ^o de BUP.											
a) Antropologia	54,84	4,06	0,88	0,94	42,11	3,62	0,48	0,70	1,12	23	Nom
b) Psicologia	41,94	2,38	1,01	1,00	42,11	2,87	1,11	1,05	-1,02	19	Nom
c) Comunicaçom e linguagem	45,16	3,36	1,37	1,17	36,84	2,57	2,24	1,50	1,25	19	Nom
d) Lógica	38,71	2,08	1,74	1,32	36,84	1,71	1,06	1,03	0,60	17	Nom
e) Gnoseologia	45,16	3,00	2,00	1,41	31,58	3,17	1,47	1,21	-0,24	18	Nom
f) Metodologia da ciéncia	61,30	4,16	0,66	0,81	31,58	3,83	0,47	0,69	0,85	23	Nom
g) Dimensom social do home	58,06	3,89	1,32	1,15	47,37	3,67	0,44	0,67	0,52	25	Nom
h) Dimensom moral do home	45,16	3,14	2,41	1,55	42,11	2,87	1,86	1,36	0,39	20	Nom
i) Justiça e direitos	45,16	2,50	2,39	1,55	36,84	3,00	2,00	1,41	-0,68	19	Nom
j) Ontologia	38,71	2,33	2,22	1,49	36,84	2,43	1,10	1,04	-0,14	17	Nom
24.^a Q.											
Incorporaçom de novos temas											
a) Civilizaçom e cultura	51,62	3,94	1,06	1,03	31,58	3,33	1,56	1,25	1,10	20	Nom
b) Estética	38,71	3,83	1,14	1,07	26,32	3,60	1,04	1,02	0,39	15	Nom
c) Dimensom histórica do home	48,39	3,47	1,98	1,41	26,32	3,40	0,64	0,80	0,09	18	Nom

Quadro 2.21. Ampliaçom de áreas e incorporaçom de novos temas

Na pergunta 23, quadro 2.21, pedia-se aos docentes que, no caso de pensarem que havia que ampliar o temário de 3.^º, assinalassem em que áreas o fariam.

As pontuaçons mais elevadas concentram-se, como era previsível, naqueles títulos que fôrom considerados mais importantes e interessantes. Em primeiro lugar, situa-se a metodologia da ciéncia (4,08), seguida da antropologia (3,95) e dimensom social do home (3,84).

A incorporaçom de novos temas deveria realizar-se por esta ordem: civilizaçom e cultura (3,79), estética (3,77) e dimensom histórica do home (3,45).

A baixa quantidade de respostas é explicável polo feito de que se considera já demasiado extenso o conteúdo do programa actual. Vemos, também que o maior número de respostas vai de par com notas mais elevadas.

2.24.—Reforma dos conteúdos da filosofia de 3.^º de BUP e COU.

Se analisamos as respostas à pergunta 21, quadro 2.22, aparece clara a vontade de reforma, já que só umha proporçom mímina de professores (5,26 em catedráticos e 3,23 em agregados) se inclina por deixar as cousas tal como estám.

Esta reforma nom deve limitar-se a substituir uns temas por outros nem a ser umha mera reduçom de matéria senom que deve consistir fundamentalmente numha nova reordenaçom com substituiçom de temas e reduçom numhas áreas e ampliaçom noutras.

VARIÁVEIS	AGREGADOS		CATEDRÁTICOS		TOTAL	
	Respost.	%	Respost.	%	Respost.	%
21.^a Q.						
De cara à reforma, em 3. ^o de BUP haveria que proceder:						
a) A umha reduçom de matéria.....	1	3,23	4	21,05	5	10,00
b) Deixar as cousas tal como estám.....	5	3,23	1	5,26	2	4
c) Reduzir numhas áreas e ampliar noutras.....	5	16,13	4	21,05	9	18,00
d) Ampliar o temário existente.....	0	0,00	0	0,00	0	0,00
e) Substituir uns temas por outros.....	0	0,00	1	5,26	1	2,00
f) a + c.....	4	12,90	2	10,53	6	12,00
g) a + c + e.....	5	16,13	2	10,53	7	14,00
h) a + e.....	10	32,26	1	5,26	11	22,00
i) c + e.....	4	12,90	2	10,53	6	12,00
j) Nom contestam e nulos.....	1	3,23	2	10,53	3	6,00
26.^a Q						
De cara à reforma, em COU haveria que:						
a) Reduzir matéria.....	4	12,90	6	31,58	10	20,00
b) Deixar as cousas tal como estám.....	1	3,23	2	10,53	3	6,00
c) Reduzir nuns períodos hist. e ampliar.....	7	22,58	2	10,53	9	18,00
d) Ampliar o temário existente.....	0	0,00	0	0,00	0	0,00
e) Substituir uns temas por outros.....	2	6,45	2	10,53	4	8,00
f) a + c.....	4	12,90	3	15,79	7	14,00
g) a + c + e.....	6	19,35	1	5,26	7	14,00
h) a + e.....	4	12,90	2	10,53	6	12,00
i) c + e.....	2	6,45	0	0,00	2	4,00
j) c + d.....	0	0,00	1	5,26	1	2,00
k) Nom contestam e nulos.....	2	6,45	0	0,00	2	4,00

Quadro 2.22. Reforma dos conteúdos de filosofia de 3.^o de BUP e COU

Os que, consoante coa pergunta 21 se manifestam em prol dos items a + (a, c) + (a, c, e) + (a, e) elevam-se a um 52,94 por cento entre os catedráticos que respondêrom e a um 66,67 por cento em agregados. De aqui deduz-se umha clara vontade de reduçom.

Os que se pronunciam por c + e + (c, e) suponhem um 41,18 e 30 por cento em catedráticos e agregados respectivamente, se considerarmos somente as respostas válidas emitidas. Somando estas percentagens às do apartado anterior, (a, c) + (a, c, e) + (a, e) que representam o 29,41 por cento em catedráticos e o 63,33 por cento em agregados, infere-se com clareza a vontade de câmbio.

Com respeito a COU podem-se tirar conclusons coincidentes coas que referimos de cara a 3.^o de BUP.

Hai umha manifesta vontade de reforma, posta em evidênciia polo feito de que somente um 10,53 por cento de catedráticos e um 3,26 por cento de agregados se manifesta em prol do mantimento da situaçom actual.

A reforma nom deve limitar-se a ser umha mera reduçom de matéria senom que deve consistir numha nova reformulaçom com umha extensom mais reduzida.

Os que, em resposta à pergunta 26, optam por a + (a, c) + (a, c, e) + (a, e) totalizam um 63,16 por cento em catedráticos e um 58,05 por cen-

to em agregados, que manifestam claramente a necessidade de reduçom de matéria e parcialmente a de reordenaçom. Esta parte, quer dizer, os que optam por (a, c) + (a, c, e) + (a, e) que representam um 31,58 por cento em catedráticos e um 45,15 por cento em agregados, mais os que se pronunciam por c + e + (c, e) que se elevam a um 32,25 por cento em catedráticos e agregados, apoiam decididamente a vontade de reforma com umhas percentagens totais respectivas do 52,64 e 77,40 por cento.

2.25.—*Detalhe e conteúdo do temário.*

V A R I Á V E I S	AGREGADOS		CATEDRÁTICOS		T O T A L	
	Respost.	%	Respost.	%	Respost.	%
25.^a Q.						
O temário de 3. ^º de BUP:						
a) Nom deve existir.....	5	16,13	0	0,00	5	10,00
b) Deve enunciar só os temas.....	20	64,52	14	73,68	34	68,00
c) Deve ser pormenorizado.....	1	3,23	0	0,00	1	2,00
Nom contestam.....	5	16,13	5	26,32	10	20,00
d) Deve incluir aspectos próp. cult.....	24	77,42	11	57,89	35	70,00
Nom contestam.....	7	22,58	8	42,11	15	30,00
e) Deve ter interconexom.....	26	83,87	14	73,68	40	80,00
Nom contestam.....	5	16,13	5	26,32	10	20,00
32.^a Q.						
O temário de COU:						
a) Nom deve existir.....	1	3,23	1	5,26	2	4,00
b) Deve enunciar só os temas.....	19	61,29	14	73,68	33	66,00
c) Deve ser pormenorizado.....	2	6,45	0	0,00	2	4,00
Nom contestam.....	9	29,03	4	21,05	13	26,00
d) Deve incluir aspectos próp. cult.....	21	67,74	10	52,63	31	62,00
Nom contestam.....	10	32,26	9	47,37	19	38,00
e) Deve ter interconexom.....	20	64,52	17	89,47	37	74,00
Nom contestam.....	11	35,48	2	10,53	13	26,00

Quadro 2.23. Detalhe e conteúdos dos programas de filosofia

Olhando para o quadro 2.23 observamos que os ensinantes querem que exista um temário tanto em 3.^º de BUP como em COU pero que nom deve ser pormenorizado senom que deve limitar-se a enunciar os temas e deixar ao professorado liberdade de manobra na focagem dos temas. Deve, ademais, incluir aspectos da própria cultura (veja-se apartado 2.2 e 2.3) e deve favorecer a interdisciplinariedade, a conexom coas outras matérias.

2.26.—*Temas a suprimir em COU.*

Os temas que, despois da análise do quadro 2.24, nos aparecem com um menor número de rejeiçons som: o marxismo 2, panorama do pensamento actual 3, o neopositivismo e a filosofia analítica e o idealismo transcendental de Kant 4, a fenomenologia e a filosofia da existênciia 5, historicismo e vitalismo 6, Comte, Hegel, racionalismo e empirismo com 7, home e sociedade no pensamento grego 10, o problema da natureza na Grécia, Kepler e Galileu. A loita polo método experimental, e o personalismo cristaio 11, Santo Agostinho, Santo Tomás e o renacemento 16, e Occam 17.

VARIÁVEIS	AGREGADOS		CATEDRÁTICOS		TOTAL	
	Rejeitos	%	Rejeitos	%	Rejeitos	%
27.^a Q.						
No caso de pensares que hai que reduzir matéria, que temas suprimirias no COU:						
1) O problema da nat. na Grécia.....	8	7,02	3	5,26	11	6,43
2) Home e sociedade no pensamento grego.....	7	6,14	3	5,26	10	5,85
3) Crist. e filos. Santo Agostinho.....	11	9,65	5	8,77	16	9,36
4) Santo Tomás de Aquino e o apogeu esp.....	10	8,77	6	10,53	16	9,36
5) G. de Occam e a crise da esc.....	11	9,65	6	10,53	17	9,94
6) O renascimento e a origem da esc.....	9	7,89	7	12,28	16	9,36
7) Kepler e Galileu A loita.....	7	6,14	4	7,02	11	6,43
8) O racionalismo.....	5	4,39	2	3,51	7	4,09
9) O empirismo.....	5	4,39	2	3,51	7	4,09
10) O iluminismo.....	8	7,02	3	5,26	8	4,68
11) O idealismo transc. de Kant.....	4	3,51	0	0,00	4	2,34
12) Hegel e a dialéctica.....	5	4,39	2	3,51	7	4,09
13) O positivismo: Comte.....	4	3,51	3	5,26	7	4,09
14) O marxismo.....	2	1,75	0	0,00	2	1,17
15) Historicismo vitalismo.....	5	4,39	1	1,75	6	3,51
16) Fenom. e fil. da existência.....	3	2,63	2	3,51	5	2,92
17) O personalismo cristão.....	5	4,39	6	10,53	11	6,43
18) O neoposit. e a filosofia analítica.....	3	2,63	1	1,75	4	2,34
19) Panorama do pensamento actual.....	2	1,75	1	1,75	3	1,75

Quadro 2.24. Temas a suprimir en COU

Vemos, pois, que som vários os temas que atingem os dous dígitos de rejeitos. O tema 7 e o 10 apesar de serem generosamente valorizados som também amplamente recusados. O marxismo e o panorama do pensamento actual som mui pontuados e mui pouco rejeitados. Quiçá isto nos indique por onde deve ir a reforma, sobre todo se temos em conta que as respostas

VARIÁVEIS	AGREGADOS		CATEDRÁTICOS		TOTAL	
	Respost.	%	Respost.	%	Respost.	%
28.^a Q.						
No caso de pensares que hai reduzir o número de autores, que elegerias?:						
a) Alguns autores de cada período.....	13	41,94	4	21,05	17	34,00
b) Alguns autores de qualquer idade.....	1	3,23	2	10,53	3	6,00
c) Deixar inteira liberdade ao professor.....	5	16,13	1	5,26	6	12,00
d) a + b.....	1	3,23	1	5,26	2	4,00
e) a + c.....	2	6,45	1	5,26	3	6,00
f) b + c.....	1	3,23	2	10,53	3	6,00
g) Nom contestam.....	8	25,81	8	42,11	16	32,00
31.^a Q.						
Se sostés que hai que dar-lhe umha nova focagem à cadeira de filosofia por que a substituirias:						
a) Teoria do conhecimento.....	2	6,45	1	5,26	3	6,00
b) Motologia da ciência.....	0	0,00	0	0,00	0	0,00
c) Antropologia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
d) Sociologia	0	0,00	0	0,00	0	0,00
e) Estudo do pensamento actual.....	4	12,90	2	10,53	6	12,00
f) a + b ou c, ou d, ou e.....	3	9,68	2	10,53	5	10,00
g) b + d ou e.....	3	9,68	1	5,26	4	8,00
h) c + d ou e.....	3	9,68	2	10,53	5	10,00
i) Nom contestam.....	16	51,61	11	57,89	27	54,00

Quadro 2.25. Autores a suprimir no COU e nova focagem

acerca da introduçom de novos temas insiste tamém com mais freqüênciña na filosofia actual, coa que tamém está relacionada o marxismo.

Finalmente, do quadro 2.25 deduz-se que a reforma deve tender a reduzir autores de cada um dos diversos períodos históricos e um terço dos ensinantes que respondêrom advogam por um papel mais activo do professorado na selecçom dos autores a explicar. O número de respostas à pergunta 31 nom é significativo.

FOLHA DE INSTRUÇONS

Pretendemos fazer um estudo sobre o ensino da Filosofia em Galiza, com objecto de tentar melhorar o nosso labor educativo. Com esta finalidade, pedimos-che a tua valiosa colaboraçom, respostando as perguntas que seguem com todo esmero, sinceridade e liberdade.

Os dados som totalmente confidenciais, secretos e ademais anónimos. Nom nos interessa saber a quem pertencem, senom só como pensa um aluno, X, com umhas circunstâncias determinadas, do qual inclusive renunciamos a conhecer o seu nome.

A) Instruções:

A vossa resposta consiste, a nom ser que se indique outra cousa, em avaliar, utilizando os sinais que se especificam a seguir, cada umha das alternativas correspondentes às diversas perguntas. No enunciado destas já se indica a opçom a eleger.

B) Sinais:

Opçom 1: M = moito; B = bastante; R = regular; P = pouco; N = nada.

Opçom 2: 5 = moito mais; 4 = mais; 3 = igual; 2 = menos; 1 = moito menos.

Opçom 3: s = mais que todas as demais; t = entre as que mais; v = mais que umhas e menos que outras; x = entre as que menos; z = menos que todas as demais.

Deves contestar escrevendo a letra, número ou sinal correspondente, à opçom que se sinala ao inicio de cada pergunta. Exemplo: se se che pergunta se a filosofia é difícil e se che di que contestes cos sinais da opçom 1, se pensas que é moi difícil escreverás M no quadro que está ao lado; se pensas que é de dificuldade media, escreverás R, etc.

C) Aclaracôns:

—Profissom dos pais: se algum dos teus pais está no paro, escreves um P e a seguir específicas o seu trabalho habitual. Em caso de ter falecido, sinala a profissom habitual e estudos.

—Significado dalguns termos:

a) Importância: que tem valor, entidade, que é decisivo, que merece consideraçom...

b) Interesse: que gosta, atrai, que desperta afeiçom, inclinaçom, afecto,...

c) Utilidade: que ajuda a solucionar problemas prácticos, que tem aplicaçom na vida ordinária, que serve para ganhar a vida, ascender sócio-económicamente,...

d) Actualidade: que se trata de temas, problemas, etc. de hoje, que tem um posto relevante nos nossos dias, que recolhe os últimos dados científicos, teóricos,...

GRAÇAS POLA TUA DESINTERESSADA COLABORAÇOM

INQUÉRITO

Centro de..... Centro..... Data.....

- 1.^a Dados pessoais: Idade Sexo Curso Letras? Ciências? Mixto? Qualificações nas avaliaçōes de filosofia: 1.^a 2.^a 3.^a 4.^a 5.^a . (Os de COU sinalade a qualificação final de Filosofia de 3.^a). Aprovecha sempre todas as cadeiras de BUP em junho? Pensas estudar carreira? Em caso afirmativo: Carreira média? Superior? De ciências? De letras? Técnicas? . Profissom do teu pai Profissom da tua mai Estudos do teu pai Estudos da tua mai
- 2.^a Qual é a razom principal que te motiva a estudar filosofia? (Opçom 1): (a) É obrigatoria ; (b) Aprovar ; (c) Poder superar a selectividade ; (d) Adquirir umha maior formaçōm ; (e) Poder superar a selectividade? ; (d) Adquirir umha maior formaçōm ; (e) Poder interpretar melhor a realidade ; (f) Adquirir capacidade crítica ; (g) Outra
- 3.^a Qual é a tua atitude na classe de Filosofia? (Opçom 1): (a) Prestar atençōm ; (b) Participar activamente ; (c) Compromisso ou conformidade (adesom aos conteúdos ; (d) Tentar compreender ; (e) Evitar problemas ; (f) Outra
- 4.^a Compara a tua atitude na classe de Filosofia e noutras cadeiras similares (História, Língua, Literatura...) (Opçom 2): (Umha nota más alta indica preferêcia pola filosofia): (a) Prestar atençōm ; (b) Participar activamente ; (c) Compromisso ou conformidade ; (d) Tentar compreender ; (e) Evitar problemas ; (f) Passar ; (g) Outra
- 5.^a As classes de Filosofia son (Opçom 1): (a) Teóricas (baseadas na explicacōm do professor) ; (b) Teórico-práticas ; (c) Práticas .
- 6.^a Expressa o teu sentir sobre como deverian ser as classes de Filosofia (Opçom 2): (a) Teóricas ; (b) Teórico-práticas ; (c) Práticas .
- 7.^a Compara a classe de Filosofia coa das outras cadeiras similares (Opçom 3): (a) Teórica ; (b) Teórico-prática ; (c) Prática .
- 8.^a Sinala como, à parte da explicacōm do professor, se desenvolve a classe de Filosofia (Opçom 1): (a) Trabalho individual ; (b) Trabalho em grupo ; (c) Resoluçōm de questons formuladas polo professor ; (d) Comentário de textos ; (e) Debate de temas filosóficos ; (f) Debate de temas extrafilosóficos de actualidade ; (g) Leitura do livro de texto ; (h) Leitura de livros de consulta ; (i) Realizaçōm de trabalhos ; (j) Outro
- 9.^a Especifica como, segundo a tua opiniom, se deveria desenvolver a classe de Filosofia (Opçom 1): (a) Trabalho individual ; (b) Trabalho em grupo ; (c) Resoluçōm de questons formuladas polo professor ; (d) Comentário de textos ; (e) Debate de temas filosóficos ; (f) Debate de temas extrafilosóficos de actualidade ; (g) Leitura do livro de texto ; (h) Leitura de livros de consulta ; (i) Realizaçōm de trabalhos ; (j) Outro
- 10.^a Fora da classe de Filosofia, só tés que preparar os exames? . Em caso negativo especifica que «deveres» se che encomendam para a casa (Opçom 1): (a) Realizar trabalhos individuais ; (b) Realizar trabalhos em grupo ; (c) Resolver questons formuladas polo professor ; (d) Comentar textos ; (e) Ler livros ; (f) Outra
- 11.^a Compara a quantidade de «deveres» que che encómenda o professor de Filosofia cos que che encómandan outros professores de cadeiras similares (Opçom 3): (a) Realizar trabalhos individuais ; (b) Realizar trabalhos em grupo ; (c) Resolver questons formuladas polo professor ; (d) Comentar textos ; (e) Ler livros ; (f) Outra
- 12.^a Qual é o método que segues na aprendizagem dos conteúdos? (Opçom 1): (a) Um livro de texto ; (b) Vários livros de texto ; (c) Elaboraçōm própria dos temas ; (d) Apontamentos facilitados polo professor ; (e) Apontamentos tomados da explicacōm do professor ; (f) Outro

13. Que método se deveria seguir na aprendizagem dos conteúdos? (Opçom 2): (a) Um livro de texto ; (b) Vários livros de texto ; (c) Apontamentos tomados da explicacõm do professor ; (d) Elaboraçom própria dos temas ; (e) Apontamentos facilitados polo professor ; (f) Outro
- 14.^a Qual é o teu parecer sobre a metodologia utilizada polo professor? (Opçom 1): (a) Clarezza expositiva ; (b) Motivadora ; (c) Eficaz ; (d) Variada ; (e) Outro
- 15.^a Expom o teu parecer sobre como deveria ser a classe de Filosofia (Opçom 2): (a) Clarezza expositiva ; b) Motivadora ; (c) Eficaz ; (d) Variada ; (e) Outra
- 16.^a Expressa a tua opiniom sobre o professor de Filosofia (Opçom 1): I) Fomenta: (a) O respeito mútuo ; (b) A responsabilidade ; (c) A laboriosidade ; (d) O trabalho mútuo ; (e) A tolerânci ; (f) Umha atitude crítica ; (g) A participaçom ; (h) A confiança ; (i) A iniciativa ; (j) Outra II) O professor amostra para cos alunos umha atitude de: (a) Compreensom ; (b) Ajuda ; (c) Exigênci ; (d) Autoritarismo ; (e) Serviço ; (f) Outra III) O professor nas avaliaçons adopta umha conduta de: (a) Justiça ; (b) Favorece o autocontrole do próprio rendimento dos alunos ; (c) Outra
- 17.^a O professor na classe de Filosofia deveria (Opçom 2): I) Fomentar: (a) O respeito mútuo ; (b) A responsabilidade ; (c) A laboriosidade ; (d) O trabalho em grupo ; (e) A tolerânci ; (f) Umha atitude crítica ; (g) A participaçom ; (h) A confiança ; (i) A iniciativa ; (j) Outra II) O professor deveria amostrar para os seus alunos umha atitude de: (a) Compreensom ; (b) Ajuda ; (c) Exigênci ; (d) Autoritarismo ; (e) Serviço ; (f) Outra III) O professor nas avaliaçons deveria adoptar umha conduta de: (a) Justiça ; (b) Permitir o autocontrole por parte dos alunos ; (c) Outra
- 18.^a Califica a cadeira de Filosofia canto às variáveis que se indicam a seguir (Opçom 1): I): (a) Dificuldade ; (b) Importânci ; (c) Utilidade ; (d) Formaçom que oferece ao aluno ; (e) Ajuda a compreender a realidade ; (f) Actualidade dos conteúdos ; (g) Aperfeiçoamento pessoal ; (h) Compreensom da própria cultura (da galega) ; (i) Compreensom da cultura em geral ; (j) Extensom ; (k) Facilidade de aprovar ; (l) Outro II) Fomento da: (a) Tolerânci ; (b) Convivênci ; (c) Atitude crítica ; (d) Reflexom ; (e) Amor à liberdade ; (f) Evitaçom de ser manipulado ; (g) Submissom à ordem estabelecida ; (h) Outra
- 19.^a Compara a cadeira de Filosofia com outras similares (Língua, História...) canto a (Opçom 3): I) Características: (a) Dificuldade ; (b) Importânci ; (c) Utilidade ; (d) Formaçom que oferece ao aluno ; (e) Ajuda a compreender a realidade ; (f) Actualidade dos conteúdos ; (g) Aperfeiçoamento pessoal ; (h) Compreensom da própria cultura (da galega) ; (i) Compreensom da cultura em geral ; (j) Extensom ; (k) Facilidade de aprovar ; (l) Outro II) Fomento da: (a) Tolerânci ; (b) Convivênci ; (c) Atitude crítica ; (d) Reflexom ; (e) Amor à liberdade ; (f) Sumissom à ordem estabelecida ; (g) Evitaçom de ser manipulado ; (h) Outra
- 20.^a Selecciona a resposta correcta, rodeando com um círculo a letra correspondente: A cadeira de Filosofia deveria: (a) Ser obrigatoria em mais cursos; (b) Continuar igual que agora; (c) Ser obrigatoria só em 3.^º de BUP; (e) Opcional em 3.^º; (f) Opcional em COU; (g) Obrigatoria em 3.^º/Opcional em COU; (h) Obrigatoria em COU/Opcional em 3.^º; (j) Nom deveria existir em COU; (k) Nom deveria existir em nengun curso; (l) Outra
- 21.^a A dificuldade de superar as avaliaçons provem (Opçom 1): (a) Da dificuldade da matéria ; (b) Da dificuldade dos exames ; (c) Do número excessivo de exames ; (d) Do número escasso de exames ; (e) Da escassez de recuperacõns ; (f) Da falta de laboriosidade do aluno ; (g) Da falta de capacidade do aluno ; (h) Da excessiva exigênci por parte do professor ; (i) Da dificuldade de entender a explicacõm do professor ; (j) Da excessiva amplitude da matéria ; (k) Outra
- 22.^a Avalia os temas de Filosofia canto às variáveis que se indicam (Opçom 1):

<u>TEMAS DE 3.º DE BUP</u>	Importância	Dificuldade	Utilidade	Actualidade	Interesse
1) O saber filosófico.....					
2) O home e o seu mundo. A estrutura psíquica do home.....					
3) A percepçom.....					
4) Imaginaçom e memória.....					
5) A inteligênci.....					
6) A motivaçom. A vontade.....					
7) O problema da liberdade.....					
8) Comunicaçom e linguagem.....					
9) A linguagem formal. A lógica.....					
10) Cálculo Lógico. Logica proposic.....					
11) Cálculo Lógico. Lógica de classes.....					
12) A metodologia do saber científico.....					
13) Verdade e certeza. Diversos critérios.....					
14) A dimensom social do home.....					
15) A dimensom moral do home.....					
16) Sistemas morais. Éticas materiais e form.....					
17) Justiça e direito. Os direitos humanos.....					
18) A pessoa humana.....					
19) O problema da realidade.....					
20) O problema religioso.....					
21) O problema da existênci.....					

<u>TEMAS DE COU</u>					
1) O problema da natureza no pensamento grego					
2) Home e sociedade no pensamento grego					
3) Cristianismo e Filosofia. Sto. Agostinho					
4) S. Tomás de Aquino e o apogeu da Escolástica					
5) Guillerme de Occam e a crise da Escolástica					
6) O Renascimento e a origem da modernidade					
7) Kepler e Galileu: a loita polo método experimental					
8) O racionalismo					
9) O empirismo					
10) A iluminismo					
11) O idealismo trasc. de Kant					
12) Hegel e a dialéctica					
13) O positivismo: Comte					
14) O marxismo					
15) Historicismo e vitalismo					
16) Fenomenologia e filosofia da existência					
17) O personalismo cristao					
18) O neopositivismo e a filosofia analítica					
19) Panorama do pensamento actual					

23.^a As classes desenvolvem-se (Rodea com um círculo a resposta correcta): (a) Em galego; (b) Em espanhol; (c) Nas duas.

24.^a A tua preferência é que as classes se desenvolvam: (a) Em galego; (b) Em espanhol; (c) É-me indiferente. Observaçons:

INQUÉRITO AOS PROFESSORES DE FILOSOFIA

Somos um grupo de professores de Filosofia de Bacharelato, que pretendemos realizar um estudo sobre o ensino da filosofia em 3.º de BUP e COU. Com esta finalidade queremos conhecer a opiniom tanto dos professores como dos alunos.

Pensem os dados nos serán úteis para o aperfeiçoamento do nosso labor educativo e, por isso, esperamos brindar os resultados a todos os companheiros de filosofia para a sua consideraçom, ademais de que nos podam servir para reflexionar sobre as necessidades ou nom da filosofia face à próxima reforma do bacharelato.

Os dados som confidenciais e anónimos.

Pedimos-che a tua sincera e valiosa colaboraçom, pois redundará numha maior validez e fiabilidade da informaçom recolhida e do estudo dos dados.

A) Instruções:

A vossa resposta consiste, a nom ser que se indique outra cousa, em avaliar, utilizando os signos que se especificam a seguir, cada umha das alternativas correspondentes às diversas perguntas. No enunciado destas já se indica a opçom a eleger.

B) Sinais:

Opçom 1: M = muito; B = bastante; R = regular; P = pouco; N = nada.

Opçom 2: 5 = muito mais; 4 = mais; 3 = igual; 2 = menos; 1 = muito menos.

Opçom 3: s = mais que todas as demais; t = entre as que más; v = mais que umhas e menos que outras; x = entre as que menos; z = menos que todas as demais.

Deves contestar escrevendo a letra ou número correspondente à opçom que se sinala ao inicio de cada pergunta. Exemplo: se che pergunta se a filosofia é difícil e se che di que contestes os signos da opçom 1, se pensas que é moi difícil contestarás coa letra (M) ponhendo-a no quadro que vai junto à alternativa.

INQUÉRITO

1.^a Dados persoais: Idade..... Sexo..... Centro.....

Anos de docência em filosofia

(Risca o que nom proceda): Titulaçom (Lic. em fisolofia / Lic. noutra especialidade). Situaçom administrativa (Contratado / PNN / Agregado / Catedrático).

2.^a Com independênci da problemática laboral que pudesse afectar-che, selecciona a resposta correcta, rodeando com um círculo a letra correspondente (a, b,...). As respostas a várias alternativas som compatíveis: (a) Ser obrigatoria em mais cursos; (b) Continuar igual que agora; (c) Ser obrigatoria só em 3.º; (d) Ser obrigatoria só em COU; (e) Opcional em 3.º; (f) Opcional em COU; (g) Obrigatoria em 3.º / opcional em COU; (h) Obrigatoria em COU / opcional em 3.º; (i) Nom deveria existir em 3.º; (j) Nom deveria existir em COU; (k) Nom deveria existir em nemgum curso; (l) Outra.....

3.^a Califica a cadeira de Filosofia canto às variáveis que se indicam a seguir (Opçom 1): I: (a) Dificuldade ; (b) Importânci ; (c) Utilidade ; (d) Formaçom que oferece ao aluno ; (e) Ajuda a compreender a realidade ; (f) Actualidade dos conteúdos ; (g) Aperfeiçoamento pessoal ; (h) Compreensom da própria cultura (da galega) ; (i) Compreensom da cultura em geral ; (j) Extensom ; (k) Facilidade de aprovar ; (l) Outro II: Fomento da: (a) Tolerânci ; (b) Convivênci ; (c) Attitude crítica ; (d) Reflexom ; (e) Amor à liberdade ; (f) Evitaçom de ser manipulado ; (g) Submissom à ordem estabelecida ; (h) Outra

- 4.^a Compara a cadeira de Filosofia com outras similares (Língua, História...) em canto a (Opçom 3): I) Características: (a) Dificuldade ; (b) Importância ; (c) Utilidade ; (d) Formaçom que oferece ao aluno ; (e) Ajuda a compreender a realidade ; (f) Actualidade dos conteúdos ; (g) Aperfeiçoamento pessoal ; (h) Compreensom da própria cultura (da galega) ; (i) Compreensom da cultura em geral ; (j) Extensom ; (k) Facilidade de aprovar ; (l) Outro.....
. II) Fomento da: (a) Tolerância ; (b) Convivência ; (c) Atitude crítica ; (d) Reflexom ; (e) Amor à liberdade ; (f) Sumsom à ordem estabelecida ; (g) Evitaçom de ser manipulado ; (h) Outra
- 5.^a À hora de dirigir-te, habitualmente, à classe de filosofia (Opçom 1): (a) Dispós de objectivos bem definidos ; (b) Elaboras os objectivos cos companheiros de Seminário ; (c) Coordinas cos companheiros do Seminário ; (d) Coordinas cos companheiros doutros Seminários ; (e) Actuas individualmente ; (f) Outros
- 6.^a As classes de filosofia som (Opçom 1): (a) Teóricas (baseadas na explicaçom do professor ; (b) Teórico-práticas ; (c) Práticas .
- 7.^a As classes de filosofia deveriam ser, comparando-as com outras cadeiras similares (Opçom 3): (a) Teóricas ; (b) Teórico-práticas ; (c) Práticas .
- 8.^a Sinala como, à parte da explicaçom do professor, se desenvolve a classe de filosofia (Opçom 1): (a) Trabalho individual ; (b) Trabalho em grupo ; (c) Resoluçom de questons formuladas polo professor ; (d) Comentário de textos ; (e) Debate de temas filosóficos ; (f) Debate de temas extrafilosóficos de actualidade ; (g) Leitura do livro de texto ; (h) Leitura de livros de consulta ; (i) Realizaçom de trabalhos ; (j) Outro
- 9.^a Especifica como, segundo a tua opiniom, se deveria desenvolver a classe de filosofia (Opçom 1): (a) Trabalho individual ; (b) Trabalho em grupo ; (c) Resoluçom de questons formuladas polo professor ; (d) Comentário de textos ; (e) Debate de temas filosóficos ; (f) Debate de temas extrafilosóficos de actualidade ; (g) Leitura do livro de texto ; (h) Leitura de livros de consulta ; (i) Realizaçom de trabalhos ; (j) Outro
- 10.^a Para fora da aula, só lhes exiges aos alunos que preparem os exames? Em caso negativo, que labores lhe encomendas? (Opçom 1): (a) Realizar trabalhos individuais ; (b) Realizar trabalhos em grupo ; (c) Resolver questons formuladas polo professor ; (d) Comentar textos ; (e) Ler livros ; (f) Outra.....
.
- 11.^a Que método lhe aconselhas aos alunos para a aprendizagem de conteúdos? (Opçom 1): (a) Um livro de texto ; (b) Vários livros de texto ; (c) Elaboraçom própria dos temas ; (d) Apontamentos facilitados polo professor ; (f) Outra.....
.
- 12.^a Qual é o teu parecer sobre a metologia que utilizas? (Opçom 1): (a) Clareza expositiva ; (b) Motivadora ; (c) Eficaz ; (d) Variada ; (e) Outro.....
.
- 13.^a Expressa a tua opiniom sobre a tua atitude co alunado (Opçom 1): (I) *Fomento*: (a) O respeito mútuo ; (b) A responsabilidade ; (c) A laboriosidade ; (d) O trabalho em grupo ; (e) A tolerância ; (f) Umha atitude crítica ; A participaçom ; (h) A confiança ; (i) A iniciativa ; (j) Outra.....
. (II) *Amostro para cos alunos*: umha atitude de: (a) Compreensom ; (b) Ajuda ; (c) Exigênciia ; (d) Autoritarismo ; (e) Servigo ; (f) Outra.....
. (III) *Nas avaliaçons* deveria adoptar umha conduta de: (a) Justiça ; (b) Permitir o autocontrole por parte do alunos ; (c) Outra.....
.

14.^a Avalia os temas de Filosofia de 3.º de BUP, quanto às variáveis que se indicam (Opçom 1):

	Importância	Dificuldade	Utilidade	Actualidade	Interesse
1) O saber filosófico.....					
2) O homem e o seu mundo. A estrutura psíquica do homem.....					
3) A percepção.....					
4) Imaginação e memória.....					
5) A inteligência.....					
6) A motivação. A vontade.....					
7) O problema da liberdade.....					
8) Comunicação e linguagem.....					
9) A linguagem formal. A lógica.....					
10) Cálculo Lógico. Lógica proposicional.....					
11) Cálculo Lógico. Lógica de classes.....					
12) A metodologia do saber científico.....					
13) Verdade e certeza. Diversos critérios.....					
14) A dimensão social do homem.....					
15) A dimensão moral do homem.....					
16) Sistemas morais. Éticas materiais e formais.....					
17) Justiça e direito. Os direitos humanos.....					
18) A pessoa humana.....					
19) O problema da realidade.....					
20) O problema religioso.....					
21) O problema da existência.....					

15.^a Avalia os temas de Filosofia de COU, canto às variáveis que se indicam (Opçom 1):

	Importância	Dificuldade	Utilidade	Actualidade	Interesse
1) O problema da natureza no pensamento grego.....					
2) Home e sociedade no pensamento grego.....					
3) Cristianismo e Filosofia. Sto. Agostinho.....					
4) S. Tomás de Aquino e o apogeu da Escolástica					
5) Guillerme de Occam e a crise da Escolástica					
6) O Renascimento e a origem da modernidade.....					
7) Kepler e Galileu: a loita polo método experimental					
8) O racionalismo.....					
9) O empirismo.....					
10) A iluminismo.....					
11) O idealismo trasc. de Kant.....					
12) Hegel e a dialéctica.....					
13) O positivismo: Comte.....					
14) O marxismo.....					
15) Historicismo e vitalismo.....					
16) Fenomenologia e filosofia da existência					
17) O personalismo cristao.....					
18) O neopositivismo e a filosofia analítica					
19) Panorama do pensamento actual.....					

16.^a Canto aos conteúdos de BUP (Contesta SI ou NOM): (a) Ajusto-me aos programas oficiais ; (b) Fago um programa compaginando os interesses dos alunos e o programa oficial ; (c) Prescindo do programa oficial ; (d) Termino o programa ; (e) Outro......

17.^a Canto aos conteúdos de COU (Contesta SI ou NOM): (a) Ajusto-me aos programas oficiais ; (b) Fago um programa compaginando os interesses dos alunos e o programa oficial ; (c) Prescindo do programa oficial ; (d) Termino o programa ; (e) Foco os temas de cara à selectividade ; (f)......

18.^a Avalia os factores que, ao teu entender, dificultam o desenvolvimento das classes de filosofia em BUP e COU (Opçom 1): (a) Falta de recursos didácticos ; (b) Demasiados alunos por aula ; (c) Escassa formação prévia dos alunos ; (d) Pasotismo e desinteresse ; (e) Falta de disciplina nas classes ; (f) Escassa dedicação do professorado ; (g) Escassa preparação didáctica do professorado ; (h) Falta de estímulos no professorado ; (i) Preocupação pola selectividade (em COU) ; (j) Outro......

- 19.^a Avalia o tipo de técnicas de avaliação para o controlo de assimilação de conteúdos (Opçom 1):
(a) Exames escritos ; (b) Exames orais ; (c) Testes objectivos ; (d) Trabalhos individuais ;
(e) Trabalhos em grupo ; (f) Participação na classe ; (g) Exposição de trabalhos na classe ;
(h) Comentário de textos ; (i) Assistência a classes ; (j).....
- 20.^a Língua que utilizas na explicação da cadeira (rodea com um círculo a resposta correcta): (a) Galego;
(b) Espanhol; (c) As duas.
- 21.^a De cara à reforma do ensino, em 3.º de BUP, haveria que proceder (rodea com um círculo a letra correspondente à resposta correcta. As respostas a várias alternativas som compatíveis): (a) A umha redução de matéria----; (b) Deixar as coisas tal como estão----; (c) Reduzir numhas áreas e ampliar noutras----; (d) Ampliar o temário existente----; (e) Substituir uns temas por outros----; (h) Outro.....
- 22.^a Em caso de que coides que hai que reduzir matéria, que temas suprimirias em 3.º de BUP?.....
- 23.^a Se pensas que hai que ampliar em 3.º de BUP, sinala em que áreas (Opçom 1): (a) Antropologia ;
(b) Psicologia ; (c) Comunicação e linguagem ; (d) Lógica ; (e) Gnoseologia ; (f) Metodologia da ciência ; (g) Dimensão social do home ; (h) Dimensão moral do home ; (i) Justiça e direitos ; (j) Ontologia ; (k) Outros.....
- 24.^a Se ao teu parecer, hai que incorporar novos temas, especifica em que áreas (Opçom 1): (a) Civilização e cultura ; (b) Estética ; (c) Dimensão histórica do home ; (d) Outras.....
- 25.^a O temário de 3.º de BUP (rodea com um círculo a letra correspondente à resposta correcta. As respostas a várias alternativas som compatíveis): (a) Nom deve existir; (b) Deve enunciar somente os temas e deixar ao professor liberdade de focagem; (c) Deve ser detalhada e especificar os diversos pontos a tratar; (d) Deve incluir aspectos da propria cultura; (e) Deve manter interconexom coas outras matérias; (f) Outro.....
- 26.^a De cara à Reforma do Ensino Médio, em COU, haveria que (rodea com um círculo a letra correspondente à resposta correcta. As respostas a várias alternativas som compatíveis): (a) Reduzir matéria;
(b) Deixar ás coisas tal como estão; (c) Reduzir nuns períodos históricos e ampliar noutras; (d) Ampliar o temário existente; (e) Substituir uns temas por outros; (f) Outro.....
- 27.^a Em caso de que pensas que hai que reduzir matéria em COU, que temas suprimirias?.....
- 28.^a Se pensas que hai que reduzir o número de autores a explicar em COU, que alternativa elegerias? (rodea com um círculo a letra correspondente à resposta correcta. As resposta a várias alternativas som compatíveis): (a) Alguns autores de cada um dos diversos períodos históricos; (b) Alguns autores de calquer idade; (c) Deixar intera liberdade ao professor para seleccionar os autores a explicar.
- 29.^a Se che parece que hai que introduzir novos temas, especifica quais:.....
- 30.^a Se es da opiniom de que hai que substituir uns temas por outros, assinala quais e por quais:.....
- 31.^a Se sustés que hai que darlle umha nova focagem à cadeira de COU indica por que a substituirias (rodea com um círculo a letra correspondente à resposta correcta. As respostas a várias alternativas som compatíveis): (a) Teoria do conhecimento; (b) Metodologia da ciência; (c) Antropologia; (c) Sociologia; (e) Estudo do pensamento actual; (f) Outro.....
- 32.^a O temário de COU (rodea com um círculo a letra correspondente à resposta correcta. As respostas a várias alternativas som compatíveis): (a) Nom deve existir; (b) Deve enunciar só os temas e deixar ao professor liberdade de focagem; (c) Deve ser detalhado e especificar os diversos pontos a tratar;
(d) Debe incluir aspectos da própria cultura; (e) Deve manter interconexom coas outras matérias; (f) Outro.....

Observações:

NOTAS

Partidos políticos e estandardizaçom do idioma na Galiza*

Por António GIL HERNÁNDEZ

«Ficai, firmes, tendo os vossos rins
cingidos com a *verdade*,
revestidos com a couraça da *justiça*»
[Ef. 6, 14]

0.—INTRODUÇOM.

0.1.—Estado da questom.

Apesar de os homes serem identificados, «desde sempre», pola origem ou *naçom*, que a língua definia principalmente, é desde a Revoluçom francesa que os Notáveis, constituidos

(*) Apresentei esta *comunicaçom* ao *Encontro sobre o estado actual da normalización [sic] lingüística (análise da política oficial e alternativas)*, celebrado en Compostela durante os días 18, 19 e 20 de Abril. Veja-se *Agália*, núm. 6 (Verao de 1986), p. 225.

Era o meu interesse refazê-la antes de a publicar sobretudo perante os acontecimentos políticos que desde aquelas datas houvéron de mexer na situaçom sociocultural galega: ruptura em *U.P.G.* e constuiçom do *Partido Comunista de Liberación Nacional* [sic]; sentença do Tribunal Constitucional por que devém «inconstitucional» a *obriga* de os cidadãos espanhóis na Galiza conhecerem o idioma «próprio da Comunidade Autonómica»; (quase) ruptura da *Coalición Popular*, governante na Galiza; e ruptura de *Coalición Galega*.

Espero, apesar de tudo, quando «algo» se passe e eu conseguir a documentaçom adequada, voltar sobre o tema. Aqui prefiro publicar o trabalhinho quase como foi redigido para o antedido *Encontro*. Aliás, quixeria transmitir-che, leitor, duas confidências para mim satisfatórias. A primeira é que o texto original da *comunicaçom* mostrou impensadamente que os prebendados oficialistas, quando nom procuram silenciar os seus oponentes, reagem ou «reaccionam» só insultando e desqualificando gratuitamente; assim se comportou contra o texto e o seu autor D. Alfredo Conde Cid, deputado independente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Obrero Español no Parlamento Galego. Pode ver-se o núm. 6 de *Agália*, citado, nas pp. 237-240.

A outra confidência é que houvo algumha imprensa diária e até umha Directora Geral de Política Lingüística que se figéron espontaneamente eco do trabalhinho; evidencia-se assim que som eles a dependerem de nós, já que a razom e a inteligênciá estám do nosso lado.

Por último, permita-se-me dizer também, por aquilo da «amica veritas», que retirei do *Encontro* acima referido esta *comunicaçom* porque a Organizaçom nem sequer se dignou submeter à discussom final as três propostas que, extraídas do traballo, eu apresentara para as integrar nas conclusons gerais.

a si próprios em representantes da *Naçom*, planeiam e exercem no território do seu domínio umha accom política «universalizadora» da *língua nacional* e «aniquiladora dos dialectos».

Assim está a acontecer na Europa a partir do século passado ou desde as primeiras décadas deste (1); nos velhos Estados (França, Reino Unido, Espanha...) e nos novos (Itália, Alemanha...) a «universalização» da *língua nacional* contribui eficazmente à unidade e dominância simbólica, que é determinada polos movimentos unificadores da produçom e do mercado nacionais e, ao próprio tempo, é determinante deles. Portanto, apesar de que os cidadaos, na maioria dos estados, pertenciam a Comunidades Lingüísticas diversas, na Europa actual prevalecem os projectos político-administrativos de unificação nacional sob umha só língua.

Em todo o caso, os Notáveis privilegiaram umha língua, a sua, nem apenas como «medio instrumental indispensable para el ejercicio de ciertos derechos fundamentales» (2), mas também e principalmente como *símbolo* que manifesta e construi a unidade «legitimamente» (3) procurada. Neste suposto cumple estabelecermos, matizadamente para cada Estado-Naçom, umha precisa correspondência entre o *projecto político-administrativo* a conseguir e o *modelo lingüístico* (ou organizaçom jurídica dos usos idiomáticos no seio das instituições e entre estas e os cidadaos). Ainda mais, parece-me razoável sustentar que os critérios a regerem a *normatização* da *língua nacional* (4) ham de ser correlativos do *projecto político* e do *modelo idiomático*.

Conseqüentemente mas sem extremar as correspondências, parece irrecusável afirmar que as *Orthographias* inglesa ou francesa, «cultas», patenteiam projectos nacionais diferenciados

(1) Este afám «universalizador» alcança, nos últimos tempos, também aos novos estados surgidos de processos aparentemente descolonizadores. Contudo, nesta *comunicação* tenho presentes, com exclusividade, os projectos de unificação nacional europeus.

(2) Cf. Tribunal Constitucional. Pleno, «Recurso de inconstitucionalidad número 169/1983. Sentencia número 82/1986, de 26 de junio», in *B.O.E.*, núm. 159. Suplemento (viernes, 4 de julio de 1986), p. 21. Neste mesmo lugar exemplificam-se os anteditos direitos: «Libertad de expresión, derecho a la educación, derecho a la tutela judicial efectiva...»

Esta *Introduçom* inspira-se, entre outras, nas seguintes obras: Ll. V. Aracil, *Papers de sociolingüística*, Eds. La Magrana, Barcelona, 1982, passim, e *Dir la realitat*, Eds. Països Catalans, Barcelona, 1983, passim; também «Lengua Nacional, ¿una crisis sin crítica?», in *Hizkuntza minorizatuen soziología* (J. I. Ruiz Olabuénaga e J. A. Ozamiz, editores), Eds. Ttartalo, Donostia, 1986, pp. 443-455. R. Balibar - D. Laporte, *Le français national*, Livr. Hachette, Paris, 1974. M. de Certeau - D. Julia - J. Revel, *Une politique de la langue. La Révolution française et les patois*, Eds. Gallimard, Paris, 1975. C. Cunha, *Uma política do idioma*, Ed. Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 1984. E. Haugen, «Dialect, Language, Nation», in *Sociolinguistics. Selected Readings* (J. B. Pride - J. Holmes eds.), Penguin Books, London, 1979, pp. 97-111. Z. Muljacić, «Come applicare il modello standardologico comparativo in diacronia? Sulla 'focalizzazione' nella storia linguistica d'Italia», in AA.VV., *Linguistica storica e cambiamento linguistico*, Ed. Bulzoni, Roma, 1985, pp. 397-409.

(3) Os estados modernos europeus (occidentais) definem-se como democráticos; mas naqueles, como o espanhol ou o francês, originariamente plurilingües, só foi possível oficializar o unilingüismo, correlativo da unidade nacional, mercê ao uso da coacçom, eixos articuladores dos sistemas políticos, apresentada como *legítima*. Veja-se G. A. Almond - G. B. Powel, *Comparative Politics: a Developmental Approach*, Little Brown & Co., 1966, pp. 16-21. 74-79, reproduzidas em AA.VV., *Comparative Government. A Reader*, The Macmillan Press, London, 1968 (na versom castelhana da Alianza Universidad, Madrid, 1981, pp. 59-63. 109-114); S. M. Lipset, *Political Man*, Doubleday & Co., Heineman Ltd., 1960, pp. 77-83 (ibidem na versom castelhana, pp. 101-107); A. D. Smith, *Theories of nationalism*, Gerald Duckworth & Co. Ltd., Londo, 1971 (na versom castelhana de Eds. Península, Barcelona, 1976, pp. 319-352); J. Aguiar, *A ilusão do poder*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983, pp. 29-147; J. B. Machado, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Livr. Almedina, Coimbra, 1983, pp. 273-357.

(4) Os conceitos «normatização», «estandardização», «Orthographia» e outros acham-se explicados suficientemente no meu trabalho «Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa. Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza», in Temas de *O Ensino*, núms. 6/10 (1986), pp. 247-283. Ilustrativo a este respeito é o artigo de F. González Ollé, «El establecimiento del castellano como lengua oficial» (1975), in *Boletín de la R.A.E.*, t. LVIII, cuad. CCXIV (mayo-agosto de 1978), pp. 229-280.

de aqueles que transparecem das *Orthographias* espanhola ou italiana, «populares». Por outro lado, analisados desde esta perspectiva o processo normativizador da língua portuguesa ou da grega, podem mostrar-nos perfis sócio-políticos de grande interesse. Fique, porém, insinuado um tema cujo desenvolvimento nos conduziria muito longe.

0.2.—*A Comunidade Lingüística galego-portuguesa em território espanhol.*

Os casos, como o galego, o catalán ou o basco, de Comunidades Lingüísticas nom constituídas em Estado oferecem aspectos político-culturais muito complexos. Com efeito, poderíamos imaginar simplesmente que a carência institucionalizada de projecto nacional origina a desnortualizaçom dos usos da língua nom-nacional e que, por conseguinte, esta implica umha estandardizaçom idiomática deficiente ou, se a houver, certa normativaçom subsidiária da «universalizada» para a língua nacional; mas, como indica Jordi Solé Tura (5), «todo quadro nacional é o resultado de um processo histórico complexo e contraditório, em que nom apenas influi a realidade da própria nacionalidade em formaçom, mas também a das comunidades com que aquela se relaciona ou se defronta».

O processo histórico por que os Notáveis estám a construir a Espanha, cuja língua nacional é o castelhano-espanhol, tende a (des-)integrar, assimilando-as, as Comunidades Lingüísticas galega, basca e catalá; procura integrá-las no seu projecto nacional inicialmente mediante a sua *desintegraçom administrativa*, plasmada na demarcação provincial de 1833 e na organizaçom autonómica de 1978, e ulteriormente mediante a *distribuiçom desigualitária* de direitos e usos lingüísticos, que se acolhem sem grande discussom social (6).

Mas é no terceiro aspecto, acima indicado (fim do § 0.1.), «critérios normativizadores», que se evidencia hoje a diversa força das relações ou defrontamentos intra-estatais e inter-estatais. Enquanto que nengum Estado-Naçom tem normativizado, como língua oficial, o catalán e o euskara, som sete os Estados (um com a potencialidade do Brasil) a terem como língua oficial o galego-português, que também a é da Organizaçom de Estados Africanos e língua de trabalho na Comunidade Económica Europeia e na UNESCO. Decreto a questom galega se complica «internacionalmente». Como assinala o Prof. López Suevos, «Galiza nom é equidistante de Espanha e Portugal. Deve olhar preferentemente para Portugal *fe os países lusófonos* por umha cheia de razons culturais, políticas e mesmo económicas» (7). E continua: «Galiza tem umha cultura de seu e umha língua que forma parte, por direito próprio, da área lingüística luso-africano-brasileira, de ampla difusom e rica tradiçom literária».

Na Galiza, portanto, acham-se imbricadas e defrontadas, apesar de tudo, concepções políticas e socioculturais contraditórias. As primeiras atingem à própria constituição e à configuraçom do Estado-Naçom-España; as segundas interferem com a crimônia no processo institucional de unificaçom cultural e lingüística. Sem pôr de parte aquelas, atendo sobretudo a estas no desenvolvimento do presente trabalho.

(5) Cf. *Nacionalidades y nacionalismos en España. Autonomías, federalismo, autodeterminación*, Alianza Ed., Madrid, 1985, p. 24; vide pp. 16-67. A obra, apesar do carácter divulgador ou por isto mesmo, adoece, entre outras eivas, de ser avara em referência à Galiza.

(6) Baste com observar o escassíssimo eco que nos meios de comunicação tiveram as sentenças 82, 83 e 84/1986 do Tribunal Constitucional, publicadas no *B.O.E.* citado na nota 2.

(7) Cf. R. López Suevos, *Dialéctica do desenvolvimento: naçom, língua, classes sociais*, AGAL, Corunha, 1983, pp. 66. 70. Coincido com a opiniom do professor em que «o achegamento [na formalizaçom idiomática] do galego ao português é fundamental para que o galego siga sendo um idioma de seu, para que nom se transforme num dialecto do espanhol, para melhor resistir agora, e depois destruir, o imperialismo lingüístico. Necessitamos da variante irmá para restaurar e modernizar o nosso idioma em Galiza, mesmo como instrumento para a afirmaçom da nossa identidade nacional, para combater a amnésia cultural e política que padece o nosso povo [...], para defrontar com melhores armas a política lingüística» do Estado espanhol e dos seus organismos académicos e administradores, imperialistas neste terreno. Veja-se a nota seguinte.

0.2.1.—*A Galiza, «regiom» espanhola?*

Parece indubitável que os Notáveis da Espanha estão empenhados na construções da «indivisible unidad de la Nación española, patria común de todos los españoles», segundo se propõe no art. 2.º da Constituição vigente; mas também é certo que, por o Estado espanhol se constituir na actualidade em «sistema democrático» ao jeito ocidental, os Notáveis têm de permitir, polo menos formalmente, o *pluralismo político*, instrumentado em partidos cuja criação e actividades som livres «dentro del respeto a la Constitución y a la Ley» (art. 6.º).

No «sistema democrático» espanhol, por consequência, existem partidos cujo projecto político para o Estado-Nação coincide substancialmente com o desenhado no texto constitucional; mas podem legitimamente existir partidos que tentem instaurar outro projecto político, incluída a recomposição territorial do Estado. De facto, na Galiza as entidades partidárias sustentam desigualmente um de dous *modelos alternativos de organizações políticas* para a sociedade galega, que derivam, respectivamente, de um dos dous supostos básicos:

- 1.º *A Galiza é Naçom, a constituir-se em Estado,*
 - a. que tem de ser independente (assim *Galiza Ceive*);
 - b. que ha de federar-se (ou confederar-se) com o Estado espanhol (assim a *União do Povo Galego* e o *Bloco Nacionalista Galego*, e o *Partido Socialista Galego-Esquerda Galega*).
- 2.º *A Galiza é segmento de Naçom* («nacionalidade» ou «região»),
 - a. que, com um grau maior ou menor de descentralização administrativa, forma parte do Reino da Espanha (assim *Coalizom Galega*, *Coalición Popular*, i.e. *Alianza Popular*, *Partido Demócrata Popular* e *Partido Liberal*, e *Partido Socialista Obrero Español*);
 - b. que se ha de integrar na República portuguesa (assim as primeiras *Irmandades da Fala* e, em particular os irmãos Vilar Ponte e Castelao).

Contudo, a existência e, mormente, a ação dos partidos «menos» constitucionais na realidade som *interferidas* grandemente polas instituições do Estado e mesmo polos outros partidos, colaboradores firmes na tarefa unificadora, como parece lógico esperar. Ainda que assim acontece em todo o *território nacional*, cumpre assinalar que os modos e procedimentos de *interferência* som específicos em cada «naçom». A meu ver, na Galiza incidem, antes de mais nada, sobre «la questione della lingua». Enquanto em Catalunha (nom assim no País Valenciano) e em Euskádi mal é *questio disputata* para os partidos do arco nacionalista catalán e basco (e mesmo para os espanhóis) a definição do estatuto idiomático de catalán e de euscaria, na Galiza, porém, apesar de o tema «orthográfico» ser ainda muito discutido, os partidos nacionalistas galegos nom entram quase em contradição neste respeito com os partidos nacionalistas espanhóis; ainda mais, os partidos nacionalistas galegos nem sequer parecem suspeitar que poda obedecer a critérios mais políticos do que científicos a *formalização do idioma da Galiza*, proposta por instituições académicas oficiais do Estado (dirigidas por Notáveis nacionalistas espanhóis) e imposta polo Governo espanhol da Comunidade Autonómica (regentado hoje por umha coalizom nacionalista espanhola) (8).

0.2.2.—*A definição política do galego-padrão.*

Perante o facto distintivo de os cidadãos espanhóis da Galiza, num número aproximado ao 60%, se intercomunicarem habitualmente por meio de umha língua (sobretudo oral) diferente da castelhana, oficial do Estado, os partidos proponhem (ou há tempo impugnaram) «modelos

(8) Procurei amostrar diferentes aspectos desta minha *tese* no artigo citado na nota 4, na comunicação ao *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Ourense, 1984), «Aproximação à análise do(s) discurso(s) sobre a língua em textos da ‘filologia oficial’ na Galiza» (*Actas, AGAL, Corunha, 1986*, pp. 81-126) e em AA.VV., *Que galego na escola?*, Eds. do Castro, Sada-Corunha, 1984, pp. 57-153.

idiomáticos» divergentes, segundo os respectivos projectos políticos esboçados no § 0.2.1. Seja como for, procuram legitimá-los remontando-se em grande medida a um discurso pretensamente científico.

Nom obstante, também neste respeito as diferenças entre os partidos nacionalistas espanhóis e os galegos som acusadas. Com efeito, o discurso político dos primeiros acha-se imbricado íntima e solidamente com o discurso «científico» que segregam as instituições académicas do Estado, já constituído, enquanto que o discurso político dos segundos balança-se duvidoso, indeciso a rejeitar a legitimidade galega do discurso «científico» dominante, i.e. espanhol, ou a aceitá-lo matizadamente ou mesmo sem discussão. Comprová-lo-emos nos apartados seguintes. Aqui só adianto algumha *hipótese prévia*.

Os partidos nacionalistas espanhóis estabelecem, de modo mais ou menos explícito, o seu discurso político-«científico» sobre dous pontos de inflexom indiscutidos, mas coerentes na sua enunciaçom quer se refira ao nível «projeto político» (a), quer ao nível «modelo lingüístico» (b), quer ao nível «critérios normativizadores (do castelhano-espanhol)» (c):

- a.1. Unidade indivisível da Naçom espanhola;
- a.2. Subordinaçom das «regions» à unidade nacional.
- b.1. Universalidade de usos da língua nacíonal, derivada da sua condiçom de oficial e do conseqüente dever geral de a conhecer;
- b.2. Peculiaridade dos usos das línguas «regionais», cuja cooficialidade declarada implica única e exclusivamente o direito particularizado de a conhecer e usar.
- c.1. Espanholidade «cientificamente» extensa do idioma comum.
- c.2. Virtual dissoluçom das línguas «regionais» na capacidade assimiladora da língua nacional.

Interessa-nos aqui ilustrar, sempre com brevidade, o terceiro nível. Entre os inúmeros textos produzidos ao efeito, escolho dous parágrafos de *Los españoles en la historia*, ensaio que D. Ramón Menéndez, pai da filología e historiografia espanholas modernas, académico presidente e mentor de políticos (9), pujo como «Prólogo», em 1947, ao primeiro tomo da *Historia de España*:

- c.1. «En consecuencia, el bilingüismo, aumentando sus efectos con la constante convivencia, es hoy más íntimo, más penetrante que en la Edad Media. El castellano, como lengua hegemónica, después de haberse asimilado completamente los dialectos leonés y aragonés, fue arraigando cada vez más como *lengua de cultura* por el territorio catalán, gallego y vasco. Su mayor actividad literaria atrajo a su cultivo no sólo a los vascos, que siempre tuvieron por lengua escrita el castellano, sino a los otros, habiendo cesado casi por completo el uso literario del gallego desde el siglo XV y habiéndose disminuido notablemente el del catalán desde el siglo XVI, hasta que en el XIX trajo el Romanticismo un ranacimiento de las *culturas locales*» (p. 149).
- c.2. «En rebeldía contra estos grandes hechos, el nacionalista [*nom-espanhol*] pre-tende sacudir el peso de la *Historia* y someter su idioma nativo a una violenta acción *descastellanizante*, queriendo suprimir el *natural y universal fenómeno lingüístico* de los préstamos entre dos idiomas tangentes, préstamos mutuos, aunque siempre recibiendo más la lengua menos vigorosa. Unas veces los nacionalistas [*nom-espanhóis*], por huir de un castellanismo cotidiano, escogen una expresión inusitada que resulta en ocasiones ser también castellanismo, salvo que embozado; otras veces inventan a granel neologismos indigestos. Todo es abular artificialmente los «hechos diferenciales», violentar la naturaleza, tomar el idioma como instrumento de odios políticos, cuando lo es de fraternal compenetración, profanar el natural amor a la lengua materna inoculándole el virus de la pasión evidente» (p. 151).

(9) Cf. Ed. Espasa-Calpe, Col. Austral núm. 1.260, Madrid, 1971, 2.^a ed. nas páginas indicadas o itálico é meu. Vide o trabalho de González Olle, citado na nota 4, pp. 240-242.

Nom me resisto a transcrever a conclusom que D. Ramón Menéndez tira do seu razonamento:

«En suma: el desarrollo histórico de los *idiomas locales* y de los *reinos independientes antiguos* no apoya el que una diferencia de lengua se tome como base natural de autonomismo, ni el que se rechace como imposición centralista el *bilingüismo íntimo y popular* que por tradición viene practicándose» (p. 152).

Os textos apresentam-se-nos como paradigmáticos do discurso nacionalista español, intensificado *logicamente* durante o século que andamos. Políticos e académicos, aunados, reincidente nele, sob os mais variados matizes, sobretudo nas duas ocasións em que um Parlamento constituinte definiu a oficialidade do «castellano» e a cooficialidade das «demás lenguas españolas». Aduzo ainda dous exemplos, tomados da intervençom de qualificados Notáveis nas discussões, respectivamente, do art. 3º da Constituiçom monárquica de 1978 e do artº 4º da republicana de 1931; ofereço-os como formulaçons extremas, no nível c, dos «pontos de inflexom» antes assinalados (10):

c.1. (bis) *Superordinaçom da língua nacional (castelhano)*

«Nosotros queremos decir que el artículo 3º de la Constitución [...] es un artículo perfectamente equilibrado que distingue entre lo que Milá y Fontanals llamó la lengua del Reino, la lengua franca de todos los españoles, que en modo alguno supone prepotencia, sino defensa de aquella que todos hemos llegado a hablar, y que todos, tanto Boscán y Capmany como Valle-Inclán y como Unamuno, hemos contribuido a hacer. Y por eso ya el español, y no el castellano, es la lengua de todos, y por lo mismo todos los españoles ‘tienen el deber de conocerlo y el derecho a usarlo».

c.2. (bis) *Subordinaçom das línguas «regionais» até a desapariçom*

Em Euskádi «no hay este problema [de competência entre o euskara e o castelhano] tan vivo, porque hoy el vascuence en el país vasconavarro no es la lengua de la mayoría».

Com ele, portanto, só cabe «recogerlo y enterrarlo con piedad filial, embalsamado en ciencias»; *ainda mais*, é «impío inocularle drogas para alargarle una vida ficticia, porque las drogas son los trabajos que hoy se realizan para hacer una lengua culta, y una lengua que, en el sentido que se da ordinariamente a esta palabra, no puede llegar a serlo». «Es un conglomerado de dialectos en que no se entienden a las veces los unos con los otros». «El aldeano, el verdadero aldeano [*lo único falante genuíno que mamou a língua?*], el que no está perturbado por nacionalismos de señorito resentido, no tiene interés en conservar el vascuence».

Este jeito de discurso procura *legitimar a açom política espanhola* a normalizar (?) as sociedades e culturas diferenciadas ou «locais» dentro da unidade nacional. Face a ele, aos partidos nacionalistas galegos e bascos e cataláns só lhes cabe produzir umha linha de discurso que nos trés níveis acima indicados («projeto político», «modelo lingüístico» e «critérios normativizadores») *questione o discurso contrário*, dominante, e *dilucide o próprio*.

Relativamente já à normalizaçom da Comunidade Lingüística galego-portuguesa em território español, opino o seguinte:

1º Decreto as entidades partidárias actuantes na Galiza, *todas* pois ainda nengumha o fixo com jeito, ham de começar por se *definir politicamente* a respecto do processo «normalizador» que estám já a levar adiante, enquanto instituiçons do Estado, a «Xunta» e o «Instituto de la lengua gallega» (da Universidade espanhola em Compostela) com a convivênciam da «Real Academia Gallega de La Coruña».

(10) Para os textos que seguem, cf. *Cortes. Diario de Sesiones del Congreso de Diputados*, núm. 104 (1978), p. 3.856, e no artigo de González Ollé, citado, p. 255.

2º Contudo, toca aos partidos nacionalistas galegos *valorizarem politicamente* as condições em que o processo «normalizador» se está a realizar. Segundo tenho mostrado (11), resumem-se estas em «comportamentos oficiais» aparentemente esfianhados, mas persistentes a *privilegiarem* umha «normativizaçom regionalista», que implica a estandardizaçom *misturada* e, mormente, a socializaçom *submissa* e a institucionalizaçom administrativa *enganosa*; aliás, tal processo fica «justificado» por meio de um discurso altamente retorizado, inclusivo e totalizante, que «notáveis», «notabilinhos» e «notabiluchos» magnificam a coro na Comunidade Autonómica.

3º Mais ainda cabe esperar dos partidos e forças nacionalistas galegos (também dos democatas espanhóis?) que desenhen com algum pormenor o «modelo lingüístico», correlativo do seu «projecto político-administrativo», a conseguir para a Galiza. Neste respeito, procurariam também *definir politicamente* os critérios a regerem a normativizaçom da língua nacional galega.

De facto, este tipo de *definiçom política* nom só foi escasso e insuficiente desde a «transición democrática» (1975?), mas parece mais cada vez minguar e esvaecer-se sob propósitos de concórdia e pretextos de outras primazias de açom.

1.—AS PROPOSTAS EXPLÍCITAS.

Dadas as circunstâncias, na *comunicaçom* cinjo-me a só transcrever, sob esta epígrafe, os *critérios políticos* para estandardizar e/ou normativizar o idioma galego, que diversas forças partidárias tenhem proposto de maneira suficientemente explícita até Abril de 1986. Na seguinte epígrafe valorizá-los-ei sumariamente e tentarei oferecer também algumha proposta alternativa.

A meu ver (valha como *hipótese de trabalho*), o grau de precisom, rigor e justeza com que cada força partidária defina *politicamente* estes critérios pode considerar-se exponente e medida avaliadora da precisom, rigor e justeza com que tiver desenhado o «projecto político» e o correlativo «modelo lingüístico» para Galiza. Por este motivo recolho as propostas unicamente de Congressos ou reunions equivalentes, salvo no caso da coaligaçom governante; entendo que os partidos integrantes da Coalición Popular (Alianza Popular, Partido Demócrata Popular, Partido Liberal e Centristas de Galicia) assumen a decisom adoptada pola «Xunta» anterior, de Alianza Popular, e expressa no Decreto 173/1982, de 17 de Novembro, «de normativización da língua galega», publicado no *Diario Oficial de Galicia* o 20 de Abril de 1983 e denominado *Decreto-Filgueira* por ser o Sr. Filgueira Valverde, daquela Conselheiro de Cultura adjunto à Presidênci, o seu promotor.

1.1.—*Galiza Ceive:*

Na VIII.ª Assembleia Nacional, celebrada em Vigo (Junho de 1984), ficou aprovado o documento «O galego, língua de Galiza», de que recolho os seguintes parágrafos:

«Cuidamos que os nacionalistas —e muito menos G.C. que nom obstante a sua debilidade organizativa está na avangarda

(11)Vide nota 8.

do movimento nacionalista polo seu claro posicionamento em favor da independência nacional — nom devem permanecer alheios à polémica ortográfica (mais lingüística que ortográfica já que nom ses limita à mera ortografia) hoje existente no galego» (p. 10).

«Os teóricos do nacionalismo galego aginhan vírom qual era o caminho correcto para o galego, ainda que dificuldades de orde práctica —como a falta de um ensino galego— pudessem aconselhar prudênciia no que fai a como andar o caminho» (p. 11).

«[...] a separaçom do galego e do português, deixando-nos isolados dentro dos estreitos límites do estado espanhol, permite o desenvolvimento da já conhecida teoria da ‘variedade espanhola’: o galego é tam espanhol como o castelhano e deve conviver com el em boa harmonia» (p. 11).

«[...] Nom se trata de substituir o galego polo português. O que queremos é reintegrar o galego no seio da comunidade lingüística a que pertence por direito próprio. Nom se trata de adoptar o português, senom de recuperarmos o que sempre foi nosso. Nom imos renunciar a nada do que é específico nosso (como nom renunciam os brasileiros às suas modalidades peculiares). Só renunciamos ao que nom sendo nosso se nos meteu dentro da casa. Só queremos tirar do galego o que nom é galego e nom imos ser nós —os independentistas galegos— os que tenhamos medo ou reparo em espir o galego do traje ortográfico espanhol que hoje leva posto»

(in *Galiza Ceive*. Vozeiro de Galiza Ceive (OLN), núm. 2. Julho de 1984. pp. 10-11).

1.2.—*Uniom do Povo Galego:*

No IV Congresso (Compostela, Dezembro de 1983), com relaçom à estandardizaçom do galego, acordou-se:

«A respeito da disputa normativista, a U.P.G. rexeita a alternativa españolizante que goza de apoio institucional, a homologación total coa variante culta do Sul do Douro e a teimosia mesma da disputa normativista. A batalla sócio-política pola auténtica normalización, quer dicer, polo aumento dos usos do galego, segue sendo determinante e prioritaria. Nós recoñecemos a nosa pertenéncia ao tronco galaico-portugués e defendemos a depuración progresiva que supere a contaminación españolizadora. Neste camiño van as «Orientacíons para a escri-

ta do noso idioma», da A.S.P.G., de 1980 (12). Calquer pelexa sectaria de carácter filoloxista é perxudicial, porque perturba a comprensión do estado actual do conflito con litíxios extemporáneos, restando as forzas que son necesarias para a batalla sócio-política».

(in *UPG. IV Congreso*, Edicións Terra e Tempo, s/d, pp. 40-41).

No V Congresso (Compostela, Marzo de 1986) parecem manter-se os mesmos criterios, sem que se definisse politicamente a «nova» situación criada nestes últimos tempos.

Além disto, a práctica do B.N.G. vem sendo a fixada no documento transcrita, segundo se implica na «Introducción» a *U.P.G. IV Congreso*, acima citado:

«[...] saiu especialmente robustecida, entre todos os congresistas, a necesidade de fortalecer, asentar e dinamizar o frente nacionalista no que estamos integrados, o B.N.G., única garantía de que Galicia *[sic]* poda acadar a soberanía necesaria, condición sen a que non se poderá construir endexamais o socialismo na nosa nación» (p. 8).

1.3.—*Movimento Comunista de Galicia*:

No I.º Congresso do M.C.G. (Compostela, Abril de 1985) aprovou-se a ponencia «A loita pola normalización da língua», de que transcrevo os seguintes parágrafos:

«[...] A loita pola normalización lingüística está vencellada á loita xeral pola liberación nacional da Nosa Terra. Só é posibel rematar coa subordinación do galego nun réxime político que recoñeza cabalmente os direitos nacionais do noso povo».

(12)Existen três edicións impressas das *Orientacións*: a primeira, em ADRAL (Baralhobre. Corunha), com ISBN 84-85271-20-3 e D.L. C-451 - 1980; a segunda, em Gráficas RODI (Marinhmansa. Ourense), con idéntico ISBN e D.L.; a terceira, intitulada *Orientaçons...*, em Venus (Corunha), com os mesmos ISBN e D.L.

Por outro lado, o texto transcrita acha-se desenvolvido em *Terra e Tempo*, núm. 86, Julho-Agosto de 1982, pp. 6-7: «O problema da estandardización da lingua. Os nosos criterios». Víde también «A operación da linguaxe. Conversa con María do Rosario Álvarez, profesora de lingua galega na Universidade de Santiago», in *Andaina. Revista do Movemento Feminista Galego*, núm. 10 (Maio-Junho de 1986), pp. 16-17. A entrevista acaba com a resposta da professora, à pregunta: «*Cómo se plantexa o futuro?*»: —«Non estou especialmente desanimada. Por un lado dentro destas correntes *[lusistas-nom-nacionalistas?]* que me parecen criticables non se encontra *[? ou «encarga», como di o texto?]* un gran número de persoas. Que teñan unha certa presenza *[sic]* obedece máis que a unha implantación real e proporcional a que prácticamente é o único que fan en todo o día. Se realmente aplicaran parte do seu esforzo á investigación do galego, sobre unhas bases científicas, en lugar de gastalo en exclusiva en comunicados todos sairíamos gañando pero indudablemente a su presenza nos medios de comunicación sería menor.

«Pero afortunadamente a maior parte da xente non está nunha postura deste tipo. Mesmo entre os que non aceptan plenamente as normas da RAG e ILGA, a postura maioritaria está próxima ás da ASPG 80 [nas duas primeiras «edições»], que basicamente coinciden coas que nós propoñemos» (o itálico é meu). Rosario Alvarez é membro distinto do I.L.G. da Universidade española de Compostela.

«7. Rexeitamos as normas ortográficas e morfolóxicas impostas pola «Xunta de Galicia», non só polo xeito antidemocrático da sua elaboración senón tamén por ser ferramenta dunha política lingüística que percura o afastamento do galego da sua orixe: o tronco galego-portugués.

«Propomos a elaboración dunha normativa única a partir da discusión democrática dos criterios lingüísticos suministrados polas entidades que están a traballar neste eido. Mentres non se realice semellante unificación, as institucións políticas e culturais deberán respeitar a libre utilización das distintas normativas existentes, rematando coa discriminación que hoxe está a sofrer sobranceiramente a chamada corrente reintegracionista. «Consideramos que a existéncia dunha normativa unificada facilita o proceso de normalización da língua pero non resolve por si mesma os problemas que hoxe ten o idioma galego. Xa que logo, coidamos que as diverxencias a propósito da normativa non deben rachar a unidade das forzas, asociacións e persoas que loitamos contra o asovallo que está a sofrer a língua galega».

No núm. 64 (Maio de 1985) de *Galicia en loita*. Voceiro do comité nacional do Movimento Comunista de Galicia (páginas centrais) inclui-se um artigo, intitulado «A loita pola defensa do noso idioma», em que se insiste sobre os conceitos da «ponênciia»; já na parte final di-se:

«Xunto coa coexisténcia de normativas durante algúñ tempo compre ter claro o horizonte normalizador. Para nós este horizonte debe ser o achegamento ao portugués, vale dicer a reintegración progresiva do galego na área que lle compre pola súa historia: a área lingüística luso-brasileira. Así, o portugués debe ser o punto de referencia, en xeral, para calquer dúbida ortográfica ou de léxico».

1.4.—*Partido Socialista Galego-Esquerda Galega*:

Apesar de que anteriormente tanto o P.S.G. como E.G. definiram de maneira mais nítida o seu posicionamento a respecto da estandardización do galego, nom obstante, durante o Congresso de Fusom ou de Unificación das duas forças políticas (Compostela, Junho de 1984) aprovou-se umha única cláusula sobre o assunto contida na «Declaración política» (§ 3.3 «A acción cultural. A cuestión da língua), que literalmente é:

«Nunha nación como a nossa que sofre un profundo proceso de desnacionalización e alienación política e cultural, a necesidade dunha acción cultural incesante, de carácter informativo, valorizador do próprio e do seu desenvolvemento, e moderna en instrumentos e formulación é unha necesidade absolutamente prioritaria.

«Demostra-no-lo a experiencia da acción nacionalista tanto en Galiza (as raíces do nacionalismo moderno encontran-se na Xeración Nós, que foi a primeira en formular de xeito moderno unha estratexia de normalización cultural para Galiza) como en outras nacións oprimidas.

«De entre as múltiples facetas do combate cultural destaca como prioridade absoluta o problema da normalización lingüística. A lingua é o signo da identidade histórica do noso pobo, o seu estado de desprezo social e abandono é o signo e medida do noso asoballamento nacional; e o seu desenvolvimento e normalización servirá de contraste do progreso da nosa construcción nacional.

«A reivindicación tenaz e incansábel do idioma tanto individual como colectiva é unha tarefa irrenunciábel e básica da nosa loita política. O noso obxectivo: a plena normalización do uso do noso idioma e a sua presenza mundial mediante a sua conexión á ponla luso-brasileira do noso patrimonio lingüístico común» (pp. 8-9).

1.5.—*Coalizom Galega*:

No Congresso Constituinte, celebrado em Vigo (Maio de 1984) aprovou-se a ponencia sobre «Língua», em que se afirma, entre outras cousas:

«A lingua galega, no momento actual, apresenta estes problemas:

- 1.—É unha lingua sen normalizar.
- 2.—É unha lingua aminorada, isto é, encontra-se nunha situación de dependéncia a respeito do castelán ou español.
- 3.—É unha lingua que non ten unha normativa que sexa assumida por *todos* os galegos.

«Para estes tres problemas, básicos, do noso idioma, *Coalición Galega* propón:

- a) Promover o proceso de normalización [...]
- b) A respeito da normativa do galego, entende:
 - O idioma galego pertence por historia e tradición á comunidade lingüística galego-luso-africano-brasileira, tese defendida e reafirmada sempre polos más importantes representantes do *galeguismo* [...]
 - O labor de restauración do idioma galego debe ir, pois, polo camiño da *reintegración* do noso idioma na área que lle corresponde, proceso que deberá estar en función do proceso de normalización da lingua.

- No momento actual existen, basicamente, duas tendencias sobre a normativa do galego: a que defenden partidos políticos como «Alianza Popular» e o P.S.O.E., denominada *populismo ou isolacionismo* que propugna o afastamento da língua e cultura da sua área natural e o *reintegracionismo* que supón *recuperar e restaurar* o idioma tendo presente *toda a sua historia*.
- Ante este conflicto na Galicia, a *Coalición Galega* propugna unha normativa de *flexibilidade*, na que se respeiten os criterios de cada persoa e expresa a sua oposición a que se descriminen colectivos galegos en función da sua ideoloxía sobre a língua, porcanto sería anti-constitucional.
- Sobre este punto considera válido o documento elaborado na «Xunta preautonómica», baixo a presidencia do profesor Carballo Calero e que foi derogado polo Goberno de «Alianza Popular». As razóns de suscrever este documento residen en que contempla a posibilidade de emprego das duas tendencias e defende unha normativa de concordia. A *Coalición Galega* traballará pola consecución de unha norma da concordia que poda ser asumida por *todos os galegos*».

1.6.—*Partido Socialista Obrero Español:*

Da «Ponéncia de síntese» sobre *política lingüística*, apresentada ao IV.º Congresso do P.S.O.E. na Galiza (Ourense, Janeiro de 1985), tiro as seguintes sugerências:

«O comportamento dos socialistas en materia de Política Lingüística ten de caracterizarse por dous supostos básicos en canto ós dous planos xenéricos da política lingüística: libertade e democracia. Libertade en canto á normalización e democracia en canto á normativización. Non debe ser interés do Partido impoñer unha normalización contracorrente nin unha normativización excluente, precisamente por ser ambos aspectos tremendamente delicados e complexos. [...] Por tanto, o papel do Partido debe se-lo de comportarse como un sensible receptor e executor do sentir social, sendo tanto más acertados canto máis saibamos interpretar las esixencias sociais de cada momento. Pero isto non quere dizer *[sic]* que debamos ser neutrais diante dos problemas lingüísticos do país, nin tampouco que teñamos que andar sempre detrás ou con retraso, á espera de que en cada momento se nos evidencie a medida oportuna que debemos tomar. E isto porque hai que da-la imaxe de que temos unha vontade decididamente nacionalista e progresista».

«A partir deste novo organigrama [*a Direcçom Geral de Política Lingüística, dependente unicamente da Presidencia do Governo*], e como consecuencia de todo o anteriormente exposto, habería que tomar, entre outras, as seguintes medidas:

«1.—Liberaliza-lo proceso de normativización da lingua, derogando o Decreto de Normativización e reoficializando as normas do 80, más democráticas e representativas. Dinamiza-lo proceso de decantación por unha ou outra normativa ó actuar dende o Goberno como catalizadores do pulido e evolución da lingua».

1.7.—Alianza Popular e/ou Coalición Popular:

Como já dixem, considero que é «doutrina» de A.P. e agora de C.P. a oficialmente sustentada polo seu governo, desenvolvida nas *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* (Instituto da Lingua Galega-Real Academia Galega, 1982), que o presidente da «Xunta», Sr. Fernández, sancionou com data de 17 de Novembro á instancia do Sr. Filgueira Valverde.

Ainda que nom recollida no «Anexo» do texto legal, é na «Introdución» que se formula explicitamente a «doutrina» independentista [*sic!*] ou *isolacionista* (13) em que se baseiam as *Normas*: contudo, pode compendiar-se nas trés exigencias que se seguem dos quatro principios, «expostos de maneira xerárquica», i.e., de «oralidade», «supradialectalidade», «tradicionalidade» e «harmonia». Eis as exigencias:

- 1.ª «*Excluí-lo diferencialismo radical* porque, áinda querendo ser unha postura de defensa frente ó *castelán*, manifesta de feito unha posición |dependente e dominada| con respecto a esta lingua»; i.e. a escrita correcta castelhana pode e deve ser *traje* adequado das falas galegas.
- 2.ª «*Excluir tamén a evasión cara á lingua medieval*»; i.e. o idioma galego *carence de historia*, comparável com a do castelhano.
- 3.ª «[...] *excluir solucións* que, áinda sendo *apropiadas para esa lingua* [o portugués], sexan *contrarias á estructura lingüística do galego*»; i.e. o galego fica reduzido a simples *língua regional española*, enquanto o castelhano ou espanhol, com falas muito divergentes, é língua unificada de «300 millones».

(13)Independentista por ‘independizar do português o galego’ (também do castelhano?). Isolacionista por ‘isolar do português o galego’ (também do castelhano?). Contudo, poderia dizer-se possibilista ou realista (de realismo) por ser adequada à «nova etapa histórica» em que o Estatuto de Autonomía veu «establecer no seu artigo quinto que ‘a lingua propia de Galicia é o galego’, que ten tamén carácter oficial en Galicia» («préambulo» do Decreto 173/1982, in *Normativización da lingua galega*, Xunta de Galicia, p. XV); ou «científicista» por assentar nos achados da ciencia que se fai nas Cadeiras de Filología Románica e de Lingüística e Literatura Galegas da Universidade espanhola de Santiago.

2.—VALORIZAÇÃO E ALTERNATIVAS.

Nos textos transcritos acho as recorrências seguintes:

a) As organizações do arco nacionalista galego coincidem em definir o idioma da Galiza como variante (*nacional*) do diassistema galego-luso-brasileiro. Polo contrário, os partidos nacionalistas espanhóis evitam decidir sobre o tema ou adoptam, *de facto e de iure*, umha prática da escrita contrária a aquela definiçom política.

b) Ainda coincidindo na apreciaçom última de correcçom idiomática, as forças nacionalistas galegas mostram-se hesitantes, confusas ou desinformadas relativamente à formulaçom dos critérios imediatos de estandardizaçom e, ainda mais, ao processo de conscientizaçom e alfabetizaçom do Povo na sua língua; pode salvar-se desta valorizaçom *Galiza Ceive*.

Nom estranhará, portanto, que na ponência apresentada aos *I Encontros Labaca* (1983), sob o título genérico de *Que galego na escola?* (vide pp. 256-263), o Sr. Ferro imaginasse advertir que o «esquerdismo» e o «nacionalismo» da escrita lusista som fictícios, mas nom reais; nom carece de algumha razom. Contudo, por muitos «argumentos» que misture, julgo que lhe resultará difícil provar a sua tese (e tese do I.L.G.). Resumo-a:

1.º Admitem-se, sem discussom, estes dous *princípios*: 1. «Oliveira Salazar decretou em 1945 a *Orthographia* portuguesa vigente, que é, por conseqüência, a *Norma da direita*» e 2. «A *Orthographia* foneticista é a única revolucionária e nom classista». Como a *estandardizaçom reintegracionista* concorda com a *Norma da direita portuguesa* e é *nom-foneticista*, fica patenteado que nem é de esquerdas nem é revolucionária, mas reaccionária e classista. Por outra parte, como o «acordo 1982» entre o ILG-RAG e a «Xunta» difere da Norma da direita (*portuguesa*) e é *moderadamente foneticista*, deduze-se que é (moderadamente!!) de esquerdas e (moderadamente!!) nom-classista.

Mas precisamente o tema a dilucidar é aquele que Castelao explicou magistralmente num dos seus desenhos. Trata-se de justificar se os da banda de alá som *mais estrangeiros* que os de Madrid (*capital da Espanha*) ou nom. O Sr. Ferro estabelece: «Os da banda de alá som simplesmente estrangeiros; os da banda de acá, também e sobretudo os de Madrid-capital da Espanha, som *nacionais*». Quer dizer, o Sr. Ferro recorre aos *critérios políticos* para «normativizar» o galego; serám, portanto, os partidos nacionalistas galegos (e os espanhóis) a dilucidarem politicamente o tema.

2.º Porque, de facto, os *princípios* anteriores parecem reforçar-se por meio da seguinte *comprovaçom experimental* dupla: 1. «Os nacionalistas galegos mostram-se radicalmente divididos sobre os critérios políticos para estandardizar o galego» e 2. «O galego dos 'lusistas' é «menos galego, menos enxebre, có galego das Normas [1982]», deveria concluir-se que estas gozam da condiçom de *enxebremento nacionalistas*.»

Mas a umha comprovaçom experimental pode contrapor-se outra mais experimental ainda: *o processo oficialista estandardizador e normativizador do galego só é sustentado*, oficialmente, *por um governo de partidos nacionalistas espanhóis da direita e do centro-direita*. Explique-se antes a razom última deste comportamento; talvez os outros comportamentos políticos respondam em grande medida a esta mesma explicaçom. O tema, portanto, volve a ser próprio a dilucidar politicamente polos partidos nacionais galegos (e espanhóis).

c) Todos, excepto A.P. e agora C.P., coincidem em que cumpre elaborar *democraticamente* a Norma do galego comum, avaliada pola prática habitual.

Neste suposto e como possível alternativa, indico o seguinte critério valorizador do processo. Pode enunciar-se negativamente e positivamente:

Negativamente: O processo estandardizador do idioma, que a direita espanhola pretende impor à Comunidade Lingüística galega, *non* se deve seguir. Este caminho conduz à espanholizaçom do galego, do ponto de vista lingüístico e administrativo, e, portanto, à sua folclorizaçom; i.e. a formalizaçom nele alcançável torna-se instrumento deficiente para ser usado como língua oficial e/ou nacional.

Positivamente: Entre as outras linhas possíveis, só a reintegracionista ou regeneracionista garante validez ao processo estandardizador. Em síntese, trata-se de elaborar umha *ortofonia* galega que se corresponda suficientemente com a *ortografia* galega mantida polo português ao largo do tempo.

CONCLUSOM.

Concluo com palavras de R. López Suevos. «A salvaçom do galego passa pola necessária convergência de duas linhas: a corrente que pom o problema político em toda a sua dimensom e a corrente que, no plano filológico, considera ineludível a re-integraçom do galego na área cultural luso-brasileira. *Soberanía nacional mais re-integracionismo*, eis a fórmula para que *[os nacionalistas espanhóis]* sejam sempre uns ‘imperialistas fracassados’ (in *Dialéctica do desenvolvimento: Naçom, língua, classes sociais*, A.Ga.L. Corunha, 1983, P. 85).

P.S.: Agradeço a todos aqueles, responsáveis em partidos políticos, a deferênciade terem-me facilitado a documentaçom que lhes solicitei.

Corunha. 1986. Março. 31

Nas marges do texto

(Umha leitura de Miguel A. Fernám Velho)

Por Francisco SALINAS PORTUGAL

I.—INTRODUÇOM

Se considerarmos a data do 17 de Maio, «Dia das Letras», como o ponto referencial para a produçom literária do galego, temos de convir que o ano incluído entre o 84 e o 85 foi o da revelaçom de um poeta, Miguel Anjo Fernám Velho, que, para além dos prémios recebidos, publicou três livros, os três integrantes de um ciclo que a crítica e o próprio autor tenhem considerado como tal: *Seivas de amor e tránsito*, *Do desexo en corpo e sombra* e *Memorial de brancura*. Esta é a orde de publicaçom, embora o primeiro dos livros da citada trilogia seja o que figura em segundo lugar.

Para além desses poemários é preciso acrescentar ainda a sua colaboraçom nos dous volumes do colectivo *De amor e desamor* assi como outros poemas ilhados em jornais e revistas.

Esta abundância de produçom nom significa umha especial «eufória produtiva» —e em tam pouco espaço de tempo— pois todos conhecemos os problemas editoriais que em torno da poesia surgem e mais ainda no caso da poesia galega. Quijo portanto o acaso que em tam breve período tivéssemos os leitores cumprido conhecimento da poesia de Fernám Velho, cousa que se bem oferece as suas vantages, nom por isso deixa de ter tamém problemas pois resulta difícil para o público assimilar as diferentes propostas estéticas que o autor nos sugere em cada um dos seus livros ou entregas.

O «fenómeno Fernám Velho», como já a «crítica» (*sic*) jornalística deste país tem vindo a consagrar como lugar comum, exige, ao que nos parece, umha abordage que nos permita aceder à globalidade e a cada um dos discursos particulares que a obra do poeta nos apresenta.

Precisamos acarretar diferentes «leituras» («particulares leituras» diríramos ainda melhor) para, do seu confronto, vir logo tirar essa possível globalidade interpretativa que facilite entender-apreender melhor o discurso poético de Fernám Velho.

É, pois, a nossa, umha leitura particular e parcial. Particular enquanto que rechaçando qualquer dogmatismo consideramos sempre que a crítica (difuso conceito!) nom deve pré-julgar outras leituras, que nom é absoluta, mas simplesmente produto da emoçom estética que um «eu» leitor experimentou perante ou dentro desse discurso poético. Dizíamos que era a nossa umha leitura particular, mas tamém parcial. Parcial nom só no que di respeito ao livro focado, o primeiro da trilogia —*Do desexo en corpo e sombra*— mas tamém quanto à atitude que como leitor adoptamos, a da paixom. O gozo que experimentámos ao apreender esse texto, pretendemos transpô-lo ao nosso discurso «crítico». Só dumha obra de que obtivemos «prazer estético» podemos falar com autêntico «prazer». Para nós, o «leitor crítico» pretende com a sua açom ser co-partícipe da própria criaçom: talvez empenho desmesurado, talvez oca vaidade, talvez ânsia impossível, mas sempre legítimo empenho. Por isso, se a leitura é «subjectiva», «subjectivo» é tamém o discurso dela decorrente, e nessa subjectividade reside a sua parcialidade. Parcialidade que nom invalida tamém os pressupostos metodológicos dos que, como ciéncia, a Teoria e Crítica literária fai uso.

Feita esta enumeraçom de princípios, talvez excessiva, imos pois entrar na leitura desse primeiro livro, *Do desexo en corpo e sombra*. Umha leitura que pretendemos situar precisamente nas marges do próprio texto, nas lindes da palavra; porque é nas marges, nas lindes, no limite «onde o olhar se converte em beleza» que o poema surge.

II.—O TÍTULO COMO CLAVE

Três substantivos configuram o título deste livro: um livro do «desejo», do «corpo», da «sombra». Mas, três nomes que no seu valor significativo aparecem unidos pois que nesta entrega de Fernám Velho estabelece-se um ciclo vital —ou, o que é o mesmo, poético— que partindo do desejo nos leva ao corpo e deste, inexoravelmente, à sombra, onde o desejo volta a ser anunciado sugerindo a possibilidade, necessidade mesmo, de (re)iniciar um novo ciclo cuja circularidade-reiteraçom nos vem assinalada a nível de discurso pola persistência de images aparentemente idênticas que ponhem ao leitor perante umha escrita em contínuo regresso.

1.—O desejo e a auséncia da causa.

Toda a primeira parte está orientada a configurar esse espaço poético-vital que constitui o desejo; versos dumha grande concentraçom, dumha extrema economia, onde se acumulam substantivos e adjetivos como se o poeta quiger explorar todas as possibilidades, todas as (aparentes) manifestaçons desse sentimento-objecto.

Se na lingüage nom-literária o desejo é umha força que impulsa a vontade à conquista de um objecto, quando este se tem, quando se conquista esse objecto, aquell desaparece (isto é, o desejo leva parelha a impossibilidade). Se nós transpuermos essa concepçom para o discurso poé-

tico, e falando desse elemento que transcende o simples motivo literário, podemos observar que, ao nom ser o texto transposiçom da realidade, mas criaçom dumha realidade-outra que através da lingüage é conformada, vemos tamém como essa realidade nunca pode ser apreendida na sua totalidade pois que apreendê-la significaria a morte da poesia. É assi como, ao situar o poeta o desejo como centro desta primeira parte do livro, está tamém focando umha questom fulcral da actividade criadora, o da palavra como ausência da causa, e desta maneira o desejo arriquece-se com todo o simbolismo da incapacidade de possessom.

Desta maneira, a aparente exaustividate, procura desesperada, de que antes falávamos, converte-se em afirmaçom radical da impossibilida-de de apreender o todo, íntimo afám e última finalidade do criador.

Deve-se notar tamém nesta primeira parte umha sintaxe extremamente simples, com super-abundância de oraçons coordenadas, justaposiçons, escassez de nexos... simplificaçom sintáctica que tem como correlato a abundância, já assinalada, de substantivos e adjectivos; quer dizer, de elementos portadores de significado lingüístico, o que nos leva a pensar na idea do caos, naquel estádio prévio, desordenado, a partir do qual o mundo é delimitado, fixado nas estruturas sintácticas («*sin-taxis*»).

Aos poucos vai-se constatando-criando —inutilmente— a existênciia do desejo, as suas múltiplas faces diferentes e ilimitadas. E se nomear é criar, a inutilidade desses «nomes» levará, por inexorável caminho, ao silêncio (de aí a definiçom do desejo como «um silêncio»). E aqui podemos-nos interrogar, pode-se interrogar o leitor a si mesmo: e o silêncio é umha ausênciia?; é o silêncio umha nom-palavra e portanto umha nom-cousa, um vazio?; ou é polo contrário a cousa mesma? Eis três perguntas que talvez fiquem sem resposta.

Mas continuemos com a nossa leitura: do desejo vai-se-nos propondo a sua realidade plurívoca, através dumha definiçom fragmentária, e conseqüentemente más proxima da «verdade». E assi o desejo é:

«un peixe que morre»

(...)

«unha fonte que nasce da ferida»

(...)

«un brado»

(...)

«unha luz sen brillo»

(...)

«só luz»

(...)

«unha frecha»

...

Quer dizer, procura-se umha plausível definiçom, insinuam-se concretizaçons que pola sua sucessividade devemos considerar como desbotá-

das por incompletas ou inexactas. É curioso comprobarmos como o poeta foi procurar em cousas tangíveis ou facilmente apreendíveis, a image multiforme e especular do desejo.

Mas o desejo é todo isso e nom é nada em realidade, pois que a sua definiçom se situa numha série léxica aberta. O que si é, como parece concluir o poeta, é princípio de conhecimento —como aliás toda a palavra poética o é—:

«unha fame de nuves
(...) que nos destina o tempo»

ou

«unha fame silenciosa de escumas»

2.—*O corpo como espaço da palavra.*

Sugeridas, nessa primeira parte da que acabamos de falar, variadas e, sublinhamos, incompletas possibilidades do desejo, o poeta reduz o seu campo de busca, de investigaçom e desta maneira abre-se-lhe umha possibilidade de exploraçom onde talvez tope com o cerne procurado e assi, com alegria esperançada e com a dor (medo talvez) adentra-se na exploraçom do corpo, porque o corpo é desejo e o desejo é corpo. Por isso a segunda parte vai-se centrar sobre esse corpo que o desejo criou e permitiu descobrir.

E o corpo define-se em primeira instância como «elegância», como *performance* que nos leva ao seu descobrimento e à sua posse gozosa e serena:

«a elegância é un corpo
unha forma de ser desde a pel para o vento
(...)
a elegância é unha luz que nos invade a fronte»

E aqui impom-se, achamos, umha «pontualizaçom». Nom podemos fazer destes versos, como de outros semelhantes, o que alguns, à nossa maneira erradamente, tenhem feito: supor em M. A. Fernám Velho o culto decadente do esteta «dândi» e «snobe», pois cremos que nada está mais longe da realidade. Com efeito, a image da elegância desperta em nós imediatamente a image da mesura, sugere-nos a presença de um elemento de contençom. A primeira parte do poemário tinha-nos aberta a possibilidade da vorágine; o desejo como força centrífuga e centrípeta erigia-se como energia única, como força impulsora e geradora de novas forças. Por isso, a elegância, a realidade que através dessa image no texto se produz, vem constituir umha baliza, um freio para o possível desbordamento que ultrapasse o controle do criador; assi, como força de *ralenti* vai gerar umha tensom, umha violência contida, soterrada, que trespassa todo o discurso de Fernám Velho. Porque em definitiva podemo-nos perguntar, que é a poesia?, onde é que surge, onde é que «acontece» o poema?... el nom é por acaso o enfrentamento dramático e doloroso entre o dito e o

nom dito o que dá orige ao texto?, é que a poesia nom surge do resultado do confronto, da loita sem desfecho, entre a realidade objectivável que se rejeita e umha realidade-outra que se propom?, nom surge, em definitiva da relaçom dialéctica entre o discurso pragmatizado, e consequentemente alienante, e um discurso-outro que se define em termos de radical liberdade?...

Talvez seja por todo isso que a elegância se erige num referente ao longo de todo o livro, ou quando menos, ao longo desta segunda parte, e nom será por acaso que os versos antes citados vam situados no começo desta segunda série, série esta que, repetimos, fica moito aquém de qual quer atitude decadente.

Retomando o fio do nosso discurso voltamos ao corpo. Este, como aliás o desejo, a realidade em definitiva, existe enquanto que existe a palavra; é palavra pois que só através dela é que é no poema. Para dizê-lo coas palavras do poeta:

«Bicarei o teu corpo
e enherei-no de nomes
(...)
enherei-no de verbos
e de palavras húmidas»

Desta maneira o corpo passa a ser matéria lingüística; longe de qual quer sentimetalismo romántico:

«Conjugarei-no todo»

Aqui retoma F. Velho o mito bíblico da génesis do mundo quando «no princípio era o Verbo e o verbo era a palavra», e porque o poema é luz (símbolo de vida) é polo que, talvez, o livro se abre com estes dous versos:

«Oh esta luz
que se cria da nada»

Ao definir o corpo em funçom da palavra acada Fernám Velho o que no nosso entender constitui o ponto mais alto do livro, é aí onde coloca o problema fulcral de toda a moderna poesia: o acto criador como acto liberador por excelênciam pois que ao definir, como já dixemos, o corpo em funçom da palavrâ, esta corporiza-se (aceitemos este deverbal) e assi a palavra (e falamos evidentemente em palavra poética) nom está mediatizada, nom representa a realidade objectiva que é o corpo, senom que cria umha realidade-outra que só pode ser entendida e justificada dentro do livro, e só nel.

Configurado, pois, o corpo através da palavra e adquirida a sua realidade tangível no discurso, esse corpo em desejo, ou esse desejo que se fixo corpo, abre-se a possibilidades de multiplicaçom totalizando quanto a imaginaçom criadora do artista pode abranger. Quer dizer, o corpo torna-se o centro da realidade, ou, para dizê-lo de outra maneira, passa a

ser o micro-cosmos onde se actualiza o grande cosmos da pontencialidade, como se pode deduzir de versos como estes:

«as mans poden ser pombas (...) e poden ser luas espirais
e poden ser palavras...»

Quer dizer, da palavra à palavra, do princípio ao fim, que pola sua vez é princípio com o que o ciclo poético de Fernam Velho se fecha.

3.—*O texto e a posse.*

Abarcando-o todo, preenchendo todos os ocos da realidade possível (mas do que conseguindo-o, intentado-o, pois no momento em que isso *realmente* se conseguir deixaria de existir a poesia) o poeta sente-se solidário com o leitor; nu perante el, incita-o com a oferta da sua entrega, provoca-o mostrando-lhe, entregando-lhe o seu corpo para a posse gozosa; é, em definitiva um convite para participar no mistério da palavra poética:

«oferezo o tatexo
(...)
oferezo os meus brazos
oferezo o morniño das veas»

Nessa entrega que se nos propom anuncia-se também a transgressom como possibilidade do erotismo, como realizaçom da sexualidade e cumpre lembrarmos que a sexualidade é acto-fonte de vida e de prazer, da mesma maneira que a palavra poética é vida porquanto cria a realidade do/no texto e é prazer enquanto que fruiçom estética.

E na entrega, na possibilidade, que é também provocação de transgressom reside a liberdade, quer dizer, radica aí a essência do home:

«ao son do vento e da raiola
libres»

E desta cópula que através da palavra se realiza entre o autor e o leitor chega-se à sombra: «post coitum omne animal triste», citaçom que abre a maneira de pórtico a terceira parte do livro.

Porque o corpo era luz por efeito do amor, por efeito do Eros, mas umha vez que

«o amor era unha sombra espida»

fica, em palavras do poeta

«o sangue triste
a carne»

Porém, trata-se dumha tristeza sem amargura, sem desespero, umha tristeza que será também anúncio imediato de esperança.

4.—*A soledade radical e o silêncio.*

Na sombra retoma-se a consciência da soledade radical do poeta, soledade (re)vivida, pois que da soledade, do silêncio parte o acto criador e à soledade, ao silêncio tende também, como maneira de recuperar aquela

tempo, aquel momento primeiro, o perdido paraíso, já que toda poesia se move polo profundo impulso de (re)instaurar a orde. Nom se trata evidentemente da *orde social*, pois que esta nom é mais que umha funda desorde; a orde social como aparênciā de orde é a mais feroz das hipocrisias, a mais bárbara maldade, e é precisamente contra essa hipocrisia, contra essa maldade, contra essa explotaçom, que a poesia se levanta para criar um espaço onde, indivíduos livres, nos podamos reconhecer.

A poesia é um acto, talvez um gesto ou grito, de esperança e de fracasso, ela surge nessa linha, freqüentemente confusa mas sempre escorregadiça, que se situa entre a possibilidade e a impossibilidade, de aí que o seu movimento seja sempre circular porque hai sempre um caminho a (re)começar.

Assi, quando se esperava atingir o todo, o estádio prévio à visom do mundo, toma-se consciênciā da impossibilidade de atingi-lo (por isso talvez e no fundo todo texto é a expressom de um fracasso que se assume, é a mostra dumha Palavra «ratée»), (im)possibilidade essa em que a poesia se instala e se converte em processo doloroso:

«hoxe doe-me o desexo»

Num momento desta terceira parte afirma-se que

«ás veces a soedade é un tunel
que xa se percorreu»

porque assumida a experiência da humanidade, carregando com ela, o poeta sabe-se acto repetido, porta-voz e herói (mas um herói sem atributos) no regresso cíclico, num eterno retorno da viage ao conhecimento que o discurso poético nos propom.

E no fim existe a consciênciā-esperança-certeza desse (re)inicio

«home vivo
no fundo
das sombras vivas
do corpo»

A sombra nom é pois o estádio definitivo da morte (a citaçom latina perde assi certa reminiscênciā teológica, que quadraria bem num texto barroco); a sombra é fim, porém tamém inicio, trânsito e intervalo para retomar o desejo, ou o que é o mesmo: a vida, para chegar ao estádio anterior ao silêncio:

«para que agromara este silêncio de flor gris»

como di o poeta neste verso com que significativamente remata o livro. Silêncio de que partirá umha nova aventura poética; desejo de ser que nos levará a (outro?) corpo para chegar a (outra?) sombra e assi renovar em cada texto, em cada novo livro, em cada image de um poema, o sofrimento e o gozo da experiência poética.

III.—CONCLUSOM

Obviaremos nestas linhas a maneira de conclusom os tópicos como os que habitualmente se fecha um trabalho destas características geralmente ficam na enumeraçom de «temas» ou «assuntos» pendentes. É evideute que nengum texto literário se esgota numha única exegese; pretender fazê-lo seria ousadia imperdoável. Por isso, e a maneira de conclusom como já dixemos, quereríamos fazer umha brevíssima referência «Do desexo en corpo e sombra» e a sua relaçom com os outros livros da já citada trilogia.

Se compararmos em moitos aspectos os três livros, o primeiro aparece como de inferior fôlego poético, com, aparentemente, quedas de ritmo e mesmo com umha limitaçom de lingue que alguém poderia interpretar como empobrecedora, mas se os considerarmos desde a perspectiva da unidade (unidade que eu leitor lhe confiro em funçons de padrons de leitura próprios e que nom invalidam, antes polo contrário, a autonomia inerente a todos e cada um dos textos), se o considerarmos, pois, desde essa perspectiva, «Do desexo...» consegue-o, na nossa opiniom, tam bem ou melhor que «Seivas...» ou «Memorial...». Fernám Velho consegue construir um macro-texto com a coerênciam e força dumha procurada e difícil simplicidade, mas que deixa suficientes portas abertas à ambigüidade, ou o que é o mesmo, ao prazer. Um macro-texto que interessará em grande medida aos que se preocupam polos problemas do real e a poesia ou da poesia e o silêncio.

1985

Galiza na Seara Nova

Por Elvira SOUTO

Para ninguém é hoje umha novidade que o movimento galeguista, desde a sua primeira expressom provincialista até o moderno nacionalismo, manifestou sempre um fondo interesse por todo quanto a Portugal, à sua cultura e à língua que veicula essa cultura di respeito. Como também a ninguém pode já surpreender que isto tenha sido e continue a se assi, a menos que umha muy limitada concepçom da complexidade dos fenómenos humanos e sociais perturbe a comprehensom da sua dinâmica e da autonomia do feito cultural em relaçom a outros planos da vida colectiva dos povos e, mais em concreto, em relaçom a demarcaçons fronteiriças nom raro arbitrariamente tracejadas de umha óptica que nom seja estritamente política, militar ou económica.

E nom pode surprender porque tendo constituído a actual Galiza com o primitivo território português, durante o prolongado período de gestaçom das nacionalidades peninsulares, o espaço cultural e antropológicamente homogéneo em que se fraguou a língua comum, nom seria possível ignorar os destinos desse património compartilhado no território que conquistou a sua independênci, sobretodo no momento em que a sociedade galega se dispom finalmente a empreender a difícil tarefa da restauraçom cultural apôs os anos mais obscuros da sua decadênci.

Paradóxicas si, embora nom inexplicáveis, resultam as reservas com que som acolhidas por alguns sectores as tentativas de reanudar velhas relaçons culturais e as prevençons que se levantam contra qualquer intento de eliminar barreiras artificialmente criadas que dificultam a comunicaçom entre ambas as comunidades, reservas e prevençons que sempre acompanhárom os esforços endereçados a recuperar formas genuinamente galegas que permitissem umha maior fluidez nas relaçons com Portugal. Lembre-se, como anedota, as reacçons que o emprego dos grafemas G e J provocou entre alguns dos assinantes do órgão das Irmandades da Fala (*A Nosa Terra*) quando, a instâncias de Viqueira e Vilar Ponte se tentou introduzir algumas mudanças na ortografia habitual, produzindo-se de imediato «baixas de vários suscritores e ameaça de outros com fazerem o mesmo de continuar seguindo semelhante caminho» (1).

Ora, esta incomprensom, que em parte se deve ao desconhecimento e falta de informaçom sobre a origem e o devir da nossa comunidade mas

que no fundamental é resultado da acção da ideologia segregada durante séculos por um poder interessado em abafar as manifestações culturais das nações submetidas e perplexo perante a existência de um estado nomeado «espanhol» na Península Ibérica, viu-se correspondida muitas vezes por uma atitude de indiferença da parte portuguesa, derivada quer de um sentimento anti-castelhano que se aplicava indistintamente ao conjunto dos povos que co-existem no Estado Espanhol, quer da ideia de a nossa personalidade cultural ter sido anulada ou estar em vias de extinção.

Daí a importância que adquire qualquer manifestação, galega ou portuguesa, endereçada a rectificar este errado entendimento do que devem ser as relações entre ambos os países e o tom polémico que nomeadamente acompanha, e daí também que seja precisamente nos períodos de maior dinamismo social e de mais forte consciência nacional quando aparecem com maior profusão.

As primeiras décadas deste século constituem sem dúvida um desses períodos. Nem só tenhem lugar importantes mudanças na vida social dos dois povos como também, no caso galego, durante esta etapa se verifica um ascenso decisivo da consciência política em certos sectores, determinando uma intensificação muito notável dos contactos entre intelectuais de uma e outra margem do Minho, assim como a proliferação de declarações públicas em prol de uma maior aproximação e conhecimento entre as duas culturas e da necessidade de abordar a re-unificação lingüística.

Mas, se os membros do Grupo Nós e das Irmandades da Fala puderam mostrar-se particularmente activos na difusão do que hoje, nem sempre sem equívoco, é denominado por alguns «lusísmo», dando acolhida nas suas revistas (2) a textos de autores portugueses, organizando actos de confraternidade, celebrando em Galiza efemérides portuguesas ou defendendo a reintegração lingüística, também ao sul do Minho nem faltou quem apoiasse as iniciativas galegas e se preocupasse de dar a conhecer a nossa cultura. Neste sentido, o semanário de inspiração republicana *Seara Nova* constitui, sem dúvida, um dos casos mais significativos, aparecendo nas suas páginas com certa regularidade — nomeadamente desde finais da década de vinte — notícias, artigos ou entrevistas relacionadas com o nosso acontecer cultural onde se insiste na necessidade de pôr fim à falta de informação que de Galiza e os galegos têm nomeados poucos portugueses e reproduzindo textos literários de autores como Castelao («O Pai de Miguelinho» e «Os Nenos», n.º 333 de 9-II-33), Vitoriano Taibo («Brama o Mar», n.º 362 de 2-XI-33), ou Curros Henríquez («A fouce do avô», n.º 364 de 16-XII-33), aos que se submete a um processo de «semi-adaptação» que mais tarde haveria de contestar Manuel Rodriguez Lapa num conhecido artigo (3).

Precisamente será ao professor Rodriguez Lapa que se deverá, como se sabe, algumas das iniciativas mais importantes encaminhadas a estreitar as relações entre os nossos dois povos, sendo da sua autoria al-

guns dos artigos e entrevistas publicados neste semanário republicano em que se põe com maior acuidade a questão da identidade lingüística («Castelao e a Galiza», n.º 309, de 28-VII-32 e a entrevista aparecida no n.º 315, de 8-IX-32 sob o título «Relações luso-galaicas») (4).

Mas também outros autores mostraram o seu interesse pelo renascer cultural da nossa Terra (veja-se, por exemplo, o artigo que Carlos Cunha e Vasconcelos dedicado ao nosso Ressurgimento: «A moderna Galiza. O seu regionalismo», publicado no n.º 148, de 1-II-29), e a sua preocupação pola falta de comunicação entre as duas culturas.

«Os portugueses é que não conhecem o renovo admirável da poesia e dos estudos galegos, esse despertar dum raça adormecida, essa revivescência dumha língua que muitos julgaram morta e que, ao erguer, novamente, o seu canto dulcíssimo, expontâneamente olhou para Portugal e estendeu os braços fraternais para nós» (J. O. «A semana portuguesa na Galiza», n.º 155, de 1-IV-29).

Outros artigos, em que se tratam temas galegos de umha perspectiva menos interveniente, nom deixam de apresentar também certo interesse. Tal é o caso do trabalho que sob o título «Santiago de Compostela» publica M. Teixeira Gomes no n.º 398, de 19-VII-34, mais tarde incorporado ao seu livro de viagens *Regressos*, onde se lhe reserva um lugar de destaque.

«Repto: é um exercício proveitoso porque além de me divertir até poderia dar o fecho (de que necessito) para o meu livro *Regresso* o qual, embora exclusivamente relativo a terras portuguesas, foi concebido e escrito com o mesmo espírito. De resto a Galiza e os galegos não estão, por tantos motivos, nos limites da nossa pátria?».

A *Seara Nova* nom se limitou aliás a fornecer algumhas notícias avulsas sobre Galiza ou a acolher esporadicamente alguns trabalhos relacionados com a nossa vida cultural. Promoveu e apoiou assi mesmo actos destinados a dar a conhecer a literatura galega, como o concerto celebrado em Lisboa no ano 1934 sobre textos de *Cantares Gallegos*, e dedicou, com motivo do centenário do nascimento de Eduardo Pondal, um número monográfico às nossas letras (o número 425, de 7-II-35), no qual, a par de um estudo do professor Rodrigues Lapa sobre o próprio poeta (5), figuram artigos de Castelao («A Terra»), Vicente Risco («Pra a autocritica d'unha geração»), Álvaro de las Casas («Carta en col da língua aos escritores portugueses»), F. Bouza Brey («A un mozo galego dende Cornualha»), A. Villar Ponte («Ideia transcendente. O caminho do nacionalismo galego»), R. Otero Pedraio («Esquemas composteláns») e um fragmento do livro de Bernardo de Luazes *Grandezas del Reyno de Galicia*, do depósito da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Muitos destes artigos fôrom posteriormente difundidos através de colectâneas da obra dos seus autores, outros som menos conhecidos. Alguns apresentam hoje apenas um interesse histórico, outros conservam toda a sua actualidade apesar dos anos transcorridos desde a sua publicaçom.

Neste último caso encontram-se, cremos, a «Carta en col da língoa aos escritores portugueses», de Álvaro de las Casas e o artigo de A. Vilar Ponte «Ideia transcendente. O caminho do nacionalismo galego», em que som abordados de maneira directa temas ainda polémicos nestes momentos como é, por exemplo, o da reunificaçom ortográfica, defendendo-se as teses reintegacionistas com argumentos idênticos aos que hoje esgrimen —esgrimimos— os novos «lusistas» de finais de século, e onde se qualifica de *estupidez* a prática de traduzir «pra os galegos» textos portugueses, como na altura fazia a própria Universidade «rexida por xentes forasteiras».

Noutro aspecto concreto ainda estes documentos conservam interesse e actualidade. Em ambos os dous trabalhos apadrinha-se a ideia de umha reuniom conjunta —reuniom de filólogos galegos e portugueses pará Álvaro de las Casas, assembleia de lingüistas portugueses, brasileiros e galegos para Vilar Ponte— em que se discutiriam os problemas que pudessem levantar-se à hora de unificar as variantes do sistema. Projecto também hoje reformulado polo reintegacionismo que reclama a participaçom galega no processo, já aberto, de debate e revisom dos padrons ortográficos adoptados por Portugal e Brasil na década de 40, e que se espera culmine num novo acordo que reduza as discrepâncias formais e reforce a unidade do sistema, respeitando-se no entanto a diversidade das suas diferentes normas.

Polo escasso conhecimento que se tem hoje em Galiza destes documentos (6), o seu inegável interesse e a vigênciia dos temas que neles som tratados, reproduzimos os artigos destes dous autores.

N O T A S

- (1) VILAR PONTE, A., «Da loita ortográfica», in *Pensamento e Semementeira. Leiciós de Patriotismo Gallego*, Buenos Aires, Ed. Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires, Instituto Argentino de Cultura Gallega, 1971, pp. 242-243.
- (2) Consulte-se, por exemplo, «Galicia con Portugal», in LEDO ANDIÓN, M., *Prensa e Galeguismo*, Sada-A Corunha, 1983, pp. 75-83.
- (3) Revisamos a coleçom de *Seara Nova* desde o ano da sua fundaçom (1926) até ao começo da guerra civil espanhola (1936). A relaçom completa de notícias, artigos e entrevistas publicados é a seguinte:
 - J. O., «Galisa e Portugal», n.º 135, 1-XI-28, p. 290.
 - J. O., «A semana portuguesa na Galisa», n.º 155, 1-IV-29
 - VASCONCELLOS, Carlos da Cunha, «A moderna Galiza. O seu regionalismo», n.º 148, 1-II-29, pp. 58-59.
 - LAPA, M. Rodrigues, «Castelao e a Galiza», n.º 309, 28-VII-32, pp. 327-330.

- LAPA, M. Rodrigues, «Relações luso-galaicas», entrevista com, n.º 315, 8-IX-32, in «Factos e documentos».
 - SERGIO, A., Semi-adaptação do galego de *Cousas* (O Pai de Miguelinho, Os Nenos), de A. D. R. Castelao, n.º 333, 9-III-33., p. 327.
 - SERGIO, A., Semi-adaptação do galego de «Brama o mar» de Vitoriano Taibo, n.º 362, 2-XI-33, p. 30.
 - SERGIO, A., Semi-adaptação do galego de «A fouce do avô», de Curros Henríquez, n.º 364, 16-XII-33, p. 57.
 - GOMES, M. Teixeira, «*Régressos. 'Santiago de Compostela'*», n.º 398, 19-VII-34.
 - «Portugal e Galiza», notícia sobre a próxima publicaçom de um número especialmente dedicado à cultura galega e da celebraçom do concerto organizado pola Sra. D.^a Emma Fonseca da Câmara Reys e promovido pola *Seara Nova*, no Salão de Bombeiros Voluntários Lisbonenses, sobre textos de *Cantares Galegos*, precedido de umha conferênciia de M. R. Lapa, n.º 424, 7-III-35.
 - R. M. L., «Cantares Galegos», nota sobre o êxito do concerto e a conferênciia, celebrados o 10-II-35, n.º 429.
- (4) LAPA, Manuel Rodrigues, «António Sérgio e o problema da lingua literária» in *Estudos Galego-Portugueses. Por uma Galiza renovada*, Lisboa, Sá da Costa Ed., 1979, pp. 117-129.
- (5) Também recolhido nesta colectânea, pp. 5-16.
- (6) O artigo de A. Vilal Ponte nom se recolhe em *Pensamento e Semementeira*, nem na antologia preparada por C. Baliñas, *Pensamento Galego*.

Carta en col da língoa aos escritores portugueses

Cousa que non entendin endexamais é como Portugal — descoñertas eiseizons valiosísimas de algunos de vós, tan queridos nosos — se desentende do meu país galego, xunguido á vosa patrea por ligazons tan rexas. Pasado o tempo de Junqueiro, que conviviou cos, mais dos nosos mestres, contádevos por centos os que tendes percorrido meio mundo sen intresarvos por estes nosos recantos; e son ben poucos os que algunha vegaña vinheron gostar nosos caminhos c'oa quente irmandade con que nós estamos na espera.

Non falemos do Estado nos seus órganos direitivos, que ainda non dispuxo establecer consulados por Galiza en proporzon á colonia portuguesa que eiñu radica, ás correntes turísticas que se mantinen e aos intereses moraes que nos xuntan. Falo dos xornnaes, os más deles eiñu desconchocidos, de postais, afiches e carteis, de revistas que deberian figurar en todalas nosas bibliotecas; dos vosos libros que eiñu non é posibre topar por ningures. E sendo as nosas línguas tan semelhantes, e tan suscetible a nosa da vosa influenza, e tan doada

a nosa intelixualidade pra assimilarvos, é que non vos importa ese manifiico e sempre soberán imperio da língua, do que, por feito histórico, hoxe tendes vós a hexemonía? Lóxico parece que as xentes de Castela, preocupadas no seu coloniaxe, non s'importen destes problemas, ou, importándose, os entrambeliquen cada vegada más pra afastarnos de vós o mais posibre, e que neste conceito xeográfico do mundo a nosa Universidade — rexida por xentes forasteiras — caia na estupidez de traducir pra os galegos libros portugueses... Mais, e vós?

Maxináinos—dous milhóns de galegos radican tes na Terra — lendo a cotío a Camilo, a Eça, a Ramalho, a Junqueiro, a Júlio Denis, é que non supon nada na manheitude da vosa área eispansa? E nós ganharíamos d'abondo, porque no voso convívio o galego se tornaría mais rico, multiplicando as suas formas, actualizándose, adiantando séculos no seu desenvolo, pónendose a par co portugués, acaso co-a unidade doutora que foi, é, e ten de ser pra nós honra, orgullo e lediza. Eu sonho, irmans, c'un tempo no que se poidan xuntar filólogos dos doux países pra unificar moitas verbas semelhantes e axudarnos a encaixar nosa gramática nos limpos eidos da filoloxía lusitana: a fala dunha terra portuguesa—o Minho—pode facer o milagre.

Namentras, companheiros, lembrai que os escritores galegos agardan o intre de apretarvos contra si.

ALVARO DAS CASAS

O caminho do nacionalismo galego

...Deixa Castela e ven a nós

LOPES VIEIRA

Fui eu quen primeiro que ninguén falou de «nacionalismo galego». Até min, nunca, en ningures, esa frase tinha-se dito. O nacionalismo galego con nome propio, que agora já ten corpo proprio, de min nasceu. De min nasceu também o primeiro sondeio d'unha posibilidade separatista razonada.

E o libro no que isto dixen pechábase con as seguintes palabras de Teóphilo Braga: «A Galiza é a provincia mais duramente submetida á unidade política, e mais sacrificada pelo centralismo administrativo; ella resiste pela sua tradição lírica, em que conserva a sua feição étnica... A Galliza perde a sua existencia política e, por tal acto, apaga-se a sua cultura.»

Para evitar isto, embora crei as «Irmandades da Fala». E o seu fruto, desde o ano 16 a hoje, foi a alianza política con a Lliga Regionalista de Catalunya do ano 17, as asambleas nacionalistas galegas, o Seminario d'Estudos Galegos, a ORGA republicana, o Partido Galeguista, os grupos enxebeis das Américas e esa espléndida colheita de libros escribidos en galego, que pasan de dous centos, e que abranguen todas as disciplinas intelectuaes: teatro, poesía, novela, crítica, filosofía, ciencias e política.

Hoje o galeguismo político militante ja púido ter un posto na seición das minorías nacionaes de Ginebra e entrar nun pacto con Catalunya e Euskadi, que se chama «Galeuzca».

É que a conciencia da galeguidade áchase, por fin, desperta.

Ora pensemos. O signo maior da nacionalidade é a lingua. Nós temos unha lingua patria natural. Pela perda desta lingua nas esferas da cultura, cuando os Reis Católicos nos submeteron á unidade centralista, depois de lhe roubaren o trono á Dona Xoana, a principesa de Portugal, con a que moitos nobres galegos fixeran causa — cousa que nunca nos perdonou Castela, como no-nos perdoara tampouco o alzamento do noso povo contra da teocracia e a aristocracia, que foi o primeiro da Europa de pre-sentimento democrático, — a Galiza sofríu a terribel escravidoute de cinco séculos, sendo branco de case todos os escritores e poetas castelãos en punto a aldraxes e calonhas.

Agora, pois é lógico, voltamos ao emprego da nosa lingua nos actos da política e da cultura. Sabemos que a autonomia dos povos, mais forte que a das armas, afínca-se na propia lingua. E por iso, fuxindo das fazanhas estériles do Quixote, que tiveron por esceario o mar morto de ermas terras de Castela, olhamos aos irmãos Lusiadas, que bautismaron as illas atlánticas con palabras suas que también son nosas, a pensar que o idioma de Camões, falado nas cinco partes do mundo, pode ser o idioma d'unha gran cultura atlántica e superoccidentalista.

Para que assim seja percisa-se unha só cousa: que o Portugal novo olhe à Galiza agarimosaamente, o mesmo que a gran República brasileira d'álbum mar. Como se ten feito a Gal-euz-ca — tríada de nações da Hespanha c' o anejo de se rexeren por si mesmas — compre na seara nova chegarmos á alianza galaico-portuguesa e brasilenha. Unha asamblea lingüística internacional dos tres países para pôrense d'acordo na protección, perfeicion e unificación da lingua común a todos, perfilhando unha maneira de *entente* cultural entr'elles, trazeria ao longo, sen dúbida, un senso de fecunda futuridade, tentador para un estadista de genio.

Esta prova d'amor vos ofrece un homildoso apóstolo do galeguismo ¡ó políticos novos da nobre Lusitanía!

Prova d'amor que comparten connosco todos os galegos que se non achán influidos pelos marragatos, gente de sangue berebere — como afirma Oliveira Martins no seu libro *História da civilización ibérica* — que pretende, ademais de nos levar os cartos, asasinarnos o espírito. ¡Sanchos Panzas nemigos do Amadís!

A. VILLAR PONTE



Ourense, Maio 1984



ANTOLOGIA

Por ANTÓNIO SIMÕES

as árvores ardem como lentos mistérios
deslumbrantes de arestas intensas
chamas sem órbitas
crateras de poeiras desfeitas

em mergulhos de fumo estilhaçado
os olhos dormitam nostálgicos
degolados na esperança verde
do silêncio transparente

degoladas e intensas
as árvores dormitam nos olhos transparentes
sem mistério sem arestas sem silêncio

5/1/86

acredito em ti toninho
pronto
mas deixa de fazer perguntas desnecessárias
o pão e a ternura são abstracções poéticas
raios
tu já tens doze anos
tens que fazer pelos teus dez irmãos
deixa de gamar chocolates

e de insultar os outros
tanta gente boa por esse mundo fora
e alguém tem culpa de seres assim?
olha lá
que é isso de ires às ventas aos outros meninos
que não querem brincar contigo?
vai mas é trabalhar
toninho
estás a ficar malandro

5/1/86

a cidade cresce
aos olhos das barracas de fel

braços desanimados petrificam
desconhecidos trilham as mesmas rotas
desconhecidas e frias

a cidade cresce
nua
cimento e aço em forma de prisão abrigo

mesa posta com a luz dos olhos

a cidade cresce dentro de homens que choram
com ferro nas mãos e cimento nas veias

27/12/85

como pedras de espanto
os meus olhos estremecem no teu silêncio
ó vaidade cândida dum sorriso ténue de relento
pudesse eu falar-te nos meus dedos um intante
tocar-te como num espelho sideral
oferecer-te o mar numa corola de flor repentina
libertar-me no teu corpo de glória
ó noite viva
exaltação sublime da memória

18/2/86

nas margens do meu rio
sem foz
há manhãs de sol tranquilo
sem tempo
sem memória

o mar é longe
vamos andando

2/12/85

como se a queda fosse um estado de alma
lentamente
um grito impoderável
de recusa
a morte gême
sob o eco dos meus passos
não acredito nos abismos em que tropeço
só na loucura ainda
por inventar

Viseu 3/12/85

não me digam que o céu é doirado
com harpas
e luz
e quem sabe
serpentinhas

não

o céu é como aqui
é dizer pois
morrer calado nas chamas

6/11/85

tenho à minha frente uma mesa quadrada e altaiva nos tons grisalhos da madeira distinta que decide e pensa sempre com correcção tenho uma mesa correcta de altivez e decisão quadradas de madeira que pensa com distinção grisalha tenho uma altivez distinta de decisão grisalha com madeira correcta que pensa na minha mesa à frente

17/1/85

as mãos
ritual sublime de um vôo de ave
marcha solene dum fruto vitorioso
voz surda dum amor inocente
pérolas desnudadas na planície dum gesto
esplendor de um segredo

as mãos
abismo delicado de raízes de pombas
as mãos vivem no seu clã de glória
na exaltação dum poema
sem palavras

18/2/86

luminosa e violenta a cadeira reina
voz de vidro simbólico
a ecoar pelo chão adormecido

incandescente a cadeira desprende-se
profana o sono raso da memória
a cadeira fragmenta-se inactiva
fragmentos de vidro sibilante

rasgam-se as cortinas do silêncio
pombas irrompem das pedras que sangram
as mãos agitam-se
o sonho agiganta-se
desfaz-se o vento

a cadeira funde-se nas labaredas do esquecimento

14/2/86

*Por AVILÉS DE TARAMANCOS **

1

A rosa que cultivas no teu colo
Tem a perfeita dimensom de vida:
Abre-se a daga como umha ferida;
É tam profunda como o desconsolo.

Fai-se grande no amor, e embravescida
Impom um pulo desbocado e tolo
De pantera em sazom, pomba em arrolo,
Onda que rompe a fúria sometida.

Froito salobre, a rosa submarina
É meduda que se abre no centeo
E canta como a estrela matutina.

Eu bebo de joenlhos no teu seo
Esse tremor de força repentina
No que me profundizo e me recreo.

* Estes poemas pertencem a um livro inédito, de próxima publicaçom, intitulado *As torres no ar*.

2

Escuro, escuro, nai: no escuro alço a minha torre no ar
desde o cláustro húmido onde o agarimo abre a sua flor, e eu te amo.
O selo imperceptível do amor grava-se a fogo lento para sempre no escuro
onde a música do trasfondo do tempo eterno soa por única vez, e a víscera
entoa o seu cántico no escuro. A torre de vidro do teu sangue
brilha no escuro, brilha como a estrela central do universo e gira
suavemente arredor do meu pequeno coração atovado no prazer
endejamais recuperado. No escuro, nai, teço a efímera mapoula
e o sorriso permanente da vida a entrar maininho no meu ser
—o teu interior de pam sacramentado alimenta a crisálida— no escuro,
no escuro canta o bosque, assobia o estorninho no escuro transferido,
e a escada das vértebras amadas ampara-me e transfigura-me em ti
voando desde a origem das horas, e a campá do teu amor nos outeiros
entrinháveis compassa o alento inicial, mentres o fio da tua carne
urde a brétema escura, a célula infinda da minha mam aberta no futuro.
No escuro, nai, mater amabilis, amantissima mae, no escuro o teu amor

[de pedra firme]

faro que brua desesperadamente por salvar-me, vagalume na tebra
na semente da saudade total que se abre na garganta e a coluna do espanto.
A árvore do amor, a árvore vermelha do amor rompe a sua âncora de ouro
e todo leva à desembocadura do teu corpo onde a fenda de luz ondeia

[nos cómaros do dia.]

O escuro resplendor, a alva brancura, nai: O íris abre a sua tornicela
e o ollo espreita a luz da tua mam, entorno preferido, a tua mam sem limite
ou nave arborizada de ternura

e o barro frenético cantando nas torres da alvorada.

«Nai, adorada nai, mártir escura»...

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

só trabalhamos polo desenvolvimento
da nossa terra
e da nossa gente.
Fazemos futuro dia a dia.



CAIXA OURENSE

XVIII Congresso Internacional de Lingüística e Filología Románicas

Na universidade de Trier (Alemanha Federal), do 19 ao 24 de Maio, celebrou-se o «XVIII Congresso Internacional de Lingüística e Filología Románicas», com participação maioria de alemãns, franceses e italianos, que ultrapassárom mais da metade dos 700 participantes. Portugal e a Galiza também estivérom representados por perto de quarenta professores, correspondendo uns 14 a Portugal e os restantes ao nosso País. Os galegos, que fórom recibidos oficialmente polo Reitor da Universidade, pertenciam todos eles ao «Instituto da Língua Galega» («ILG») —tendência anti-reintegracionista— a nom ser M.^a do Carmo Henríquez, Presidente da AGAL, que foi a única participante da tendência reintegacionista. A Galiza foi, sem lugar a dúvidas, a naçom do Estado Espanhol que contou com o maior número.

O programa científico estava estruturado em várias secçons: I *Romania submersa*, II *Romania nova*, III *Lingüística teórica e lingüística sincrónica*, IV *Lingüística pragmática e sociolingüística*, V *Gramática histórica e história da lingua*, VI *Lexicologia e lexicografia*, VII *Onomástica*, VIII *Dialectologia e geografia lingüística*, IX *Critica textual e ediçom de textos*, X *Géneros literários*, XI *Literatura da Idade Média*, XII *Novas técnicas de análise literária e estilística*, XIII *Textos nom-literários*, XIV *História da lingüística e filología románicas*, XV *Filología románica e línguas románicas; tomada de consciéncia ou: a filología por que fazê-la?* e XVI *Trabalhos em curso*. Este programa científico desenvolveu-se, em todos os momentos, de acordo com o programa já estabelecido, respeitando o tempo destinado a cada exposição, com independência de que o comunicante estivesse ou nom presente (as ausências fórom mui notáveis, nomeadamente as dos portugueses), e sempre seguindo o horário fixado pola Secretaria do Congresso, sob a direcção e coordenação do Prof. Dieter Kremer, que podemos qualificar de extraordinária quer nas actividades científicas quer nas actividades culturais e turísticas.

Por ser maior o número dos participantes da tendéncia anti-reintegracionista nom podemos oferecer umha visom total das comunicações apresentadas, porém, assinalemos que, em geral, os textos defendidos polos galegos neste Congresso eram conhecidos no nosso País; constituíam refundições de trabalhos já publicados —total ou parcialmente— ou eran variantes sobre textos integrados em estudos mais amplos ou gerais, desenvolvidos polo «ILG». Nada novo se dixo ali, pois, que nom se soubesse na Galiza e que nom tivesse sido analisado e criticado aqui.

Nom obstante de entre as, aproximadamente, quinze comunicações apresentadas assinalemos a do Prof. Ramón Lorenzo intitulada *Normas para la edición de textos medievales gallegos* —exposta em espanhol sob o pretexto de que o pudesssem comprender melhor os participantes, mas justificando que o texto nas «Actas» estaria redigido em «galego»—. Nas suas manifestações criticou as edições realizadas sobre textos galegos e particularmente as edições elaboradas polos portugueses, afirmando que lhe «ofeceriam pouca

confiança», porém sem explicar nem demonstrar com razões ou factos a causa dessa desconfiança. Afirmou que na Galiza apenas temos textos literários em prosa «escritos exclusivamente em galego» durante a Idade Média, apresentando a seguir umha série de critérios desorganizados e sem coerência (nuns casos utilizava um critério e noutras outro: por exemplo, mostrava-se partidário de manter a grafia geminada do —cc— e de eliminar, surpreendentemente, a grafia —ss— indicadora face a —s— da correlação surda/sonora). Reconheceu, nom obstante, que podia equivocar-se, mas esse era o seu critério, porquanto o medieval era «caótico» e «havia que organizá-lo». No colóquio nom quixo responder à pergunta: «que entendía el por textos medievais em prosa escritos exclusivamente em galego», limitando-se a convidar a quem isto perguntava à leitura das suas últimas obras, mas num tom e modos que provocárom assombro entre os assistentes, que descobrírom perfeitamente o conflito existente na Galiza.

Outra intervençom foi a da Profa. Rosario Alvarez Blanco, que falou de *O sistema fonológico do galego. Comparación co do portugués*. Descreveu com bastante detalhe o subsistema consonántico, estabelecendo as diferenças entre o galego falado nas diversas áreas da Galiza e o português padrom ou o português de «fonte exclusivamente bibliográfica», facto que provocou que o próprio Presidente da Mesa, o Prof. Ernest Schule lhe perguntasse ao finalizar a sua intervençom a «que português» fazia referência, se ao de Lisboa ou ao do Rio de Janeiro. Vários congressistas concordárom em comentar que os fenómenos que a professora oferecia para o galego se registavam no resto das línguas conhecidas. No colóquio tampouco quixo responder à pergunta de por que partia de umha realidade falada na Galiza face a umha prática escrita para o português, limitando-se a convidar a quem isto perguntava, a fazer o estudo dialectal do português, pois «ela atendia só ao galego». A intervençom do Prof. Ramón Lorenzo no colóquio também provocou estranheza entre os participantes ao qualificar de «língua extrafalária», o idioma utilizado pola professora que perguntava.

A Profa. Camino Noia na sua comunicaçom *Planificación lingüística e responsabilidade política* além de apresentar um panorama bastante completo da situação actual, lamentou que o único semanário redigido em galego nom use a normativa oficial; defendeu o «galego auténtico» (que nom era entendido polo professores ali presentes e por isso nalgum momento pediram que falasse em espanhol); fixo críticas à política linguística da Junta de Galiza e ao «mal galego» utilizado polos meios de comunicação social dependentes da mesma. Entre outras afirmações, dixo que a normativa do galego estava elaborada polas únicas instituições a quem lhes correspondia (o que provocou no colóquio murmúrios de reprovaçom, pois em contra da opiniom da professora, a norma, «a priori» nom corresponde «sensu stricto» a nengunha instituiçom concreta, como se pode comprovar ao estudar a história das línguas e a elaboraçom da norma correspondente).

O Prof. Antonio Santamarina fixo umha síntese sobre as últimas gramáticas do galego e nomeadamente da lingüística galega nos últimos 150 anos. Reconheceu que na Galiza nom se pode estabelecer umha discriminaçom entre política e lingüística, assim como os avanços que se tinham produzido no processo de normalizaçom do galego. Admitiu publicamente que era no terreno da normativizaçom onde existiam na Galiza «pelejas ortográficas encarnizadas» e que havia, basicamente, duas tendências (pois nom considerava como tal a denominada com o nome de «normativa dos 80», por ser mui semelhante à defendida polo «ILG» e «RAG»): a) os que consideram o «idioma» em por si — aqui incluiria ao «ILG» e «RAG» — e b) os que consideramos o idioma galego como «variante da língua portuguesa», isto é como *satélite (sic) do portugués*. A estas manifestações precisou-se-lhe que a normativa do «ILG»-«RAG», mais conhecida com o nome de «normativa da Xunta de Alianza Popular», só servia para a desnormalizaçom dos usos do galego e a respeito da segunda tendência com relaçom à normativa, dixemos-lhe que considerávamos mais correcto dizer que entendíamos o idioma galego próximo ao diassistema do português.

Em linhas gerais, hai que lamentar o escaso conhecimento existente na maioria dos congressistas a respeito da problemática do galego e de aí o extraordinário interesse que se despertava entre os participantes quando o Prof. Ramón Lorenzo respondia com «altas vozes» a qualquer questom que supuxese nom compartilhar as suas teses. Salientamos, porém, as afirmaçons do Prof. Zarco Muljacic (Universidade de Berlim), quem ao ser perguntado sobre como via el a situaçom do idioma galego a respeito dos posicionamentos que acabava de estabelecer sobre diversos idiomas, manifestou que na Galiza existiam três possibilidades: a) *qui s'approche au diassistème du portugais*, b) *qui s'integre dans le diassistème de l'espagnol*, ou c) deixar o galego *comme il est*.

Ante as discrepancias que se observavam no ambiente, quando havia colóquio, houve muitos participantes que manifestárom o seu interesse por querer ter mais informaçom «in situ», esclarecendo um lúcido lingüista residente na Alemanha que quando venham a Galiza nom terám que estudar «galego», pois chegará-lhes com saber português. Já para finalizar, salientar que o «XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românicas» se celebrará em Santiago de Compostela, no ano 1898, e que será organizado polo Prof. Ramón Lorenzo.

Sentença do Tribunal Constitucional*

A «Assembleia geral da AGAL», reunida em Ponte-Vedra, o passado dia 28 de Junho, tomou entre outros acordos, reafirmar os pontos que se citam a seguir:

1. O galego é a *única* língua própria da Galiza.
2. Todo galego, pois, deve conhecê-lo.
3. O Governo galego deve dispor dos meios que facilitem o cumprimento desse dever.
4. O Estado Espanhol através do Tribunal Constitucional impede tal funçom, declarando inconstitucional a disposiçom estatutária nesse sentido.
5. O Delegado desse Governo espanhol na Galiza, paradoxalmente Presidente da Real Academia Galega, foi quem levou adiante o trámite que desembocou na sentença do Tribunal Constitucional.
6. A Junta de Galiza, através do Conselho da Cultura Galega, nom deu resposta algumha a este crime de lessa pátria contra a nossa Naçom.

Por todo o exposto:

A *Associaçom Galega da Língua*, cujos fins som a defesa do idioma nacional da Galiza, incardinando-o no sistema lingüístico galego-luso-brasileiro, *nom pode ficar calada* diante desta facto e pede a demissom do Delegado do Governo —como Presidente da Academia Galega por injuriar a nossa cultura— e de todo o Conselho da Cultura Galega, à vez que anuncia a iniciaçom das acções que considerar oportunas para reparar este novo ultraje à nossa entidade nacional.

* Parafraseado em La Voz de Galicia do 2 de Julho. A Comissom de Sociolingüística está a preparar um informe mais amplo sobre este tema.

II Congrés Internacional de la Llengua Catalana

Durante os dias 4-8 de Maio de 1986 celebrárom-se em Lleida as sessions da Área Científica núm. 1. *Plantejamens i processos de normalització lingüística* correspondentes ao II Congrés Internacional de la Llengua Catalana.

A secçom 2. desta área estivo dedicada a *Processos de normalització de llengues a Europa*. Para o Estado espanhol foram programadas inicialmente duas conferências por Comunidade para os idiomas basco e galego, encarregadas a instituições oficiais: *La situación sociolingüística en el País Vasco*, Por Miquel Zalbide, chefe do Serviço do Euskeria (Governo Basco) e *La política lingüística del Gobierno Vasco*, por Karmen Garmendia, secretária de Política Lingüística do Governo Basco. Para Galiza *La situación lingüística en Galicia*, por Henrique Monteagudo, do I.L.G. e *La política lingüística de la Xunta de Galicia*, por Paz Lamela, Directora Geral de Política Lingüística.

Mas, dada a complexidade do caso galego e para que os congressistas tivessem umha visom global e contrastada, Aina Moll, Directora Geral de Política Lingüística da Generalitat e coordenadora desta área do Congresso, fixo um convite para que AGAL elaborasse umha comunicação-informe sob o título *Problemática da normalização lingüística na Galiza*, que com o subtítulo *Análise da política institucional. O reintegracionismo como alternativa* apresentárom os membros do Conselho Pedro Fernández Velho e Felisindo Rodríguez Vilarinho. Este texto, lido na primeira jornada de sessions, despertou um extraordinário interesse e tivo umha mui favorável acolhida por parte dos congressistas, designadamente entre os dos Países Cataláns e mui especialmente entre os valencianos, extremadamente sensibilizados e solidários com o problema galego.

Salientamos, além disto, a atençom e consideraçom que a questom levantou para o representante neste Congresso da Oficina do Conselho de Europa para as Línguas Minorizadas, quem, após identificar-se como integrante da comunidade flamenca, manifestou compreender perfeitamente o problema. No debate subsequente à exposição de Paz Lamela e Henrique Monteagudo, no terceiro dia de sessions, interessou-se pelas relações institucionais Galiza-Portugal e, perante a resposta evasiva da Directora Geral de Política Lingüística, denunciou o propósito dos organismos oficiais de borrar a história do País Galego através de umha política que el definiu como extemporâneo «micronacionalismo lingüístico separatista». Após considerar que as comunidades lingüísticas estám por acima das fronteiras políticas, manifestou que a solução para o caso galego estava na reintegraçom imediata na área lusófona. Em qualquer caso corresponderia aos poderes públicos planear as fases do processo.

A situaçom conflitiva da normalização lingüística na Galiza foi recolhida na imprensa, e a televisom catalana solicitou as declaraçons dos representantes no Congresso de ambos posicionamentos perante o problema.

Por primeira vez na história moderna da Galiza, produze-se umha sentença do máximo órgão da Magistratura no País (a Audiência Territorial da Corunha) seguindo as diretrizes lingüísticas da nossa Associaçom. Para além do valor simbólico dentro do processo de normalizaçom lingüística, esta sentença que agora AGÁLIA reproduze facsimilada, significa um reconhecimento implícito à legalidade da opçom normativa que AGAL defende.



ADMINISTRACION
DE JUSTICIA

R. 1.230/84

OK2157624

"SENTENCIA" Nº 177 1.986

SALA DO CONTENCIOSO-ADMINISTRATIVO

NA CIDADE DE A CORUNHA, a dezeno

Ilmos. Sres.:

ve de Março do mil novecentos oiten-
ta e seis.

Presidente

No processo contencioso-adminis-
trativo que co número 1.230 do 1.984
pende perante esta Sala interposto -
por DOM LUIS ROMERO RODAS, maior de /

DOM CLAUDIO MOVILLA ALVAREZ

Magistrados

DOM RICARDO LEIROS FREIRE

DOM GONÇALO DE LA HUERGA FIDALGO

idade, casado, patrom de pesca, vizinho da cidade de Vigo, com morada en Avc
nida das Camelias, número 116, 4º, D, representado polo Procurador Dom Ignacio Pardo de Vera e López e dirigido polo Advogado Dom Arturo del Valle e --
Sánchez, contra Acordo da Comissom Permanente do Concello de Redondela de 3/
de Julho do 1.984 sobre demoliçom de casa construida na freguesia de Cesan-/
tes, lugar de Carvalhinho, e no que é parte como demandado o Concello de re-
ferência, representado e dirigido polo Sr. Advogado do Estado, sendo indeter-
minada a quantia do recurso; e

RESULTANDO: Que admitido a trámite o recurso praticarom-se as diligências oportunas e mandado que a parte recorrente formulasse a demanda, realizou-no esta a meio de escrito no que em síntese aduziu os feitos seguintes:/
Que em terrenos da ria de Vigo adqueridos pola sua esposa construirá no ano/
1.980 um minúsculo alpendre, a feito de morada unifamiliar para gardar os --
trebelhos da pesca e poupar transitoriamente, considerando que non precisava

licença municipal, senom autorizaçons da Comandancia de Marinha e da Junta do Porto e Ria de Vigo, que solicitou e más obtivo, decidindo pedir despois a/ licença municipal, que o concelho denegou com base a tratar-se de obra sita/ en Zona de promoçom turfstica; mas, por ter decorridos más de três meses da solicitude entende o recorrente que a licença fora obtida por silêncio positiivo, a mais que a obra fora levantada de acordo cas Normas Subsidiarias e / Complementarias do planeamento para os Municipios da província de Pontevedra, publicadas no Boletim Oficial de 21 e 22 de Janeiro do 1.974 que é a normativa urbanística para o caso, en quanto que o Concelho de Redondela baseava a / sua negativa numha carência de norma vigente, o que limitarfa inconstitucionalmente o direito de propriedade.

RESULTANDO: Que conferido traslado da demanda ao Sr. ADvogado do Estado, evacuo a sua contestaçom a meio de escrito no que para artelhar a sua oposiçom remitiu-se aos feitos e aos fundamentos de direito contidos já no próprio Acordo municipal impugnado, como suficientes na sua tese para o fim de demorar a procedênciia do mesmo; polo que suplicou se ditase sentença desestimatoria do recurso interposto.

RESULTANDO: Que pasado o processo a trámite de decisom sobre prova, desnegou-se a abertura do periodo atinente a ésta, por nom estimar-se precisa a mesma para o fim da resoluçom do processo, sem prejuízo de ser pedida despois pola Sala se no momento de ditar sentença notasse a falta de verificaçom de algum dos extremos de interesse fundamentadores da pretensom formulada.

RESULTANDO: Que apresentados a seguir os escritos correspondentes de -- breve conclusom polas partes, declarou-se ultimado o debate por providênciia/ de catro do decembro do 1.985 e foi assinalada a data da votaçom e falho do/ recurso para o 8 de marzo do 1.985.

RESULTANDO: Que na substanciaçom do recurso tenhem sido observadas as prescripções legais.

VISTO: Sendo Ponente o Ilmo. Sr. Magistrado Dom Gonçalo de la Huerga Fi dalgo.

1º CONSIDERANDO: Que o âmbito do recurso presente se desenvolve na volta do antedito Acordo do Concelho de Redondela decidindo o derrubo da morada



ADMINISTRACION
DE JUSTICIA

R. 1.230/84

- 2 -

OK2157627

de autos para o caso de que o recurrente nome o fixesse no prazo de um mês; e baseia o demandante a sua pretensão de anulação de tal acto administrativo em que éste somente procederfa, segundo a sentença do Tribunal Supremo/ de 22 de Março do 1.983, cando o construído nome se ajeitasse aos Planos e Normas urbanísticas, que som ás que devem ajeitar-se as acordos municipais para concessão das licenças de edificação; além de que os actos de intervenção da Administração na esfera dos particulares se devem produzir da maneira menos/restritiva da liberdade individual, sendo o derrubro de um edifício uma medida de carácter excepcional, maxime cando com aquela não se produz dano para os interesses gerais, nem risco para os mesmos; com citação recorrente a -- respeito disso do Regulamento de Serviços das Corporações Locais e numerosas Sentenças do Tribunal Supremo.

C/C

2º CONSIDERANDO: Que a consecução de uma licença municipal a meio do -- chamado silêncio positivo quando como no caso se trata de uma obra de edificação, tem-se que produzir depois de acudir o interessado perante a Comissão de Urbanismo, logo de aguardar sem resultado a resposta do Concelho durante -- dois meses, pois que se está diante de uma obra calificável de maior; e -- assim vem ordenado no artigo 9º do mencionado Regulamento de serviços que aprovou o Decreto de 17 de Junho do 1.955; mas, ocorre que no suposto de autos -- tal acudimento nome se produziu; e nome somente foi assim, senão que também se quedou o agora recorrente ante o Acordo municipal que despois de esse prazo/ lhe denegou a licença que ele pedia; mas, como o derrubro nome vem sendo outra causa que uma consequência legal do feito de existir uma obra nome legalizável, atalhada fica a pretensão do aqui demandante para que permaneça em pé a obra por ele construída; para nome falar pelo miúdo da situação que resulta de que o recorrente pedira licença ao Concelho para construir uma casupha de guarda de trebalhos para pesca de quinze metros quadrados e o que depois apareceu construído, segundo o Técnico municipal, fora uma morada unifamiliar/ de sessenta e três metros quadrados frente da Praia de Cesantes; e que a obra de litis nome é legalizável deriva-se doadamente da impossibilidade na que se acha a propria demanda para citar alguma das disposições das Normas subsidiárias do planeamento, a carom das quais tenta o recorrente chegar a construção de referência; mas, de um feito tamén genérico, que mesmo nome se chega

a dizer a classe de chao no que assenta desde o fitorio da normativa urbanistica; requisito primeiro para saber se existe algumha possibilidade legal de edificaçons e as características que deveram adubiá-la.

3º CONSIDERANDO: Que por nom se observar temeridade ou má fé na conduta procesal das partes resulta inecesário fazer pronunciamento sobre as despesas causadas na substanciaçom do procedimento.

VISTOS: Os preceitos legais citados e os relacionados com êles de aprica çom geral.

J U L G A M O S: Que debemos refugar e refugamos o recurso contencioso-administrativo deduzido por Dom Luis Romero Rodas em contra do Acordo da Comissom permanente do Concelho de Redondela de data 3 de julho do 1.984, que/ polo seu turno refugou recurso de reposiçom em contra do Acordo de 29 de -- março do mesmo ano, tocante ao derrubo de casa construida pelo agora reco/ rrente na freguesia de Cesantes, lugar do Carvalhinho; sem pronunciamento a/ respeito das despesas produzidas na substanciaçom do procedimento.

Firme que fosse a presente, devolva-se o espediente administrativo ao Centro de procedênciia com testimonio e comunicaçom.

Assim, por esta nossa sentença accordamo-lo, mandamo-lo e assinamo-lo.



PUBLICAÇÃO:

Aq anterior sentença foi lida e más publicada por o Ilmo. Sr. Magistrado Ponente, D. Gonzalo de la Huerga Fidalgo, estando a celebrar audiencia pú blica a Sala do Contencioso-Administrativo de esta Audiencia Territorial no/ dia da sua data, do que como Secretario, certifico.

II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza

Organizado pola Associaçom Galega da Língua (AGAL)
GALIZA, 23 a 27 de Setembro do ano 1987

A Associaçom Galega da Língua (AGAL) projecta realizar O «II Congresso Internaciona-
nal da Língua Galego-Portuguesa na Galiza», na seqüênciā das conclusons do «I Congresso»
celebrado na cidade de Ourense no mês de Setembro do ano 1984, em que se manifesta
a sua preocupacōm com o futuro da língua galego-portuguesa na Galiza, reafirmam que
as duas formas do galego e do portuguēs constituem um mesmo sistema lingüístico, u-
mha mesma língua; apoiam todos os processos conduzentes à plena normalizaçom lin-
güística do galego que deverá afectar com carácter prioritário ao ensino, meios de comu-
nicacōm e administraçom; reafirman que a norma que corresponder ao galego tem de ser
fixada com critérios científicos e um necessário debate democrático, aberto a todos os
especialistas e sectores implicados, e que o seguinte «II Congresso» se celebre num pra-
zo desejável nom superior aos três anos.

Tomando em conta a actual situaçom da nossa língua, a AGAL propom-se dar um
forte impulso a todos os trabalhos encaminhados a analisar, clarificar e questionar a si-
tuacōm lingüística na Galiza e apresentar projectos pontuais ou globais que dêm resposta
efectiva à planificaçom lingüística; consciencializar e interessar todos os cidadaos deste
País, nomeadamente os sectores mais comprometidos com a defesa da língua para colab-
orarem activamente na dignificaçom e na normalizaçom dos usos do idioma galego; ana-
lisar todos os factores extra-lingüísticos que impedem que o galego seja umha língua nor-
malizada e desenvolvida em todos os ambientes sociais; estabelecer formas de intercâm-
bio e cooperaçom entre as comunidades de expressom galego-portuguesa no âmbito da
investigaçom científica, cultural e pedagógica e analisar a situaçom da Galiza e a sua re-
laçom com outras comunidades onde existir conflito lingüístico.

O «II Congresso» estruturarā-se em três grandes blocos:

I. *Língua e sociedade*, em que serám abordados temas de sociolingüística (teoria e
prática da elaboraçom científica, da planificaçom lingüística e análise do discurso domi-
nante nos distintos ámbitos de uso), temas de didáctica da língua, etc.

II. *Língua e teoria lingüística*, dedicado ao estudo de temas tangentes à teoria e prá-
tica da elaboraçom do léxico e terminologias, da elaboraçom gramatical, filológica, dialec-
tologia, grafemática, fonologia, etc.

III. *Língua e texto literário*, dedicado à abordagem de temas referidos à teoria e prá-
tica da língua literária.

Apresentaçom de trabalhos.

Toda aquela pessoa que estiver interessada em apresentar umha comunicaçom em qualquer dos apartados, deverá enviar o título provisório ou assunto da mesma antes do 30 de Janeiro do ano 1987 e um resumo (máximo de umha folha) mecanografado a dous espaços antes do 30 Abril do ano 1987. Assi mesmo será necessário apresentar o texto íntegro (que nom terá umha extensom superior às 15 folhas) antes da sua leitura no Congresso.

A Comissom organizadora reserva-se o direito de nom admitir aquelas comunicaçons que nom se adequarem aos objectivos do II Congresso.

Inscriçons.

A Secretaria do «II Congresso» estabelecerá-se na cidade de Ourense, Apartado de correios n.º 453, Código Postal 32080 - OURENSE (GALIZA):

Estudantes e desempregados: 1.500 pesetas.

Membros da AGAL: 4.000 pesetas.

Nom membros da AGAL: 5.500 pesetas.

O prazo para formalizar dita inscriçom e matrícula é até o *15 de Julho de 1987*. Se o pagamento se realizar ao início do Congresso estas quantidades serám acrescentadas em 1.000 pesetas.

Em futuras circulares oferecerá-se informaçom sobre outros aspectos (hospedagem, actividades para-congressuais, etc.).

A inscriçom formalizará-se ingressando na conta corrente aberta em CAIXA OURENSE, na oficina urbana «Calvo Sotelo», n.º de conta 942/3, da cidade de Ourense.

Correspondência.

Toda a correspondênciam deverá ser enviada a:

Secretaria do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza.
Apartado de correios 453.
32080 - OURENSE (GALIZA)

Tel. 236478 (de Ourense).

Nota: Folha de inscriçom na página 372.

RECENSONS

Os Castelaos de Ourense

Por Aurora MARCO

Maria Victoria Carballo-Calero Ramos é a autora de umha magnífica ediçom que vem de ser publicada co patrocínio de Caixa Ourense. Referimo-nos ao livro intitulado *Os Castelaos de Ourense* (1) que, como o mesmo título indica, reúne a totalidade da obra do rianxeiro localizada nesta cidade, o que constitui o objectivo da ediçom.

Consta o livro de duas partes: na primeira, a autora da ediçom fai um estudo de conjunto da obra de Castelao que se topa em Ourense, e na segunda, a parte gráfica, reproduzem-se os noventa e quatro originais catalogados: um óleo, umha aguarela, duas estampas coloridas e o resto desenhos em branco e negro.

Antes de ordená-los para a sua análise, a preparadora da ediçom propom umha aproximaçom cronológica, pois, ainda que a maior parte dos desenhos a pluma pertencem à etapa compreendida entre 1922-1924 —que coincide co período de publicaçom do diário *Galicia de Vigo*—, nom todos fôrom publicados neste jornal. Hai-nos tamén posteriorres, publicados em *El Pueblo Gallego* e *Faro de Vigo* (aqui colabora Castelao de forma asídua entre 1930-1932). E, de outra parte, a produçom inicial do artista situa-a M.^a V. em 1908-1909. Por isso, segundo nos indica na *Introduçom*, a obra de Castelao localizada actualmente em Ourense, pode dar-nos umha visom global de toda a sua produçom, pois abrange desde os seus começos (1908-1909) até a instauração do regime republicano, e incluso se pode prolongar até 1936, posto que a sua estética, segundo a especialista, nom sofreu modificaçons nesse último período.

Assinala M.^a V. como data inicial da produçom do artista os anos 1908-1909 e nestes anos situa concretamente a aguarela, sem data e sem assinatura. E defende esta tese baseando-se na semelhança que existe com as histórias que, por estos anos, publica em *Vida Gallega* de Vigo, e porque estilisticamente a aguarela se acha na linha dos desenhos que se apresentárom ao II e III Salóns de Humoristas de Madrid, celebrados entre 1908-1909.

Tamén propom esta mesma cronologia para um desenho que representa a um estudiante tuno. O interesse do desenho, segundo nos indica, radica na técnica empregada por Castelao: está concebido como um cartaz e produce um grande impacto a mancha negra sobre o papel branco.

(1) Carballo-Calero Ramos, M.^a Victoria, *Os castelaos de Ourense*, Editorial Atlántico, A Coruña, 1985.

As primeiras versons das estampas coloridas som de 1915. As duas ourensáns som posteriores a esta data. Detém-se M.^a V. na análise de um destes desenhos devido à sua grande qualidade e porque, além disso, pode servir de modelo para o estudo da obra posterior de Castelao.

Em todos estes originais ourensáns hai um óleo assinado, mas sem data. Trata-se de um apunte para umha marinha, para o qual a estudiosa destes Castelaos indica a data de 1920, advertindo, nom obstante, do arriscado que resulta fazer tal precisom, por ser um apunte e mais por ser um óleo, técnica pouco trabalhada por Castelao, que abandonou a aguarela, optando pola caricatura.

O resto da obra constituem-na os desenhos publicados como *Cousas da vida*. M.^a V. analisa-os em conjunto, excluindo o que leva por título «O alquilador» e «El reloj mudo» que nom guardam relaçom co resto dos desenhos. O primeiro, que é a image de umha «cousa» é, segundo a autora deste estudo, um claro exemplo da técnica modernista utilizada por Castelao nos anos vinte, que talvez tenha algo que ver com as pinturas negras de Goya. O segundo é um exemplo da técnica expressionista, técnica que tamén utilizava Gulbransson e que talvez poda explicar a influênciam de Castelao.

O resto dos desenhos —som oitenta e sete em total— fôrom ordenados e estudiados por M.^a V. Carballo-Calero Ramos tendo em conta a cronologia, os protagonistas e a temática.

Polo que se refere à cronologia já nos anunciara na *Introduçom* que a maioria deles hai que situá-los entre 1922-1924, ainda que os hai posteriores.

Como protagonistas destes desenhos temos aos nenos, aos animais antropomorfizados, às mulheres, cegos e mendigos, marinheiros, lavradores e burgueses.

E, quanto à temática, hai um número bastante considerável que tem relaçom com a problemática sócio-política: o caciquismo, as eleiçons, os foros, etc. De todos jeitos calquer situaçom da vida do home é utilizada por Castelao nos seus desenhos.

Nesta última parte do estudo nom se analisam todos os desenhos catalogados senon só aqueles que apresentam um interesse especial.

A segunda parte do livro, como fica indicado, contém a reproduçom —extraordinária— dos noventa e quatro Castelaos ourensáns, objecto da presente ediçom.

Saudamos a apariçom deste livro, tam oportuno neste ano dedicado à comemoraçom do centenário de Castelao. Pola nossa parte, felicitamos à autora polo estudo sério e rigoroso levado a cabo, que vai contribuir, sem dúvida, a um melhor conhecimento da obra de Castelao. E, por suposto, os nossos parabéns à entidade patrocinadora, que permitiu que saísse à luz esta importante contribuiçom.

Folhas Novas

Por Aurora MARCO

Em 1985 cumprírom-se cem anos da morte de Rosalia de Castro. Com este motivo houvo umha série de comemoraçons, actos diversos, publicações, etc., encaminhados a fornecer um melhor conhecimento da vida e obra rosalianas. A AGAL quixo sumar-se a estes actos do Centenário coa publicaçom de umha ediçom crítica de *Folhas Novas* (1) preparada por Elvira Souto Presedo, com Prólogo de Francisco Salinas Portugal.

Neste *Prólogo* (pág. IX-XXXIII) F. Salinas tenta um achegamento à obra desde umha leitura individual, para o qual propom algumhas interpretaçons e sugerências sobre *Folhas Novas*. Mas, antes de introduzir-se na obra, objecto de estudo, dedica umhas páginas à vida de Rosalia, à sua cronología e a *Cantares Gallegos*, para inserir *Folhas Novas* no seu contexto.

Na interpretaçom da obra parte Salinas da consideraçom do texto como umha unida-de onde intervhem diversos códigos e diversos factores que, à vez, tenhem umha inter-relaçom e interdepênciia que vam configurar o texto. Afasta-se da interpretaçom biogra-fista —ainda que admite tal possibilidade— por entender que desde o ponto de vista literário nom é justificável e porque já se intentou muitas vezes reduzir a obra rosaliana a um reflexo da sua vida.

A leitura de Salinas comprehende cinco apartados, através dos quais analisa e clarifica aspectos vários, aportando a sua visom persoal: o prólogo da própria Rosalia —fun-damental para o conhecimento da poética rosaliana—; a estruturaçom dos textos em «Li-vros»; o título destes «livros» que, segundo nos indica, constituem um eixo estruturante de *Folhas Novas*; os códigos ideológicos que vam permitir umha melhor comprensom da obra e a problemática feminina, aspecto este mui importante na obra da escritora.

Depois desta leitura, e como conclusons, sinala Salinas que *Folhas Novas*: a) coloca a Rosalia fora das correntes literárias imperantes no Estado Espanhol e mais no resto de Europa; b) situa-se nas proximidades do discurso simbolista de fim de século; c) abre pers-pectivas do que será a poesia do XX; d) supom umha anovaçom nos aspectos métricos; e) é umha obra demostrativa de um discurso renovador e persoal.

A 2.^a parte da obra, ao cuidado de Elvira Souto, é a ediçom de *Folhas Novas*. A edito-ra nom só fixa o texto senom que o fai acompanhar de notas a pé de página.

Na *Nota Introdutória* indica-nos os critérios que seguiu para esta ediçom: utiliza como texto base a reproduçom facsímile da 2.^a ediçom de *Folhas Novas* (Havana, 1880), publi-cada pola Real Academia Galega em 1982.

Oferece-se-nos a ediçom com duas versons: a original, reproduzida em facsímile na página da esquerda e a versom crítica na página da direita.

As modificaçons que se introduzem sobre os textos originais só afectam à ortografia, que segue os critérios utilizados por AGAL. Léxico, sintaxe e morfologia respeitam-se com absoluta fidelidade. Nom cabe esperar outra cousa em ediçons que aspirem a um mínimo de seriedade e rigor. A língua de Rosalia —como a de outros muitos escritores hoje editados— é a que eles escrevêrom, nom a que editores e editoriais pouco escrupulosos nos apresentam em ocasions, com modificaçons de todo tipo.

Como dizíamos, o texto vai acompanhado polas anotaçons a pe de página que a edito-ra considerou indispensáveis e que se referem, maiormente, a aspectos lingüísticos. Sublinham-se, assi, os castelhanismos, dialectalismos, vulgarismos, etc. que hai no tex-to, coa finalidade de orientar o leitor sobre estas questons. Outras anotaçons referem-se a aspectos de sinonímia: indicam-se alguns sinónimos de palavras pouco conhecidas ou de uso limitado a certas zonas.

O interesse desta ediçom —que tem umha finalidade pedagógica— resulta evidente. Os possíveis destinatários da obra: professores, alunos ou, simplesmente, gente interes-sada pola obra de Rosalia, ham beneficiar-se, sem dúvida, de umha ediçom como a que comentamos que lhes pode ser de grande utilidade polas ajudas que fornece.

Na história da nossa bibliografia rosaliana, esta é a primeira ediçom de *Folhas Novas* que se publica com aparato crítico, o que determina que o volume ocupe um lugar promi-

(1) Rosalia de Castro, *Folhas Novas*, ediçom crítica de Elvira Souto, prólogo de F. Salinas Portugal, AGAL, A Co-runha, 1985.

nente na correspondente historiografia. Sabemos que na ediçom das *Poesias* publicada polo «Patronato Rosalia de Castro», figura *Folhas Novas* com um texto acuradamente fixado polos professores Carvalho Calero e Fontoura Súris. Mas como o Patronato nom desejava incorporar notas justificativas das leituras, preocupado —ao nosso ver, erroneamente— por nom restar ao volume carácter de ediçom popular, está ausente toda explicacôm das decisôns adoptadas, polo que nom se pode considerar ediçom crítica no sentido pleno da palavra, ainda que o texto tenha sido peneirado cuidadosamente. Por isso a preparada por Elvira Souto tem todo o direito a ser estimada a primeira no seu género. E até agora, tamém a única.

«Ad majorem Rosaliae gloriam», um centenário que pervive (1)

Por Francisco SALINAS PORTUGAL

Os centenários das personagens que atingiram o estatuto de «históricas» som, com excessiva freqüênciam boas ocasions para que políticos e funcionários culturais de turno podam dar cumprida satisfaçom à sua mais íntima necrofilia. Quando o centenário se centra em figuras incómmodas, com umha obra viva, posto que operante ainda na sociedade actual, entom os mecanismos assimilistas afiam as suas poutas para, em acrobático númeru, dar um pulo (definitivo?) às muralhas com que pretendem ocultar umha obra que nom pudérom destruir.

O caso de Rosalia foi paradigmático do que estamos a dizer, e o centenário da sua morte em 1985 desenvolvou-se a meio caminho entre um processo de santificaçom (que coroaria a beatificaçom hai tempos iniciada), um remedio reles de festa *jet-set*, e um mal conseguido afám por rodear a sua figura e a sua obra das balizas universitárias que a consagrasssem como objecto prioritário de estudo, e só nisso.

Mas, se o ano rosaliano deu para isto, e moito mais, tamém é verdade que para um amplio sector da sociedade galega foi a occasiom de iniciar um debate, um (re)examen desti figura singular; debate que fica em aberto na espera de acarretar novas perspectivas que nos permitam a todos melhor compreender a multifacetada obra da que foi iniciadora por excelênciam do nosso Ressurgimento político e literário no séc. XIX.

Nessa ánsia por (re)encontrar Rosalia, a bibliografia da autora das *Folhas Novas* viu-se enriquecida de numerosos títulos, de diferente teor, que, se por um lado fixeram novas achegas sempre interessantes, por outro, eles denunciam tamém essa imensa lagoa coberta de sombras que se extende ainda entre Rosalia e o nosso tempo.

E é neste contexto rosaliano que sai do prelo, e dirigida primordialmente a leitores de além-Minho, esta *Antologia*, do sensível poeta e agudo crítico Ernesto Guerra da Cal.

A obra organiza-se em três partes diferenciadas e umha espécie de «apêndice» iconográfico respondendo a um desejo do autor de monstrar o mais genuíno da poeta e a sua especial projecçom (como mito humano e literário).

Em 50 apertadas páginas tenta fazer Guerra da Cal umha «Apresentação» da autora. Rigor, claridade expositiva, identificaçom com o objecto tratado e um ponto de veemência (que é de agradecer) som as características desta apresentaçom, que foge, sem obviá-lo do elemento eruditio e que organiza o seu texto fora dos padrons formais do discurso academicista.

(1) *Rosalia de Castro: Antologia poética. Cancioneiro rosaliano*, organização de E. GUERRA DA CAL, Guimarães Editores, 1985.

Hai um intento por destruir o cliché estereotipado da «santinha», oferecendo-nos por contraste a image da grande poeta galega e universal que Rosalia é. A idea central deste breve trabalho é a de monstrar-nos umha escritora profundamente enraizada com o seu país, a Galiza, solidária com as suas gentes e que soubo, utilizando umha língua até daquela praticamente oral, fazer desse compromisso ético, umha obra que a transcende e que transcende a própria sociedade à que vai dirigida para se converter em poeta universal e umha das vozes mais originais e autênticas do panorama literário europeu do séc. XIX.

A utilizac̄om do galego e do espanhol pola autora é tamém analisada polo organizador da antología que dá umha explicaç̄om ajeitada a esse *bilingüismo* na obra da autora.

Só nalgó nom concordamos com o prestigioso crítico: no perfil que dá da figura humana de Rosalia que el descreve nos seguintes termos: «com escassa bagagem cultural (...)escrevendo só para si (...)conduziu-se sempre de maneira mais convencional (...)dedicada ao seu pequeno mundo doméstico (...)é a Murguia a quem devemos a carreira literária de Rosalia (...)as suas leituras literárias provavelmente começariam a partir da sua relação com Murguia» etc. Mesmo que o antólogo afirme em várias ocasions que sobre Rosalia quase todo som hipóteses, a excepç̄om da sua obra, claro está, a insistência que manifesta nestas opiniões largamente sostidas por moita crítica rosaliana monstram umha image da autora que hoje começa a ser posta em causa, e que a nós particularmente nos parece mais verosímil, ainda que com a devida prudência que a especulaç̄om num terreo onde a documentaç̄om é escassíssima, merece.

A «Apresentação» completa-se com umha «nótula bibliográfica» que tem a vantage de dar a conhecer estudos moi diferentes sobre a escritora e em geral desconhecidos do públicos e da crítica galega; com todo esta referéncia bibliográfica apresenta um problema, para além do seu valor informativo, ao reunir num mesmo elenco trabalhos de moi diferente significado e valor crítico. Para pormos um exemplo, pouco tenhem em comum um texto como de Eugénio de Andrade, belíssima evocaç̄om poética, com os estudos que J. De Prado Coelho fixo sobre Rosalia de Castro que, embora pudendo ser discutidas as suas análises, estám longe, quer na intenç̄om quer no método da citada evocaç̄om do autor de *Ostinato Rigore*.

Apesar destas mínimas discrepâncias, achamos que a «apresentação» é utilíssima para aqueles que nom conhecendo Rosalia cheguem a ela mesmo por acaso, (daqueles que manifestando interés ou curiosidade pola obra da autora queiram ter umha aproximaç̄om nom mistificadora a esse vulto da cultura galega contemporánea. Para um leitor despreconceituado, esta «apresentação» é utilíssimo pórtico que o conduzirá a um mundo poético que com a sua força e poder encantatório temos a certeza que nom vai defraudar.

A segunda parte é a estritamente de «antología»: umha selecç̄om de textos dos três livros poéticos principais: *Cantares Gallegos*, *Folhas Novas* e *En las orillas del Sar*, assi como um poema (para nós desconhecido) dedicado a Luís de Camoens.

Toda antología é um risco e obedece a personalíssimos critérios, dous antólogos nunca, ou moi dificilmente seleccionariam os mesmos textos, por isso nom há de faltar quem botar em falta este ou aquel poema, porém ninguém poderá negar que os textos essenciais da autora aí estám recolhidos.

Mais discutível será para alguns a transcriç̄om ou versom ao português dos poemas dos dous primeiros livros, pois nom se trata só dumha adaptac̄om ortográfica senon que se substituem termos e estruturas com a alteraç̄om que isso implica num texto poético. Assi para pormos um exemplo, no tam justamente conhecido texto de «A justiça pola mam», o verso 2.º está escrito assi por Rosalia: «Roubárom-me tanta brancura que eu tinha», e na versom que resenhamos como «roubaram-me toda a roupa branca minha», com umha evidente alteraç̄om acentual. Ou no nom menos famoso «Cava ligeiro cava», Rosalia escreve: «E por lousa darás-lhe o negro olvido / i a nada lhe darás por simitério»; o antólogo transcreve «E por campa dar-lhe-ás o negro olvido» e o nada dar-lhe-ás por cemitério», onde a utilizac̄om do futuro perifrástico português altera a perfeiç̄om do quiasmo rosaliano ao deslocar o clítico do segundo verso ao interior da perifrase equiparando a estrutura coa do verso anterior.

O critério de ediçom dos textos em galego seguido polo autor vai ser —já o está sendo— motivo de polémica. Ora, Guerra da Cal non fai mais que utilizar umha nova maneira de apresentar textos galegos a portugueses, «adaptando» à norma portuguesa a língua utilizada polos escritores galegos e transcrevendo em notas a roda-pé o termo galego substituído. No caso dos textos escolhidos do último poemário de Rosalia, *En las orillas del Sar*, o antólogo oferece com moi bom critério o texto espanhol e a correspondente versom portuguesa, aliás cuidadíssima.

A terceira parte está ocupada polo «Cancioneiro Rosaliano»; aí recolhem-se umha autêntica antología poética abrangendo autores de diferentes épocas e ámbitos culturais unidos pola comum inspiraçom da figura e a obra de Rosalia. Escritores galegos desde Podal a Curros a Luz Pozo e Carvalho Calero passando por Cabanillas ou Pimentel; poetas portugueses como Teixeira de Pascoaes, Natércia Freire ou Eugénio de Andrade, brasileiros como Cecília Meireles, espanhóis como Juan Ramón e García Lorca, entre os cataláns Teodor Llorente e Espriu e mesmo o norteamericano D. C. Waneast.

Esta segunda antología que gira em torno à poeta homenageada tem um duplo valor: em primeiro lugar o dos textos em si pois que se trata na maioria dos casos de poetas de primeiríssima fila e em segundo lugar significam por si sós a projecçom da obra rosaliana e o interés que essa obra, a sua personalidade e o mito que de aí se desprende exerceram sobre um tam variado e importante número de escritores.

Para os textos galegos segue-se o critério utilizado anteriormente (adaptaçom ao português e notas a roda-pé) e para os estrangeiros a ediçom bilingüe.

Finalmente o «apêndice» iconográfico completa para o leitor a image da autora homenageada oferecendo umha selecçom da escassíssima iconografia de Rosalia.

Em definitiva, e já pára concluirmos, umha nova aportaçom à já ampla bibliografia da nossa escritora, mas nom umha aportaçom qualquer, antes polo contrário cremos que está chamada a despertar novos fervores e a servir a moitos para descobrir essa fascinante figura galega do XIX e de sempre que Rosalia é. E se esta cuidadíssima ediçom que Ernesto Guerra da Cal e Guimarães Editores nos oferecem hade ser, e assi o esperamos, umha porta aberta à Galiza para os leitores portugueses, nom é menos verdade que o leitor galego saberá aproveitar o trabalho que com rigor e paixom o professor Guerra da Cal realizou para servisse «ad-majorem Rosaliae gloriam».

Situacçom da língua galego-portuguesa no mundo

Por José A. SOUTO CABO

Em linguística a unidade não é incompatível com a variedade, antes a presuppõe. Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio, e ainda num só local apresenta um sem-número de diferenciações de maior ou menor amplitude. Porém essas variedades de ordem geográfica, de ordem social e até individual não prejudicam a unidade superior da língua nem influem na consciênciia que têm os que a falam diversamente de se servirem de um mesmo instrumento de comunicação, de manifestação e de emoção.

Com estas palavras, que deviam fazer reflectir a muitos galegos, pronunciadas polo professor Celso Cunha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, era encerrado o Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo celebrado em Lisboa do 28 de Junho ao 3 de Julho de 1983, e cujo primeiro volume de Actas (1) apareceu recentemente.

(1) *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo. Actas. Volume I. Lisboa 1985.*

Participárom na sua elaboraçom importantes estudiosos da realidade galego-portuguesa; entre outros podemos citar: Jacinto do Prado Coelho, Paul Teyssier, Luís F. Lindley Cintra, Celso Cunha, M. de Paiva Boléo, Óscar Lopes, Joseph M. Piel, etc.

Os trabalhos nelas recolhidos apresentam-nos a situaçom da nossa língua em todos aqueles lugares do mundo em que tem, ou tivo, importância como veículo social de comunicaçom, e que constituírom temas das quatro sessions plenárias: Europa, América, África, Ásia e Oceânia. A seguir temos o resultado das cinco mesas redondas em que se fixo umha abordagem da problemática do ensino do português em diversas situaçons.

Ao longo das diversas ponências vai-se definindo, pois, a comunidade internacional de lusófonos: a sua história e estado no presente. A teor disto poderíamos estabelecer um total de cinco situaçons diferentes nos diversos territórios:

1) Estados em que o idioma se encontra num estado que poderíamos denominar de ideal: língua oficial sem qualquer concorrente; aqui incluiremos Portugal e o Brasil. Apesar de neste último há um debate sobre a Norma oral culta, que está a ser estudada no projecto NURC.

2) Estados africanos em que é língua oficial, veicular, língua da unidade nacional; mas em convivência com as diversas línguas ditas nacionais que, porém, nem apresentam problema para o português, língua de acesso à cultura. Nestas circunstâncias temos Angola e Moçambique, país, este último, em que o domínio do português por parte da populaçom passou, segundo dados fornecidos por Perpétua Gonçalves, dum 10% no momento da independência a um 26% na actualidade. O problema que se põe é essencialmente o do ensino da língua pois por um lado este é em geral insuficiente e por outro ensinar umha língua segunda, mas com estatuto de língua veicular, nem é o mesmo que ensinar umha língua materna.

3) Pequenos países africanos em que o português tem um importante concorrente no crioulo; assim encontramos: Cabo Verde, Giné Bissau, Ilhas de S. Tomé e Príncipe. A situaçom do português nestes casos é o de ser língua da cultura escrita em países com predomínio da faceta oral.

4) Territórios que, hoje parte de outros estados, só conservam vestígios da língua portuguesa em claro processo de recessom; som aquelas regions que no passado pertencêrom a Portugal em Ásia e Oceânia: Timor, Macau, Goa, Damão, Diu, etc.

5) O caso do galego com problemas específicos bem conhecidos de todos nós e que, aliás, ficárom mesmo evidenciados no próprio congresso. Na apresentaçom das dificuldades da nossa variante devemos fazer umha clara distinçom entre aqueles representantes oficialmente convidados e outro grupo de participantes livremente inscritos que mostrárom quais os verdadeiros problemas do nosso país em questons de língua. Entre os primeiros temos: Pilar Vázquez Cuesta com a sua ponênciia «Situación e perspectivas do galego» na primeira sessom; e Ramón Piñeiro que na segunda mesa redonda, «Unidade e diversidade do português: as várias normas», falou na normativizaçom. Intervençons que nos atrevemos a qualificar de pouco e nada afortunadas respectivamente. A primeira com umha visom desfasada da nossa problemática: «O galego está a normalizar-se a pesar de todo. Agora xa se pode comprar en galego en calquer comércio do noso país», chegando a dizer, sempre desde um posicionamento ambíguo, que:

Tampouco estou de acordo cos que agora se autocalifican de «reintegracionistas» e ...tratan de restaurar a toda presa a unidade lingüística galaco-portuguesa da Edade Média cunha ortografia que menospreza por enteiro a nosa fonética.

Ramón Piñeiro, apresentado por Salvato Trigo como «escritor, director da Editorial Galáxia e deputado do parlamento da Galiza (e não Galícia)» —precisom, esta última, que aquele desmentiu repetidamente referindo-se a «Galicia»— traçou umha breve história das propostas normativas de tipo espanholista que culminam com as actualmente «oficiais», sem deixar de fazer referênciia à «corrente de opinião discrepante»:

Eles definense como «reintegracionistas», porque pretendem retroceder vários séculos na historia da nosa lingua para podela «reintegrar» á sua vella comunidade galego-portuguesa. Por esta razón, en Galicia son calificados de «lusistas». Ora, a conciencia lingüística do pobo galego considera que a sua lingua propia é o galego, e quere que se proceda á sua normativización e á sua normalización partindo da sua realidade actual,...

Creio que qualquer tipo de comentário perante umha interpretaçom tam simplista do problema resultará supérfluo. Por fortuna contamos com outros galegos, nomeadamente M.^a do Carmo Henríquez, que apoiados por portugueses como: M.^a H. Mira Mateus e Carlos Reis entre outros, apresentárom a «Moçâo n.^º 3», proposta integrada por três pontos, o primeiro dos quais, aprovado por maioria, di:

1. Atendendo à situação actual dos estudos lingüísticos, o Congresso reafirma a tese de que o Galego e o Português são normas científicamente reconhecidas de um mesmo sistema que engloba as comunidades lingüísticas luso-galego-brasileiro-africanas.

Fechamos a recensom deste importante documento de novo com as palavras de Celso Cunha:

Conservemos, pois, nossas variedades, nossas identidades, mas pugnemos por manter a língua num estado que permita a intercomunicação entre os seus usuários, aquilo que Jorge Luís Borges almejou um dia para o espanhol e que nos agrada parafrasear ainda uma vez: que existem diferenças e que as consideraremos mesmo desejáveis, mas que sejam elas a um tempo discretas e nítidas. Discretas, para não impedirem a circulação total do idioma, e suficientemente nítidas para que cada um de nós nela ouça a voz da sua pátria.

*Cantigas de amigo e outros poemas **,

por Ricardo Carvalho Calero

Por PAULINO VÁZQUEZ VÁZQUEZ

Desde a sua aparicôm dentro da poesia galega, Carvalho Calero revelou-se como autor que comprehende a experiência estética em orde a umha categoria da mente. A sensibilidade (aísthesis) dá-se no plano do pensamento: a obra de arte consiste em «ser meditada». O seu «estar aí» nom se deve a umha correlaçom entre home e natureza (= tese do Idealismo estético) senom à adequaçom que este tem do seu mundo. Se bem é certo que o autor como instrumento da arte nom pode olvidar a distância que lhe é própria, ainda que nom seja a distância do sentimento nem da conciênciia casual (podemos olhar a proposiçom de T. W. Adorno na sua *Teoria Estética* a respeito deste suposto). Baixo esta concepçom, a obra constitui-se a si mesma como reflexom e nom como reflexo do mundo. A eséncia do texto é a sua construçom: o poema fica justificado polo seu processo; o seu devir que se fai tema e ideología. Consciente disto é o poeta: assi como o material poético responde a umha necessidade intelectiva, a meditaçom (mediaçom) nom se realiza sobre o sentimento, senom sobre a meditaçom em si. Nom objecto (dor, prazer, amor, morte) senom meditaçom do objecto. Os limites da obra som os limites da reflexom (considerámos a Witt-

* R. Carvalho Calero, *Cantigas de amigo e outros poemas* (1980-1985), AGAL, Corunha 1986.

genstein: «Os limites da language som os limites do meu mundo»). A temática amorosa atinge apenas o campo do possível: o que se exprime deve ser expressado claramente. A Language é o único espelho que possui o poeta para tracejar os signos dos que nos quer fazer partícipes. Na entrega de *Cantigas de amigo...* o poema nom é canto. Adquire a categoria de silogismo ou proposiçom lógica; de articulaçom mental e nom de lamento lírico. Quem se achegar ao livro deve prescindir de pretenciosas visons sobre o amor e olhar o texto com virgindade intelectual para construir com o autor as sucessões lógicas que da reflexom sobre a relaçom amorosa se podem articular. Para adentrar-se na selva selvaggia que o texto pode oferecer, sirvamo-nos aqui dumha cita de Pessoa tirada do seu *Livro do Desassossego* e acaso esteja justificada assi a palavra poética que ante nós aparece:

«Sofri sempre mais com a consciência de estar sofrendo que com o sofrimento do que tinha consciência».

As marges que entre a palabra e a consciência se estabelecem som as que nos deixam um espaço ideal para reflectir. Esse espaço é quem constitui o ideograma deste livro. O espaço é meditaçom, como o é aquel que se situa entre o escritor e a projecçom do texto; entre o pensamento *a priori* da obra e a sua realizacçom. O devir do livro afirma a sua metapoética. Preferível a um poemário, existe o pôr em questom o poemário, a validez da language como orde do mundo, como ficçom:

«As cousas nom som singelas.

Nós ponhemos etiquetas.

Amor, traiçom, lealdade.

Nom podemos prescindir

dumha rede que capture
a vida em forma de peixe

...

Baixo um teito de papel
sente-se o home mais seguro
que baixo um céu de verdade».

E todo resulta ficçom. Que queda para aquilo que nom pode ser expressado por nom pertencer à orde do mundo?

«Irei-me sem sabê-lo.

Mais de setenta anos perguntando-o.

A resposta, silêncio.

Cai morto o prisioneiro sem ver nada.

O espectador que está vivo e atento
algo mais vê. A porta que se abre.

Mais nada. Alguém hai dentro?».

Ao pôr em questom o plano metafísico da existência, por extensom analógica transfere-se ao plano do real. Qualquer juizo, real ou ideal, está difuminado na orde do conhecimento:

«Quem me quijo? Quem me quere?

Quer alguém a alguém, se cadra?

Que é querer a alguém, enfim?

A auséncia do absoluto insere no livro umha procura intelectual da verdade e umha olhada a esta configurada de escepticismo. Bem pode o autor decair em visons negativas (pesimistas) ou asépticas da existência: o fundo que as provoca é o mesmo: a impossibilidade de conhecer, e de reconhecer a contingênciam do conhecimento. Vemos dous exemplos complementários:

«É tarde para todo.

Para possuir, para amar.

Para vencer, para luitar.

Mesmo para perder, mesmo para ciar.

É tarde para ser.

A disposição do texto leva aqui à desolação, ao vazio que produz a falta de contidos de certeza no homem. A ideia de incerteza vai paralela o debuxo dumha paisage cega, dumha opacidade manifesta no poema. Procura-se entom o ocultamento, numha antítese de mística, que reforça o texto para a negação. Mesmo para a negação do texto, da linguagem, do poema:

«Embrulha-te em silêncio, em noite.
Que nom te ouçam, nem te vejam.
Sem voz, sem forma».

Iguala-se negação vital e poética, como se os planos postulados fosen um e o mesmo. Como em Pessoa, dous aspectos que parecem antagónicos (vida/linguagem) complementam-se: «multipliquei-me para me sentir», dizia o autor português para justificar os seus heterónimos. Acaso algo semelhante, ainda que de jeito tácito, ocorra em Carvalho. Em ambos a visão do texto é um fingir, em ambos a poética é metapoética. O final desta aranheira é o gume do escepticismo, que chega a desleixo. Olhemos em Carvalho:

«Calquer lugar é bom para morrer.
Nom se distingue o homem da mulher.
A morte é neutra-das Tod-em alemáis.
Género e sexo nom sempre vam da mam.
Pois umha cousa é a anatomia
e outra a gramática-falaz dicotomia.
Nom vejo a morte feminista ser
Calquer lugar é bom para morrer».

Com esta disposição ideológica-a incerteza de todo-é tratada a matéria amorosa: sobre ela exerce-se a razão que nom atinge os limites da sua validade. O poema é projecto de conhecimento. Tem forma de proposição lógica porque se quer ver o feito do amor como objecto (Ob-jectum, projectado) de análise da razão. Eis o resultado da procura poética: meditação sobre o amor:

«Diremo-nos adeus filosoficamente.
Civilizadamente-como hoje se di tanto.
Será um alívio para ti. Gozaste
do que havia em mim de intacto e inaugural.
Manter indefinidamente
tam ambígua e complexa relaçom,
era mui perigoso.

...
Mas todo passará. Nada nom passa».

Bem longe do movimento emocional está o poeta. Situar-se acima do texto quer dizer sobrepassá-lo. Nom existe umha afectação senom mental. O feito amoroso é pensado, dissecionado. Como se se tratasse dum sucesso lógico a desvelar, a clarificar. Nom hai umha procura mística, senom humana (demasiado humana) do que configura o contorno vital. Os versos concretam-se em formulações especulativas que tocam o campo da razão: antítese daquel «l'amor che move el sole e l'altre stelle» de Dante:

«Hai um além que se chama autenticidade,
onde, se cadra, a tua vida e a minha morte
convergirám, como paralelas no infinito».

A image tracejada do amor descansa no puro contemplar (teoria) intelectual. O homem aparece desligado na natureza («a obra de arte é completamente thessei», diria Adorno) e vinculado ao seu próprio devir cultural. Amamos com a razão. Mais que o impulso biológico, é o cultural quem nos leva ao prazer (a ideia já aparece em Valéry ou Borges moi agudizada) ou a dor:

«Um dia sentim que a perfeição que em mim querias
era a minha morte, e que amavas outra pessoa;
que me arrebatavas a alma, deixando-me baleiro

o corpo em que ti próprio te estavas infundindo:
a tua própria alma ousavas no meu corpo amar».

Acaso mais complexa, a projecçom intelectual do feito amoroso arrebata-lhe a consciéncia do prazer (eros) e dá-lle a consciéncia da morte (thanatos) que subjaz no fundo de toda relação erótica:

«Adeus, estou triste, mas certamente resignada.
Tenho trinta anos, e estivem dez unida a ti
Uniom impossível, que foi possível tanto tempo.
Uniom infecunda, que só gerou em mim ausências.
Todo tem límites, o amor nom chega por si só».

«Todo tem límites». Eis a razón (a causa) do poemário: saber-se coutado polas mareas da razom que por outra parte é o único jeito de conhecer. O conhecimento é umha maneira de destruiçom (já sinalava Bergson), mas é o único caminho de chegar a nós mesmos e de chegar a alguém. Conhecer é o jeito de amar, e acaso o único (na Bíblia os termos son sinónimos). Nas *Cantigas* acho nesta proposiçom a razom de ser do poemário: amor como elevaçom ética (= postura nossa dentro do mundo, que nom moral) e ética como union amorosa. Acaso a antítese nom seja tal, acaso nom haja contradicçom senon coincidênciam de contrários:

«Amei-te, decerto, amei-te todo, mesmo aquilo
que mais me feria, e me negava ao te afirmar.
Pois nunca cuidava que era desamor o ferires;
mas cuidava, em troca, que eu era torpe e egoísta
se assi provocava a tua dor até ferir-me».

Cuidar: pensar (étimo, é verdade). Coita de amor, mas tratada como matéria que se perfila na idea, no conceito e nom na afeiçom. Dor más pola consciéncia da dor que pola dor em si. Aquí se revela o carácter da obra do professor e poeta Carvalho Calero (obra tam lúcida como ignorada pola crítica, já que para mim supom um dos melhores achádegos da lírica galega moderna), contraditório e ético, escéptico e estrito no tratamento dos versos que nos deixam nos ollos certa image de cansaço:

«Dirémo-nos adeus o melhor que podamos
Eu a chorar, ti quase. As minhas bágoas
secarám-se co tempo. As tuas coa ideia
de que o perigo de ser descoberto
acaba de passar. E que todo será humano
nessa inumana despedida».

Mas só assi se entende o valor da dignidade poética. Da humana; nos termos da soildade.

COOPERATIVA DO RIBEIRO/RIBADÁVIA/OURENSE

tlfno. 988/470175

Aromático
Fresco e
Fervor



**II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa
na Galiza**

Organizado pola AGAL

23 - 27 de Setembro de 1987

FOLHA DE INSCRIÇOM

D.....

com morada em.....

da cidade de..... província.....

país..... Tel.....

profissom.....

deseja apresentar comunicaçom: Si Nom.

Título provisório.....

- Modalidade de pagamento (antes do 15 de Julho de 1987):
- Giro postal à conta corrente 942/3 da Oficina «Calvo Sotelo» de CAIXA OURENSE, na cidade de Ourense.
 - Ingresso directo em dita conta.
 - Talom nominal a nome de AGAL.
- Modalidade de pagamento no início do Congresso.

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro números): Membros da AGAL 2.000 ptas.
Península Ibérica 2.400 ptas.
Europa 3.000 ptas.
Resto do Mundo 3.500 ptas.

NOME.....

MORADA.....

LOCALIDADE..... PAÍS.....

DATA / / ASSINATURA

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- Transferência bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- Giro postal ou giro urgente n.º



FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos

D.N.I. Profissom

Endereço (Rua, Praça)

Vila, Cidade País Tfno.(.....)

Data de nascimento / / Quota Anual/Trimestral/Mensal

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense).
Cando se pague por ano (3.600 ptas/1.800 ptas. ou 300 ptas.) pode
domiciliar-se. A tal efeito roga-se enviar: núm. de c/c, Banco, Su-
cursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 300 ptas./mês; 900/trimestre; 3.600/ano.

Estudante: 150 ptas./mês; 450/trimestre; 1.800/ano.

Menores: 25 ptas./mês; 75/trimestre; 300/ano.

Parados: nada, mentes dure a situaçom de paro.

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Administraçom: Apdo. 453 - 32080-Ourense

Redacçom: Apdo. 560 - 15080-Corunha

GALIZA

AGAL

Apdo. 453

32080 - OURENSE

GALIZA